Proc. Administrativo 080/2026

De: Mainara P. - SME-DEP-TRANSP-ESC

Para: SMA-Comp.Lic - SMA - Compras e Licitações

Data: 11/08/2026 às 17:09:17

Setores envolvidos:

SME-DEP-TRANSP-ESC, SMA-Comp.Lic, SME

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte terceirizado

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte escolar.

–

Mainara Pierog

CHEFE DE MANUTENÇÃO E CONTROLE DA FROTA ESCOLAR

Anexos:
1_DFD_LINHAS.pdf

Assinado por 2 pessoas: MAINARA PIEROG e ANDRESSA NAIRNE
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/3FB3-3FC5-42A6-D30C e informe o código 3FB3-3FC5-42A6-D30C

DFD – DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA	
OBJETO:	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte escolar.
UNIDADE REQUISITANTE:	Secretaria Municipal de Educação
GRAU DE PRIORIDADE:	(X) Normal ( ) Prioritário
FORMA DE CONTRATAÇÃO SUGERIDA:	(X) Pregão ( ) Concorrência (exclusivo para obras e serviços de engenharia) ( ) Dispensa/Inexigibilidade ( ) Adesão a Ata de Registro de Preço de Outro Órgão
FORMA DE ENTREGA:	(X) Parcelada ( ) Única
DATA PRETENDIDA PARA A CONCLUSÃO DA CONTRATAÇÃO:	90 Dias
FONTE DE RECURSO:	(X) Recurso próprio ( ) Emenda/Convênio ( ) Contrapartida

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A terceirização das linhas **Cantuana/Escola Antônio Vieira (período da tarde), Rio Lograd**or/Cidade **(período da tarde), Rio Palmeira/Cidade (período da tarde), Água Quente Serelepe/Escola Tiradentes (período da tarde), Palmitalzinho/Cidade (período da manhã), Cidade/Arroio Moreira (tarde)** e **Assentamento Bela Manhã/Cidade (período da tarde),** faz-se necessária em razão da insuficiência da frota municipal para atender integralmente à demanda existente de estudantes que utilizam o transporte escolar nessas localidades. Dessa forma, a contratação de empresa especializada visa garantir a continuidade, a regularidade, a eficiência e a segurança na prestação do serviço de transporte escolar, assegurando o deslocamento adequado dos alunos da rede pública de ensino entre suas residências e as respectivas unidades escolares. Ressalta-se que o transporte escolar constitui serviço público essencial, diretamente relacionado ao direito de acesso e permanência dos estudantes na escola. Assim, a terceirização das referidas linhas mostra-se medida indispensável para assegurar o atendimento da demanda do Município, garantindo a prestação contínua e adequada do serviço, em conformidade com os princípios da eficiência, da continuidade e do interesse público. Considerando que o transporte escolar é serviço essencial e de prestação contínua, a sua interrupção ou inadequação comprometeria o direito fundamental à educação e colocaria em risco a segurança dos estudantes.

QUANTIDADE DO PRODUTO/SERVIÇO A SER CONTRATADO:

Assinado por 2 pessoas: MAINARA PIEROG e ANDRESSA NAIRE
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmital.pr.1doc.com.br/verificacao/3FB3-3FC5-42A6-D30C e informe o código 3FB3-3FC5-42A6-D30C

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT
01	Empresa especializada na prestação de serviços de transporte escolar – **Linha Cantuana/Escola Antônio Vieira (período da tarde)**, veículo: Van ou Kombi. Capacidade mínima: 08 lugares. Com percurso aproximado de 45 km de ida + 45 km de volta, totalizando **90 km diários – previsão de 200 dias letivos**	KM	18.000
02	Empresa especializada na prestação de serviços de transporte escolar – **Linha Rio Lograd or/Cidade (período manhã e tarde)**, veículo: Van ou Kombi. Capacidade mínima: 08 lugares, com percurso aproximado de 18,35 km de ida + 18,35 km de volta, em cada período, totalizando **73,4 km diários – previsão de 200 dias letivos**	KM	14.680
03	Empresa especializada na prestação de serviços de transporte escolar – **Linha Rio Palmeira/Cidade (período da tarde)**, veículo: Ônibus. Capacidade mínima: 35 lugares. Com percurso aproximado de 58 km de ida + 58 km de volta, totalizando **116 km diários – previsão de 200 dias letivos**	KM	23.200
04	Empresa especializada na prestação de serviços de transporte escolar – **Linha Água Quente Serelepe/Escola Tiradentes (período da tarde)**, veículo: Van ou Kombi. Capacidade mínima: 08 lugares. Com percurso aproximado de 32,1 km de ida + 32,1 km de volta, totalizando **64,2 km diários – previsão de 200 dias letivos**	KM	12.840
05	Empresa especializada na prestação de serviços de transporte escolar – **Linha Palmitalzinho/Cidade (período da manhã)**, veículo: Van. Capacidade mínima: 15 lugares. Com percurso aproximado de 30,2 km de ida + 30,2 km de volta, totalizando **60,4 km diários – previsão de 200 dias letivos**	KM	12.080
06	Empresa especializada na prestação de serviços de transporte escolar – **Linha Cidade/Arroio Moreira (período da tarde)**, veículo: Van. Capacidade mínima: 15 lugares. Com percurso aproximado de 28 km de ida + 28 km de volta, totalizando **56 km diários – previsão de 200 dias letivos**	KM	11.200
07	Empresa especializada na prestação de serviços de transporte escolar – **Linha Assentamento Bela Manhã/Cidade (período da tarde),** veículo: Van ou Kombi. Capacidade mínima: 08 lugares. Com percurso aproximado de 50 km de ida + 50 km de volta, totalizando **100 km diários – previsão de 200 dias letivos**	KM	20.000

RESPONSÁVEIS PELA DEMANDA

MAINARA PIEROG
Equipe de Planejamento
Assinatura Digital conforme o Decreto Municipal nº 07/2026

ANDRESSA NAIRNE
Secretária Municipal de Educação
Assinatura Digital conforme o Decreto Municipal nº 07/2026

Assinado por 2 pessoas: MAINARA PIEROG e ANDRESSA NAIRNE
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/3FB3-3FC5-42A6-D30C e informe o código 3FB3-3FC5-42A6-D30C

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 3FB3-3FC5-42A6-D30C

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

MAINARA PIEROG (CPF 088.XXX.XXX-10) em 11/08/2026 17:09:53 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

ANDRESSA NAIRNE (CPF 084.XXX.XXX-29) em 12/08/2026 07:59:12 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/3FB3-3FC5-42A6-D30C

Proc. Administrativo 1- 080/2026

De: Elton B. - SMA-Comp.Lic

Para: GAB-PREF - GABINETE DO PREFEITO

Data: 11/08/2026 às 17:21:26

ENCAMINHO O PRESENTE PROCESSO, SOLICITADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, PARA APRECIAÇÃO E DELIBERAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE. APÓS ANÁLISE, CASO HAJA CONCORDNCIA, SOLICITA-SE À AUTORIZAÇÃO DO PREFEITO MUNICIPAL PARA O PROSSEGUIMENTO DOS TRMITES ADMINISTRATIVOS NECESSÁRIOS, EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE E COM O INTERESSE PÚBLICO.

_

Elton Otto Back
Diretor

Proc. Administrativo 2- 080/2026

De: Roberto R. - GAB-PREF

Para: COT - Central de controle e cotações

Data: 13/08/2026 às 09:43:17

Processo Administrativo nº 80/2026

DESPACHO

Objeto: Contratação de empresa especializada na realização de transporte de alunos das seguintes linhas: Cantuana/Escola Antônio Vieira (período da tarde), Rio Lograd or/Cidade (período da tarde), Rio Palmeira/Cidade (período da tarde), Água Quente Serelepe/Escola Tiradentes (período da tarde), Palmitalzinho/Cidade (período da manhã), Cidade/Arroio Moreira (tarde) e Assentamento Bela Manhã/Cidade (período da tarde), em razão da insuficiência da frota municipal para atender integralmente à demanda existente de estudantes que utilizam o transporte escolar nessas localidades.

Considerandoa solicitação encaminhada pela Secretaria Municipal de Educação através do Documento de Formalização de Demanda - DFD, o qual aponta a necessidade de contratação de serviços de transporte terceirizado;

Considerando que a contratação pretendida deverá observar as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como as demais normas aplicáveis às contratações públicas;

Considerandoa necessidade de formalização da contratação mediante regular procedimento licitatório, precedido da elaboração dos documentos de planejamento pertinentes, tais como Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência e estimativa de preços, conforme exigências legais;

AUTORIZOa abertura de procedimento administrativo visando à realização de processo licitatório para contratação de empresa especializada em transporte terceirizado.

Determino o encaminhamento dos autos à Secretaria Municipal solicitante para elaboração dos documentos de planejamento da contratação, especialmente Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência e pesquisa de preços.

Posteriormente encaminhe-se ao Setor de Licitações e Contratos, para adoção das providências necessárias à instauração e condução do certame, nos termos da legislação vigente.

Após as providências cabíveis, retornem os autos para análise e demais deliberações.

Palmital, 13 de agosto de 2026.

_

Roberto Carlos Rossi
Prefeito Municipal

Proc. Administrativo 3- 080/2026

De: Jessica F. - COT

Para: COT - Central de controle e cotações

Data: 18/08/2026 às 09:35:24

Setores envolvidos:

GAB-PREF, SMA-Comp.Lic, SME, SME-DEP-TRANSP-ESC, COT

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte terceirizado

Segue Relatório e cotação de preço.

_

Jessica Fernanda Monteiro Vaz Fernandes
DIRETORA DO DEPTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Anexos:
COTACAO_I.pdf
COTACAO_II.pdf
COTACAO_III.pdf
Relatorio_e_cotacao_de_preco_.pdf

Assinado por 1 pessoa: JESSICA FERNANDA MONTEIRO VAZ FERNANDES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/7C99-3EA7-64C1-15E0 e informe o código 7C99-3EA7-64C1-15E0

COTAÇÃO DE PREÇO

RAZÃOS OCIAL: Ypoo Pedo.
ENDEREÇO: Assentamento Belamoka Nº Sn
CNPJ: 40944031000102
E-MAIL: ypoo pedo@Hotmail.com
TELEFONE: 99153970

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	V.UNT	V.TOTAL
01	EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR – **LINHA CANTUANA/ESCOLA ANTÔNIO VIEIRA** (PERÍODO DA TARDE), VEÍCULO: VAN OU KOMBI. CAPACIDADE MÍNIMA: 08 LUGARES. COM PERCURSO APROXIMADO DE 45 KM DE IDA + 45 KM DE VOLTA, TOTALIZANDO 90 KM DIÁRIOS – PREVISÃO DE 200 DIAS LETIVOS	KM	18.000	5.99	107.820
02	EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR – **LINHA RIO LOGRADOR/CIDADE** (PERÍODO MANHÃ E TARDE), VEÍCULO: VAN OU KOMBI. CAPACIDADE MÍNIMA: 08 LUGARES, COM PERCURSO APROXIMADO DE 18,35 KM DE IDA + 18,35 KM DE VOLTA, EM CADA PERÍODO, TOTALIZANDO 73,4 KM DIÁRIOS – PREVISÃO DE 200 DIAS LETIVOS	KM	14.680	5.99	87.933,20
03	EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR – LINHA **RIO PALMEIRA/CIDADE** (PERÍODO DA TARDE), VEÍCULO: ÔNIBUS. CAPACIDADE MÍNIMA: 35 LUGARES. COM PERCURSO APROXIMADO DE 58 KM DE IDA + 58 KM DE VOLTA, TOTALIZANDO 116 KM DIÁRIOS – PREVISÃO DE 200 DIAS LETIVOS	KM	23.200	7.99	185.368
04	EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR – **LINHA ÁGUA QUENTE SERELEPE/ESCOLA TIRADENTES** (PERÍODO DA TARDE), VEÍCULO: VAN OU	KM	12.840	5.99	76.911,60

Assinado por 1 pessoa: JESSICA FERNANDA MONTEIRO VAZ FERNANDES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/7C99-3EA7-64C1-15E0 e informe o código 7C99-3EA7-64C1-15E0

	KOMBI. CAPACIDADE MÍNIMA: 08 LUGARES. COM PERCURSO APROXIMADO DE 32,1 KM DE IDA + 32,1 KM DE VOLTA, TOTALIZANDO 64,2 KM DIÁRIOS – PREVISÃO DE 200 DIAS LETIVOS				
05	EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR – **LINHA PALMITALZINHO/CIDADE** (PERÍODO DA MANHÃ), VEÍCULO: VAN. CAPACIDADE MÍNIMA: 15 LUGARES. COM PERCURSO APROXIMADO DE 30,2 KM DE IDA + 30,2 KM DE VOLTA, TOTALIZANDO 60,4 KM DIÁRIOS – PREVISÃO DE 200 DIAS LETIVOS	KM	12.080 6,99		84.439,20
06	EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR – **LINHA CIDADE/ARROIO MOREIRA** (PERÍODO DA TARDE), VEÍCULO: VAN. CAPACIDADE MÍNIMA: 15 LUGARES. COM PERCURSO APROXIMADO DE 28 KM DE IDA + 28 KM DE VOLTA, TOTALIZANDO 56 KM DIÁRIOS – PREVISÃO DE 200 DIAS LETIVOS	KM	11.200 6,99		78.288,00
07	EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR – LINHA **ASSENTAMENTO BELA MANHÃ/CIDADE** (PERÍODO DA TARDE), VEÍCULO: VAN OU KOMBI. CAPACIDADE MÍNIMA: 08 LUGARES. COM PERCURSO APROXIMADO DE 50 KM DE IDA + 50 KM DE VOLTA, TOTALIZANDO 100 KM DIÁRIOS – PREVISÃO DE 200 DIAS LETIVOS	KM	20.000 5,99		119.800
VALOR TOTAL DA PROPOSTA: 740.560,00					

João Leda

ASSINATURA E CARIMBO DO RESPONSÁVEL

Assinado por 1 pessoa: JESSICA FERNANDA MONTEIRO VAZ FERNANDES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/7C99-3EA7-64C1-15E0 e informe o código 7C99-3EA7-64C1-15E0

COTAÇÃO DE PREÇO

RAZÃOS OCIAL: João Paulo Juvick
ENDEREÇO: Joaquim Ferreira de Souza Nº S/N
CNPJ: 40.331.303/0001-01
E-MAIL: joaopaulojuvick5@gmail.com
TELEFONE: [redacted]

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	V.UNT	V.TOTAL
01	EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR – **LINHA CANTUANA/ESCOLA ANTÔNIO VIEIRA** (PERÍODO DA TARDE), VEÍCULO: VAN OU KOMBI. CAPACIDADE MÍNIMA: 08 LUGARES. COM PERCURSO APROXIMADO DE 45 KM DE IDA + 45 KM DE VOLTA, TOTALIZANDO 90 KM DIÁRIOS – PREVISÃO DE 200 DIAS LETIVOS	KM	18.000	6.10	109.800
02	EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR – **LINHA RIO LOGRADOR/CIDADE** (PERÍODO MANHÃ E TARDE), VEÍCULO: VAN OU KOMBI. CAPACIDADE MÍNIMA: 08 LUGARES, COM PERCURSO APROXIMADO DE 18,35 KM DE IDA + 18,35 KM DE VOLTA, EM CADA PERÍODO, TOTALIZANDO 73,4 KM DIÁRIOS – PREVISÃO DE 200 DIAS LETIVOS	KM	14.680	6.10	89.548
03	EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR – LINHA **RIO PALMEIRA/CIDADE** (PERÍODO DA TARDE), VEÍCULO: ÔNIBUS. CAPACIDADE MÍNIMA: 35 LUGARES. COM PERCURSO APROXIMADO DE 58 KM DE IDA + 58 KM DE VOLTA, TOTALIZANDO 116 KM DIÁRIOS – PREVISÃO DE 200 DIAS LETIVOS	KM	23.200	8.10	187.920
04	EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR – **LINHA ÁGUA QUENTE SERELEPE/ESCOLA TIRADENTES** (PERÍODO DA TARDE), VEÍCULO: VAN OU	KM	12.840	6.10	78.324

Assinado por 1 pessoa: JESSICA FERNANDA MONTEIRO VAZ FERNANDES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/7C99-3EA7-64C1-15E0 e informe o código 7C99-3EA7-64C1-15E0

	KOMBI. CAPACIDADE MÍNIMA: 08 LUGARES. COM PERCURSO APROXIMADO DE 32,1 KM DE IDA + 32,1 KM DE VOLTA, TOTALIZANDO 64,2 KM DIÁRIOS – PREVISÃO DE 200 DIAS LETIVOS				
05	EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR – **LINHA PALMITALZINHO/CIDADE** (PERÍODO DA MANHÃ), VEÍCULO: VAN. CAPACIDADE MÍNIMA: 15 LUGARES. COM PERCURSO APROXIMADO DE 30,2 KM DE IDA + 30,2 KM DE VOLTA, TOTALIZANDO 60,4 KM DIÁRIOS – PREVISÃO DE 200 DIAS LETIVOS	KM	12.080	7.10	85.768
06	EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR – **LINHA CIDADE/ARROIO MOREIRA** (PERÍODO DA TARDE), VEÍCULO: VAN. CAPACIDADE MÍNIMA: 15 LUGARES. COM PERCURSO APROXIMADO DE 28 KM DE IDA + 28 KM DE VOLTA, TOTALIZANDO 56 KM DIÁRIOS – PREVISÃO DE 200 DIAS LETIVOS	KM	11.200	7.10	79.520
07	EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR – LINHA **ASSENTAMENTO BELA MANHÃ/CIDADE** (PERÍODO DA TARDE), VEÍCULO: VAN OU KOMBI. CAPACIDADE MÍNIMA: 08 LUGARES. COM PERCURSO APROXIMADO DE 50 KM DE IDA + 50 KM DE VOLTA, TOTALIZANDO 100 KM DIÁRIOS – PREVISÃO DE 200 DIAS LETIVOS	KM	20.000	6.10	122.000
VALOR TOTAL DA PROPOSTA:					752.880

João Paulo Justiniak

ASSINATURA E CARIMBO DO RESPONSÁVEL

Assinado por 1 pessoa: JESSICA FERNANDA MONTEIRO VAZ FERNANDES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/7C09-3EA7-64C1-15E0 e informe o código 7C09-3EA7-64C1-15E0

COTAÇÃO DE PREÇO

RAZÃOS OCIAL: Eleondro
ENDEREÇO: Arroio Quente Nº
CNPJ: 40.279.940/0001-47
E-MAIL: eleondrobotolabot@gmail.com
TELEFONE: [redacted]

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	V.UNT	V.TOTAL
01	EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR – **LINHA CANTUANA/ESCOLA ANTÔNIO VIEIRA** (PERÍODO DA TARDE), VEÍCULO: VAN OU KOMBI. CAPACIDADE MÍNIMA: 08 LUGARES. COM PERCURSO APROXIMADO DE 45 KM DE IDA + 45 KM DE VOLTA, TOTALIZANDO 90 KM DIÁRIOS – PREVISÃO DE 200 DIAS LETIVOS	KM	18.000	6,05	108.900,00
02	EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR – **LINHA RIO LOGRADOR/CIDADE** (PERÍODO MANHÃ E TARDE), VEÍCULO: VAN OU KOMBI. CAPACIDADE MÍNIMA: 08 LUGARES, COM PERCURSO APROXIMADO DE 18,35 KM DE IDA + 18,35 KM DE VOLTA, EM CADA PERÍODO, TOTALIZANDO 73,4 KM DIÁRIOS – PREVISÃO DE 200 DIAS LETIVOS	KM	14.680	6,05	88.814,00
03	EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR – LINHA **RIO PALMEIRA/CIDADE** (PERÍODO DA TARDE), VEÍCULO: ÔNIBUS. CAPACIDADE MÍNIMA: 35 LUGARES. COM PERCURSO APROXIMADO DE 58 KM DE IDA + 58 KM DE VOLTA, TOTALIZANDO 116 KM DIÁRIOS – PREVISÃO DE 200 DIAS LETIVOS	KM	23.200	8,05	186.760,00
04	EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR – **LINHA ÁGUA QUENTE SERELEPE/ESCOLA TIRADENTES** (PERÍODO DA TARDE), VEÍCULO: VAN OU	KM	12.840	6,05	77.682,00

Assinado por 1 pessoa: JESSICA FERNANDA MONTEIRO VAZ FERNANDES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/7C99-3EA7-64C1-15E0 e informe o código 7C99-3EA7-64C1-15E0

	KOMBI. CAPACIDADE MÍNIMA: 08 LUGARES. COM PERCURSO APROXIMADO DE 32,1 KM DE IDA + 32,1 KM DE VOLTA, TOTALIZANDO 64,2 KM DIÁRIOS – PREVISÃO DE 200 DIAS LETIVOS				
05	EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR – **LINHA PALMITALZINHO/CIDADE** (PERÍODO DA MANHÃ), VEÍCULO: VAN. CAPACIDADE MÍNIMA: 15 LUGARES. COM PERCURSO APROXIMADO DE 30,2 KM DE IDA + 30,2 KM DE VOLTA, TOTALIZANDO 60,4 KM DIÁRIOS – PREVISÃO DE 200 DIAS LETIVOS	KM	12.080	7,05	85,164,00
06	EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR – **LINHA CIDADE/ARROIO MOREIRA** (PERÍODO DA TARDE), VEÍCULO: VAN. CAPACIDADE MÍNIMA: 15 LUGARES. COM PERCURSO APROXIMADO DE 28 KM DE IDA + 28 KM DE VOLTA, TOTALIZANDO 56 KM DIÁRIOS – PREVISÃO DE 200 DIAS LETIVOS	KM	11.200	7,05	78.960,00
07	EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR – LINHA **ASSENTAMENTO BELA MANHÃ/CIDADE** (PERÍODO DA TARDE), VEÍCULO: VAN OU KOMBI. CAPACIDADE MÍNIMA: 08 LUGARES. COM PERCURSO APROXIMADO DE 50 KM DE IDA + 50 KM DE VOLTA, TOTALIZANDO 100 KM DIÁRIOS – PREVISÃO DE 200 DIAS LETIVOS	KM	20.000	6,05	121,000,00
VALOR TOTAL DA PROPOSTA:					747,230,00

Eleonora Debiasi

ASSINATURA E CARIMBO DO RESPONSÁVEL

Assinado por 1 pessoa: JESSICA FERNANDA MONTEIRO VAZ FERNANDES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/7C99-3EA7-64C1-15E0 e informe o código 7C99-3EA7-64C1-15E0

RELATÓRIO DE COTAÇÃO

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte escolar.

Modalidade: Pregão Eletrônico

Fundamentação Legal: Art. 23 [1] da Lei nº 14.133/2021.

Metodologia de Pesquisa

A pesquisa de preços utilizou o(s) inciso(s) IV (Cotação Com Fornecedores — orçamentos de fornecedores) do art. 23, §1º, da Lei nº 14.133/2021. Para o inciso IV foram lidos orçamentos de fornecedores anexados à demanda. Expurgaram-se preços destoantes (IN SEGES/ME nº 65/2021, art. 6º, §4º) e o valor unitário de referência corresponde à média aritmética simples dos preços validados. Os incisos não utilizados foram suprimidos do mapa.

Jéssica Fernanda Monteiro Vaz Fernandes
Diretor do Depto de Compras e Licitação
Assinatura Digital conforme o Decreto Municipal nº 07/2026

Assinado por 1 pessoa: JESSICA FERNANDA MONTEIRO VAZ FERNANDES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/7C99-3EA7-64C1-15E0 e informe o código 7C99-3EA7-64C1-15E0

#	Descrição do Produto	Inciso IV — Cotação Com Fornecedores			Média	Mec
		UNDO Deda — CNPJ 40.944.054/0001-02	Jato Paulo Jantack — CNPJ 40.623.120/3000-10	Eliondra — CNPJ 40.297.900/0001-04		
01	EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR – LINHA CANTUANA/ESCOLA ANTÔNIO VIEIRA (PERÍODO DA TARDE), VEÍCULO: VAN OU KOMBI. CAPACIDADE MÍNIMA: 08 LUGARES. COM PERCURSO APROXIMADO DE 45 KM DE IDA + 45 KM DE VOLTA, TOTALIZANDO 90 KM DIÁRIOS – PREVISÃO DE 200 DIAS LETIVOS	R$ 5,99 em	R$ 6,10 em	R$ 6,05 em	R$ 6,05	R$
02	EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR – LINHA RIO LOGRADOR/CIDADE (PERÍODO MANHÃ E TARDE), VEÍCULO: VAN OU KOMBI. CAPACIDADE MÍNIMA: 08 LUGARES, COM PERCURSO APROXIMADO DE 18,35 KM DE IDA + 18,35 KM DE VOLTA, EM CADA PERÍODO, TOTALIZANDO 73,4 KM DIÁRIOS – PREVISÃO DE 200 DIAS LETIVOS	R$ 5,99 em	R$ 6,10 em	R$ 6,05 em	R$ 6,05	R$
03	EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR – LINHA RIO PALMEIRA/CIDADE (PERÍODO DA TARDE), VEÍCULO: ÔNIBUS. CAPACIDADE MÍNIMA: 35 LUGARES. COM PERCURSO APROXIMADO DE 58 KM DE IDA + 58 KM DE VOLTA,	R$ 7,99 em	R$ 8,10 em	R$ 8,05 em	R$ 8,05	R$

	TOTALIZANDO 116 KM DIÁRIOS – PREVISÃO DE 200 DIAS LETIVOS					
04	EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR – LINHA ÁGUA QUENTE SERELEPE/ESCOLA TIRADENTES (PERÍODO DA TARDE), VEÍCULO: VAN OU KOMBI. CAPACIDADE MÍNIMA: 08 LUGARES. COM PERCURSO APROXIMADO DE 32,1 KM DE IDA + 32,1 KM DE VOLTA, TOTALIZANDO 64,2 KM DIÁRIOS – PREVISÃO DE 200 DIAS LETIVOS	R$ 5,99 em	R$ 6,10 em	R$ 6,05 em	R$ 6,05	R$
05	EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR – LINHA PALMITALZINHO/CIDADE (PERÍODO DA MANHÃ), VEÍCULO: VAN. CAPACIDADE MÍNIMA: 15 LUGARES. COM PERCURSO APROXIMADO DE 30,2 KM DE IDA + 30,2 KM DE VOLTA, TOTALIZANDO 60,4 KM DIÁRIOS – PREVISÃO DE 200 DIAS LETIVOS	R$ 6,99 em	R$ 7,10 em	R$ 7,05 em	R$ 7,05	R$
06	EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR – LINHA CIDADE/ARROIO MOREIRA (PERÍODO DA TARDE), VEÍCULO: VAN. CAPACIDADE MÍNIMA: 15 LUGARES. COM PERCURSO APROXIMADO DE 28 KM DE IDA + 28 KM DE VOLTA, TOTALIZANDO 56 KM DIÁRIOS – PREVISÃO DE 200 DIAS LETIVOS	R$ 6,99 em	R$ 7,10 em	R$ 7,05 em	R$ 7,05	R$
07	EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR – LINHA ASSENTAMENTO BELA MANHÃ/CIDADE (PERÍODO DA TARDE), VEÍCULO: VAN OU KOMBI. CAPACIDADE MÍNIMA: 08 LUGARES. COM PERCURSO	R$ 5,99 em	R$ 6,10 em	R$ 6,05 em	R$ 6,05	R$

	APROXIMADO DE 50 KM DE IDA + 50 KM DE VOLTA, TOTALIZANDO 100 KM DIÁRIOS – PREVISÃO DE 200 DIAS LETIVOS					
Total R$ 747.280,00 (setecentos e quarenta e sete mil e duzentos e oitenta reais)						

RESULTADO

Item	Descrição do Produto	Und	Qnt.	Valor Uni.	Valor Total
01	EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR – LINHA CANTUANA/ESCOLA ANTÔNIO VIEIRA (PERÍODO DA TARDE), VEÍCULO: VAN OU KOMBI. CAPACIDADE MÍNIMA: 08 LUGARES. COM PERCURSO APROXIMADO DE 45 KM DE IDA + 45 KM DE VOLTA, TOTALIZANDO 90 KM DIÁRIOS – PREVISÃO DE 200 DIAS LETIVOS	KM	18000	R$ 6,05	R$ 108.900,00
02	EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR – LINHA RIO LOGRADOR/CIDADE (PERÍODO MANHÃ E TARDE), VEÍCULO: VAN OU KOMBI. CAPACIDADE MÍNIMA: 08 LUGARES, COM PERCURSO APROXIMADO DE 18,35 KM DE IDA + 18,35 KM DE VOLTA, EM CADA PERÍODO, TOTALIZANDO 73,4 KM DIÁRIOS – PREVISÃO DE 200 DIAS LETIVOS	KM	14680	R$ 6,05	R$ 88.814,00
03	EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR – LINHA RIO PALMEIRA/CIDADE (PERÍODO DA TARDE), VEÍCULO: ÔNIBUS. CAPACIDADE MÍNIMA: 35 LUGARES. COM PERCURSO APROXIMADO DE 58 KM DE IDA + 58 KM DE VOLTA, TOTALIZANDO 116 KM DIÁRIOS – PREVISÃO DE 200 DIAS LETIVOS	KM	23200	R$ 8,05	R$ 186.760,00
04	EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR – LINHA ÁGUA QUENTE SERELEPE/ESCOLA TIRADENTES (PERÍODO DA TARDE), VEÍCULO: VAN OU KOMBI. CAPACIDADE MÍNIMA: 08 LUGARES. COM PERCURSO APROXIMADO DE 32,1 KM DE IDA + 32,1 KM DE VOLTA, TOTALIZANDO 64,2 KM DIÁRIOS – PREVISÃO DE 200 DIAS LETIVOS	KM	12840	R$ 6,05	R$ 77.682,00
05	EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR – LINHA PALMITALZINHO/CIDADE (PERÍODO DA MANHÃ), VEÍCULO: VAN. CAPACIDADE MÍNIMA: 15 LUGARES. COM PERCURSO APROXIMADO DE 30,2 KM DE IDA + 30,2 KM DE VOLTA, TOTALIZANDO 60,4 KM DIÁRIOS – PREVISÃO DE 200 DIAS LETIVOS	KM	12080	R$ 7,05	R$ 85.164,00
06	EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR – LINHA CIDADE/ARROIO MOREIRA (PERÍODO DA TARDE), VEÍCULO: VAN. CAPACIDADE MÍNIMA: 15 LUGARES. COM PERCURSO APROXIMADO DE 28 KM DE IDA + 28 KM DE VOLTA, TOTALIZANDO 56 KM DIÁRIOS – PREVISÃO DE 200 DIAS LETIVOS	KM	11200	R$ 7,05	R$ 78.960,00
07	EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR – LINHA ASSENTAMENTO BELA MANHÃ/CIDADE (PERÍODO DA TARDE), VEÍCULO: VAN OU KOMBI. CAPACIDADE MÍNIMA: 08 LUGARES. COM PERCURSO APROXIMADO DE 50 KM DE IDA + 50 KM DE VOLTA, TOTALIZANDO 100 KM DIÁRIOS – PREVISÃO DE 200 DIAS LETIVOS	KM	20000	R$ 6,05	R$ 121.000,00
TOTAL: R$ 747.280,00 (setecentos e quarenta e sete mil e duzentos e oitenta reais)					

[1] Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.
§ 1º No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não:

Assinado por 1 pessoa: JESSICA FERNANDA MONTEIRO VAZ FERNANDES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/7C99-3EA7-64C1-15E0 e informe o código 7C99-3EA7-64C1-15E0

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);
II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;
III - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;
IV - pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;
V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento

Assinado por 1 pessoa: JESSICA FERNANDA MONTEIRO VAZ FERNANDES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/7C99-3EA7-64C1-15E0 e informe o código 7C99-3EA7-64C1-15E0

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 7C99-3EA7-64C1-15E0

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

JESSICA FERNANDA MONTEIRO VAZ FERNANDES (CPF 080.XXX.XXX-13) em 18/08/2026 09:39:11 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/7C99-3EA7-64C1-15E0

Proc. Administrativo 4- 080/2026

De: Jessica F. - COT

Para: SMF-DEP-CONT - SMF - Departamento de Contabilidade

Data: 18/08/2026 às 09:40:22

Setores envolvidos:

GAB-PREF, SMA-Comp.Lic, SMF-DEP-CONT, SME, SME-DEP-TRANSP-ESC, COT

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte terceirizado

Segue solicitação 168/2026 - SME

_

Jessica Fernanda Monteiro Vaz Fernandes
DIRETORA DO DEPTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Anexos:
Solicitacao_168.pdf

Assinado por 2 pessoas: JESSICA FERNANDA MONTEIRO VAZ FERNANDES e ANDRESSA NAIRNE
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/94FE-FC9D-DC84-0582 e informe o código 94FE-FC9D-DC84-0582

Município de Palmital

Solicitação 168/2026

Solicitação

Número	*Tipo*	*Emitido em*	*Quantidade de itens*
168	**Contratação de Serviço**	18/08/2026	7

Solicitante

Código	*Nome*
29715-1	ANDRESSA NAIRNE

Processo Gerado

Número

0/2026

Local

21 Gabinete do Secretário de Educação

Órgão

07 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Forma de pagamento

Descrição	*Tipo*
MEDIANTE EMISSÃO DE NOTA FISCAL	Depósito bancário

Entrega

Local	*Prazo*
MUNICÍPIO DE PALMITAL-PR	Dias

Descrição:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR.

Lote

001 Lote 001

Código	Nome	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor
040041	TRANSPORTE ESCOLAR LINHA ASSENTAMENTO BELA MANHÃ/CIDADE PERÍODO DA TARDE), VEÍCULO: VAN OU KOMBI. CAPACIDADE MÍNIMA: 08 LUGARES.	KM	20.000,00	6,05	121.000,00
040040	TRANSPORTE ESCOLAR LINHA CIDADE/ARROIO MOREIRA (PERÍODO DA TARDE), VEÍCULO: VAN. CAPACIDADE MÍNIMA: 15 LUGARES.	KM	11.200,00	7,05	78.960,00
040039	TRANSPORTE ESCOLAR LINHA PALMITALZINHO/CIDADE (PERÍODO DA MANHÃ), VEÍCULO: VAN. CAPACIDADE MÍNIMA: 15 LUGARES.	KM	12.080,00	7,05	85.164,00
040038	TRANSPORTE ESCOLAR LINHA ÁGUA QUENTE SERELEPE/ESCOLA TIRADENTES (PERÍODO DA TARDE), VEÍCULO: VAN OU KOMBI. CAPACIDADE MÍNIMA: 08 LUGARES.	KM	12.840,00	6,05	77.682,00
040035	TRANSPORTE ESCOLAR LINHA CANTUANA/ESCOLA ANTÔNIO VIEIRA (PERÍODO DA TARDE), VEÍCULO: VAN OU KOMBI. CAPACIDADE MÍNIMA: 08 LUGARES.	KM	18.000,00	6,05	108.900,00
040036	TRANSPORTE ESCOLAR LINHA RIO LOGRADOR/CIDADE (PERÍODO MANHÃ E TARDE), VEÍCULO: VAN OU KOMBI. CAPACIDADE MÍNIMA: 08 LUGARES.	KM	14.680,00	6,05	88.814,00
040037	TRANSPORTE ESCOLAR LINHA RIO PALMEIRA/CIDADE (PERÍODO DA TARDE), VEÍCULO: ÔNIBUS. CAPACIDADE MÍNIMA: 35 LUGARES.	KM	23.200,00	8,05	186.760,00
				TOTAL	**747.280,00**
				TOTAL GERAL	**747.280,00**

ANDRESSA NAIRNE
Solicit ant e

Assinado por 2 pessoas: JESSICA FERNANDA MONTEIRO VAZ FERNANDES, ANDRESSA NAIRNE
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/94FE-FC9D-DC84-0582 e informe o código 94FE-FC9D-DC84-0582

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 94FE-FC9D-DC84-0582

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- JESSICA FERNANDA MONTEIRO VAZ FERNANDES (CPF 080.XXX.XXX-13) em 18/08/2026 09:41:00 GMT-03:00
  Papel: Parte
  Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ANDRESSA NAIRNE (CPF 084.XXX.XXX-29) em 18/08/2026 11:23:52 GMT-03:00
  Papel: Parte
  Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/94FE-FC9D-DC84-0582

Proc. Administrativo 5- 080/2026

De: Mainara P. - SME-DEP-TRANSP-ESC

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 19/08/2026 às 11:19:13

Setores envolvidos:

GAB-PREF, SMA-Comp.Lic, SMF-DEP-CONT, SME, SME-DEP-TRANSP-ESC, COT

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte terceirizado

Solicita-se a retirada da Linha **Rio Palmeira** do presente procedimento, para fins de reavaliação e atualização das informações relativas ao itinerário, quilometragem e condições de execução do serviço, possibilitando a realização de estudo técnico mais adequado da linha e a consequente atualização dos parâmetros necessários para eventual contratação, em conformidade com a demanda atualmente verificada e com a otimização do transporte escolar.

_

Mainara Pierog

CHEFE DE MANUTENÇÃO E CONTROLE DA FROTA ESCOLAR

Assinado por 2 pessoas: MAINARA PIEROG e ANDRESSA NAIRNE
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/E532-EA83-7E39-B5AA e informe o código E532-EA83-7E39-B5AA

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: E532-EA83-7E39-B5AA

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

MAINARA PIEROG (CPF 088.XXX.XXX-10) em 19/08/2026 11:19:38 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

ANDRESSA NAIRNE (CPF 084.XXX.XXX-29) em 19/08/2026 11:24:06 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/E532-EA83-7E39-B5AA

Proc. Administrativo 6- 080/2026

De: Jessica F. - COT

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 19/08/2026 às 11:28:51

Setores envolvidos:

GAB-PREF, SMA-Comp.Lic, SMF-DEP-CONT, SME, SME-DEP-TRANSP-ESC, COT

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte terceirizado

Conforme solicitado no despacho 5- 080/2026 procedo a juntada da solicitação retificada.

_

Jessica Fernanda Monteiro Vaz Fernandes
DIRETORA DO DEPTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Anexos:
Solicitacao_168.pdf

Assinado por 2 pessoas: JESSICA FERNANDA MONTEIRO VAZ FERNANDES e ANDRESSA NAIRNE
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/87ED-F091-BBD7-CFA5 e informe o código 87ED-F091-BBD7-CFA5

Município de Palmital

Solicitação 168/2026

Solicitação

Número	*Tipo*	*Emitido em*	*Quantidade de itens*
168	**Contratação de Serviço**	18/08/2026	6

Solicitante

Código	*Nome*
29715-1	ANDRESSA NAIRNE

Processo Gerado

Número

0/2026

Local

21 Gabinete do Secretário de Educação

Órgão

07 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Forma de pagamento

Descrição	*Tipo*
MEDIANTE EMISSÃO DE NOTA FISCAL	Depósito bancário

Entrega

Local	*Prazo*
MUNICÍPIO DE PALMITAL-PR	Dias

Descrição:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR.

Lote

001 Lote 001

Código	Nome	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor
040041	TRANSPORTE ESCOLAR LINHA ASSENTAMENTO BELA MANHÃ/CIDADE PERÍODO DA TARDE), VEÍCULO: VAN OU KOMBI. CAPACIDADE MÍNIMA: 08 LUGARES.	KM	20.000,00	6,05	121.000,00
040040	TRANSPORTE ESCOLAR LINHA CIDADE/ARROIO MOREIRA (PERÍODO DA TARDE), VEÍCULO: VAN. CAPACIDADE MÍNIMA: 15 LUGARES.	KM	11.200,00	7,05	78.960,00
040039	TRANSPORTE ESCOLAR LINHA PALMITALZINHO/CIDADE (PERÍODO DA MANHÃ), VEÍCULO: VAN. CAPACIDADE MÍNIMA: 15 LUGARES.	KM	12.080,00	7,05	85.164,00
040038	TRANSPORTE ESCOLAR LINHA ÁGUA QUENTE SERELEPE/ESCOLA TIRADENTES (PERÍODO DA TARDE), VEÍCULO: VAN OU KOMBI. CAPACIDADE MÍNIMA: 08 LUGARES.	KM	12.840,00	6,05	77.682,00
040035	TRANSPORTE ESCOLAR LINHA CANTUANA/ESCOLA ANTÔNIO VIEIRA (PERÍODO DA TARDE), VEÍCULO: VAN OU KOMBI. CAPACIDADE MÍNIMA: 08 LUGARES.	KM	18.000,00	6,05	108.900,00
040036	TRANSPORTE ESCOLAR LINHA RIO LOGRADOR/CIDADE (PERÍODO MANHÃ E TARDE), VEÍCULO: VAN OU KOMBI. CAPACIDADE MÍNIMA: 08 LUGARES.	KM	14.680,00	6,05	88.814,00
				TOTAL	**560.520,00**
				TOTAL GERAL	**560.520,00**

ANDRESSA NAIRNE
Solicit ant e

Assinado por 2 pessoas: JESSICA FERNANDA MONTEIRO VAZ FERNANDES e ANDRESSA NAIRNE
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/87ED-F091-BBD7-CFA5 e informe o código 87ED-F091-BBD7-CFA5

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 87ED-F091-BBD7-CFA5

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- JESSICA FERNANDA MONTEIRO VAZ FERNANDES (CPF 080.XXX.XXX-13) em 19/08/2026 11:29:19 GMT-03:00
  Papel: Parte
  Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ANDRESSA NAIRNE (CPF 084.XXX.XXX-29) em 19/08/2026 11:31:36 GMT-03:00
  Papel: Parte
  Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/87ED-F091-BBD7-CFA5

Proc. Administrativo 7- 080/2026

De: Maria S. - SMF-DEP-CONT

Para: SME - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Data: 20/08/2026 às 15:07:04

Setores envolvidos:

GAB-PREF, SMA-Comp.Lic, SMF-DEP-CONT, SME, SME-DEP-TRANSP-ESC, COT

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte terceirizado

Segue em anexo Solicitação 168/2026.

_

Maria Daiane Oliveira Silva
Contabilidade

Anexos:
Solicitacao_168_2026.pdf

Assinado por 1 pessoa: MARIA DAIANE OLIVEIRA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/FEBE-8D44-A258-3C9C e informe o código FEBE-8D44-A258-3C9C

Município de Palmital

Solicitação 168/2026

Indicação de Recursos Orçamentários

Solicitação

Número	Tipo	Emitido em	Quantidade de itens
168	**Contratação de Serviço**	18/08/2026	6

Solicitante

Código	Nome
29715-1	ANDRESSA NAIRNE

Processo Gerado

Número
0/2026

Local

21 Gabinete do Secretário de Educação

Órgão

07 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Forma de pagamento

Descrição	Tipo
MEDIANTE EMISSÃO DE NOTA FISCAL	Depósito bancário

Entrega

Local	Prazo
MUNICÍPIO DE PALMITAL-PR	Dias

Descrição:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR.

Lote

001 Lote 001

Código	Nome	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor
	07 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
	002 Departamento de Ensino Fundamental				
	12.361.1201-2044 Manutenção do Ensino Fundamental				
	3.3.90.33.00.00 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO				
		Unidade	**Quantidade**	**Unitário**	**Valor**
	3.3.90.33.03.00 DESPESAS COM TRANSPORTE ESCOLAR				
	02260 00103 5% sobre Transf erências Constitucionais FUNDEB				Do Exercício
040035	TRANSPORTE ESCOLAR LINHA CANTUANA/ESCOLA ANTÔNIO VIEIRA (PERÍODO DA TARDE), VEÍCULO: VAN OU KOMBI. CAPACIDADE MÍNIMA: 08 LUGARES.	KM	6.000,00	6,05	36.300,00 *
040036	TRANSPORTE ESCOLAR LINHA RIO LOGRADOR/CIDADE (PERÍODO MANHÃ E TARDE), VEÍCULO: VAN OU KOMBI. CAPACIDADE MÍNIMA: 08 LUGARES.	KM	4.800,00	6,05	29.040,00
040038	TRANSPORTE ESCOLAR LINHA ÁGUA QUENTE SERELEPE/ESCOLA TIRADENTES (PERÍODO DA TARDE), VEÍCULO: VAN OU KOMBI. CAPACIDADE MÍNIMA: 08 LUGARES.	KM	4.280,00	6,05	25.894,00 *
040039	TRANSPORTE ESCOLAR LINHA PALMITALZINHO/CIDADE (PERÍODO DA MANHÃ), VEÍCULO: VAN. CAPACIDADE MÍNIMA: 15 LUGARES.	KM	4.026,00	7,05	28.383,30
040040	TRANSPORTE ESCOLAR LINHA CIDADE/ARROIO MOREIRA (PERÍODO DA TARDE), VEÍCULO: VAN. CAPACIDADE MÍNIMA: 15 LUGARES.	KM	3.700,00	7,05	26.085,00
040041	TRANSPORTE ESCOLAR LINHA ASSENTAMENTO BELA MANHÃ/CIDADE PERÍODO DA TARDE), VEÍCULO: VAN OU KOMBI. CAPACIDADE MÍNIMA: 08 LUGARES.	KM	6.600,00	6,05	39.930,00
				Total da dotação	**185.632,30**
	07 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
	005 Departamento de Transporte Escolar				
	12.362.1201-2057 Programa Estadual de Transporte Escolar - PETE				
	3.3.90.33.00.00 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO				
		Unidade	**Quantidade**	**Unitário**	**Valor**
	3.3.90.33.03.00 DESPESAS COM TRANSPORTE ESCOLAR				
	03150 00146 Programa Estadual de Transporte Escolar - PETE				Do Exercício
040035	TRANSPORTE ESCOLAR LINHA CANTUANA/ESCOLA ANTÔNIO VIEIRA (PERÍODO DA TARDE), VEÍCULO: VAN OU KOMBI. CAPACIDADE MÍNIMA: 08 LUGARES.	KM	6.000,00	6,05	36.300,00 *
040036	TRANSPORTE ESCOLAR LINHA RIO LOGRADOR/CIDADE (PERÍODO MANHÃ E TARDE), VEÍCULO: VAN OU KOMBI. CAPACIDADE MÍNIMA: 08 LUGARES.	KM	5.080,00	6,05	30.734,00 *
040038	TRANSPORTE ESCOLAR LINHA ÁGUA QUENTE SERELEPE/ESCOLA TIRADENTES (PERÍODO DA TARDE), VEÍCULO: VAN OU KOMBI. CAPACIDADE MÍNIMA: 08 LUGARES.	KM	4.280,00	6,05	25.894,00 *
040039	TRANSPORTE ESCOLAR LINHA PALMITALZINHO/CIDADE (PERÍODO DA MANHÃ), VEÍCULO: VAN. CAPACIDADE MÍNIMA: 15 LUGARES.	KM	4.028,00	7,05	28.397,40 *
040040	TRANSPORTE ESCOLAR LINHA CIDADE/ARROIO MOREIRA	KM	3.800,00	7,05	26.790,00 *

Assinado por 1 pessoa: MARIA DAIANE OLIVEIRA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/FEBE-8D44-A258-3C9C e informe o código FEBE-8D44-A258-3C9C

Município de Palmital

Solicitação 168/2026

Indicação de Recursos Orçamentários

	(PERÍODO DA TARDE), VEÍCULO: VAN. CAPACIDADE MÍNIMA: 15 LUGARES.				
040041	TRANSPORTE ESCOLAR LINHA ASSENTAMENTO BELA MANHÃ/CIDADE PERÍODO DA TARDE), VEÍCULO: VAN OU KOMBI. CAPACIDADE MÍNIMA: 08 LUGARES.	KM	6.800,00	6,05	41.140,00 *
				Total da dotação	**189.255,40**

07 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
004 Departamento de Educação Especial
12.367.1201-2052 Manutenção da Educação Especial
3.3.90.33.00.00 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO

		Unidade	Quantidade	Unitário	Valor
	3.3.90.33.03.00 DESPESAS COM TRANSPORTE ESCOLAR				
	07080 00000 Recursos Ordinários (Liv res)				Do Exercício
040035	TRANSPORTE ESCOLAR LINHA CANTUANA/ESCOLA ANTÔNIO VIEIRA (PERÍODO DA TARDE), VEÍCULO: VAN OU KOMBI. CAPACIDADE MÍNIMA: 08 LUGARES.	KM	6.000,00	6,05	36.300,00
040036	TRANSPORTE ESCOLAR LINHA RIO LOGRADOR/CIDADE (PERÍODO MANHÃ E TARDE), VEÍCULO: VAN OU KOMBI. CAPACIDADE MÍNIMA: 08 LUGARES.	KM	4.800,00	6,05	29.040,00
040038	TRANSPORTE ESCOLAR LINHA ÁGUA QUENTE SERELEPE/ESCOLA TIRADENTES (PERÍODO DA TARDE), VEÍCULO: VAN OU KOMBI. CAPACIDADE MÍNIMA: 08 LUGARES.	KM	4.280,00	6,05	25.894,00
040039	TRANSPORTE ESCOLAR LINHA PALMITALZINHO/CIDADE (PERÍODO DA MANHÃ), VEÍCULO: VAN. CAPACIDADE MÍNIMA: 15 LUGARES.	KM	4.026,00	7,05	28.383,30
040040	TRANSPORTE ESCOLAR LINHA CIDADE/ARROIO MOREIRA (PERÍODO DA TARDE), VEÍCULO: VAN. CAPACIDADE MÍNIMA: 15 LUGARES.	KM	3.700,00	7,05	26.085,00
040041	TRANSPORTE ESCOLAR LINHA ASSENTAMENTO BELA MANHÃ/CIDADE PERÍODO DA TARDE), VEÍCULO: VAN OU KOMBI. CAPACIDADE MÍNIMA: 08 LUGARES.	KM	6.600,00	6,05	39.930,00
				Total da dotação	**185.632,30**
				TOTAL	**560.520,00**
				TOTAL GERAL	**560.520,00**

Subtotal por fonte de recurso e conta de despesa

07.002.12.361.1201.2044	185.632,30
Cod 02260 Fonte 00103 G.Fonte E	185.632,30
07.004.12.367.1201.2052	185.632,30
Cod 07080 Fonte 00000 G.Fonte E	185.632,30
07.005.12.362.1201.2057	189.255,40
Cod 03150 Fonte 00146 G.Fonte E	189.255,40

ANDRESSA NAIRNE
Secretária Municipal de Educação

*** Esta diferença de valores é justificada pelo valor residual decorrente do rateio**

Assinado por 1 pessoa: MARIA DAIANE OLIVEIRA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/FEBE-8D44-A258-3C9C e informe o código FEBE-8D44-A258-3C9C

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: FEBE-8D44-A258-3C9C

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

MARIA DAIANE OLIVEIRA SILVA (CPF 038.XXX.XXX-95) em 20/08/2026 15:07:37 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/FEBE-8D44-A258-3C9C

Proc. Administrativo 8- 080/2026

De: Mainara P. - SME-DEP-TRANSP-ESC

Para: SME-DEP-TRANSP-ESC - SME - Departamento de Transporte Escolar

Data: 21/08/2026 às 14:15:31

Setores envolvidos:

GAB-PREF, SMA-Comp.Lic, SMF-DEP-CONT, SME, SME-DEP-TRANSP-ESC, COT

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte terceirizado

Em anexo estudo técnico preliminar

_

Mainara Pierog

CHEFE DE MANUTENÇÃO E CONTROLE DA FROTA ESCOLAR

Anexos:
ETP_2026_LINHAS.pdf

Assinado por 2 pessoas: MAINARA PIEROG e ANDRESSA NAIRNE
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/A7B3-FA05-4959-AE4C e informe o código A7B3-FA05-4959-AE4C

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

Órgão: MUNICÍPIO DE PALMITAL (75.680.025/0001-82)
Área Requisitante: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação tem como objetivo a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte escolar para atendimento das linhas Cantuana/Escola Antônio Vieira (período da tarde), Rio Lograd or/Cidade (período manhã e tarde), Água Quente Serelepe/Escola Tiradentes (período da tarde), Palmitalzinho/Cidade (período da manhã), Cidade/Arroio Moreira (tarde) e Assentamento Bela Manhã/Cidade (período da tarde).

As referidas linhas possuem atendimento realizado mediante contratos de transporte escolar terceirizados, firmados anteriormente pelo Município por meio de procedimento licitatório. Considerando o término da vigência dos contratos e a necessidade de observância do prazo máximo de vigência contratual de 5 (cinco) anos, torna-se necessária a realização de nova licitação, em conformidade com a legislação aplicável às contratações públicas, visando à continuidade da prestação do serviço.

A necessidade da contratação decorre da essencialidade do transporte escolar para o deslocamento diário dos estudantes. A terceirização dos serviços mostra-se necessária para assegurar a disponibilidade de veículos adequados, em condições apropriadas de segurança, conservação e capacidade, bem como de condutores devidamente habilitados e aptos à execução do transporte escolar, considerando as características dos trajetos e a necessidade de atendimento aos horários estabelecidos pelas unidades de ensino.

A interrupção ou descontinuidade dessas linhas poderia comprometer o deslocamento dos estudantes e, consequentemente, o acesso e a permanência nas atividades escolares. Dessa forma, a realização de nova contratação, mediante procedimento licitatório, é indispensável para garantir a continuidade do serviço após o encerramento dos contratos atualmente vigentes, assegurando a prestação adequada do transporte escolar durante o período letivo.

Assim, a contratação pretendida visa atender ao interesse público, garantindo a manutenção do transporte escolar nas linhas mencionadas, de modo a assegurar aos estudantes da rede pública de ensino o deslocamento necessário às unidades escolares, com segurança, regularidade, eficiência e continuidade.

3. PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

A presente demanda, embora de natureza recorrente e essencial para o funcionamento das atividades administrativas, não se encontra detalhada no Plano de Contratações Anual (PCA) do exercício de 2026, em virtude de o referido documento ainda não

Assinado por 2 pessoas: MAINARA PEROG e ANDRESSA NAIRNE
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/A7B3-FA05-4959-AE4C e informe o código A7B3-FA05-4959-AE4C

ter sido integralmente elaborado e publicado pela administração municipal. Contudo, a contratação está em conformidade com o planejamento administrativo e educacional do Município, tendo em vista que visa assegurar a continuidade da prestação do serviço de transporte escolar aos alunos da rede pública municipal, especialmente nas rotas em que há necessidade de atendimento por meio de terceirização, em razão das limitações operacionais da frota própria.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A contratação deverá atender aos requisitos mínimos necessários para assegurar a adequada prestação do serviço de transporte escolar, observando critérios de segurança, eficiência, regularidade e conformidade legal, conforme segue:

Transporte seguro: A solução contratada deverá garantir o transporte seguro dos estudantes residentes em áreas rurais e periféricas até as unidades escolares da rede pública de ensino, em conformidade com as normas de segurança previstas na legislação de trânsito e nas regulamentações aplicáveis ao transporte escolar.

Eficiência no deslocamento: O serviço deverá assegurar deslocamento eficiente, com definição de rotas adequadas e compatíveis com os horários escolares, de modo a evitar atrasos e garantir a pontualidade no embarque e desembarque dos estudantes.

Regularidade da prestação do serviço: A execução deverá ocorrer de forma contínua e regular durante o calendário letivo, sem interrupções que possam comprometer o acesso e a permanência dos estudantes na educação básica.

Qualidade na execução: A prestação do serviço deverá observar padrões mínimos de qualidade, proporcionando condições adequadas de conforto, conservação dos veículos e bem-estar dos estudantes durante todo o trajeto.

Acessibilidade: A solução contratada deverá contemplar o atendimento a estudantes com necessidades específicas de locomoção, quando houver demanda, assegurando condições adequadas de acessibilidade.

Sustentabilidade: Sempre que possível, deverão ser adotadas práticas que contribuam para a redução de impactos ambientais, mediante adequada manutenção dos veículos e observância das normas de controle de emissão de poluentes.

Capacitação dos condutores: Os motoristas responsáveis pela execução do serviço deverão possuir habilitação compatível, curso específico para transporte escolar e demais requisitos exigidos pela legislação vigente.

Monitoramento e controle operacional: A contratação deverá possibilitar mecanismos de acompanhamento e fiscalização da execução do serviço, permitindo à Administração o controle das rotas, horários, veículos e condutores.

Conformidade legal: A prestação do serviço deverá atender integralmente à legislação vigente aplicável ao transporte escolar, incluindo normas do Conselho Nacional de Trânsito, legislação de trânsito e exigências administrativas do Município.

Condições dos veículos: Os veículos utilizados deverão estar em perfeitas condições de uso, devidamente licenciados, vistoriados e adequados ao transporte escolar, contendo todos os equipamentos obrigatórios de segurança.

Assinado por 2 pessoas: MAINARA PIEROG e ANDRESSA NAIRNE
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/A7B3-FA05-4959-AE4C e informe o código A7B3-FA05-4959-AE4C

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO

As quantidades a serem contratadas foram definidas com base na necessidade anual de atendimento do transporte escolar da rede pública municipal, considerando-se a quilometragem diária de cada linha, os dias letivos previstos no calendário escolar e o histórico de execução das rotas em exercícios anteriores.

Item	Descrição	Unidade	Quantidade
01	Empresa especializada na prestação de serviços de transporte escolar – Linha Cantuana/Escola Antônio Vieira (período da tarde), veículo: Van ou Kombi. Capacidade mínima: 08 lugares. Com percurso aproximado de 45 km de ida + 45 km de volta, totalizando 90 km diários – previsão de 200 dias letivos	KM	18.000
02	Empresa especializada na prestação de serviços de transporte escolar – Linha Rio Lograd or/Cidade (período manhã e tarde), veículo: Van ou Kombi. Capacidade mínima: 08 lugares, com percurso aproximado de 18,35 km de ida + 18,35 km de volta, em cada período, totalizando 73,4 km diários – previsão de 200 dias letivos	KM	14.680
03	Empresa especializada na prestação de serviços de transporte escolar – Linha Água Quente Serelepe/Escola Tiradentes (período da tarde), veículo: Van ou Kombi. Capacidade mínima: 08 lugares. Com percurso aproximado de 32,1 km de ida + 32,1 km de volta, totalizando 64,2 km diários – previsão de 200 dias letivos	KM	12.840
04	Empresa especializada na prestação de serviços de transporte escolar – Linha Palmitalzinho/Cidade (período da manhã), veículo: Van. Capacidade mínima: 15 lugares. Com percurso aproximado de 30,2 km de ida + 30,2 km de volta, totalizando 60,4 km diários – previsão de 200 dias letivos	KM	12.080
05	Empresa especializada na prestação de serviços de transporte escolar – Linha Cidade/Arroio Moreira (período da tarde), veículo: Van. Capacidade mínima: 15 lugares. Com percurso aproximado de 28 km de ida + 28 km de volta, totalizando 56 km diários – previsão de 200 dias letivos	KM	11.200
06	Empresa especializada na prestação de serviços de transporte escolar – Linha Assentamento Bela Manhã/Cidade (período da tarde), veículo: Van ou Kombi. Capacidade mínima: 08 lugares. Com percurso aproximado de 50 km de ida + 50 km de volta, totalizando 100 km diários – previsão de 200 dias letivos	KM	20.000

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Para atendimento da necessidade de transporte escolar dos estudantes residentes nas áreas rurais e periféricas do Município, foram analisadas as principais soluções disponíveis no mercado, considerando aspectos de viabilidade técnica, econômica e operacional.

Contratação de serviço de transporte escolar terceirizado:

Assinado por 2 pessoas: MAINARA PIEROG e ANDRESSA NAIRNE
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/A7B3-FA05-4959-AE4C e informe o código A7B3-FA05-4959-AE4C

Consiste na contratação de empresa especializada para execução do transporte escolar mediante disponibilização de veículos e motoristas habilitados, conforme rotas e horários definidos pela Administração.

Vantagens:

- Redução de custos com frota própria e manutenção dos veículos;
- Possibilidade de contratação de serviços especializados em transporte escolar;
- Maior flexibilidade na gestão de rotas e horários.

Desvantagens:

- Dependência de empresas terceirizadas, podendo haver atrasos ou falhas no serviço;
- Menor controle sobre a qualidade do transporte oferecido aos estudantes;
- Possibilidade de aumento dos custos ao longo do tempo devido a reajustes contratuais.

Aquisição de frota própria de veículos escolares:

Consiste na aquisição de veículos pelo Município para execução direta do transporte escolar.

Vantagens:

- Maior controle sobre o serviço de transporte oferecido aos estudantes;
- Possibilidade de customização da frota de acordo com as necessidades locais;
- Potencial economia a longo prazo em comparação com a terceirização.

Desvantagens:

- Alto investimento inicial para a compra dos veículos;
- Necessidade de pessoal qualificado para operação e manutenção dos ônibus;
- Limitações na capacidade de atendimento em caso de aumento da demanda

Parceria com empresas de transporte intermunicipal ou regional:

Consiste na utilização de serviços já existentes de transporte coletivo operados por empresas da região, mediante ajuste específico para atendimento escolar.

Vantagens:

- Aproveitamento da infraestrutura existente de empresas de transporte rodoviário;
- Possibilidade de utilização de ônibus mais modernos e confortáveis;
- Potencial redução de custos em relação à aquisição de frota própria.

Desvantagens:

- Dependência da disponibilidade de horários e rotas das empresas parceiras;
- Desafios na coordenação de horários de chegada e saída dos estudantes;
- Menor controle sobre a segurança e qualidade do transporte oferecido.

Assinado por 2 pessoas: MAINARA PIEROG e ANDRESSA NAIRNE
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/A7B3-FA05-4959-AE4C e informe o código A7B3-FA05-4959-AE4C

Diante das alternativas analisadas, verifica-se que a contratação de transporte escolar terceirizado apresenta maior viabilidade técnica e operacional para o Município, especialmente diante da necessidade de atendimento imediato das rotas escolares, da limitação de frota própria disponível e da necessidade de assegurar a continuidade do serviço público educacional.

7. ESTIMATIVA DA QUANTIDADE A SER CONTRATADA

A presente estimativa das quantidades a serem contratadas para a prestação dos serviços de transporte escolar foi elaborada com base em levantamento técnico criterioso, observando parâmetros objetivos que asseguram a adequada identificação da demanda existente.

1. Levantamento histórico: Foram analisados os dados referentes às distâncias percorridas em exercícios anteriores, tomando-se por base o histórico de execução das rotas anteriormente atendidas pela frota própria municipal. Tais informações permitiram aferir a demanda real de cada trajeto, considerando-se ainda eventuais adequações necessárias em razão de alterações de percurso, número de alunos atendidos e condições de trafegabilidade.
2. Calendário escolar: As estimativas também observaram o número de dias letivos previstos no calendário escolar do exercício de 2026, de modo a garantir a continuidade e a regularidade da prestação do serviço durante todo o período letivo, assegurando o atendimento integral aos estudantes da rede pública municipal.

A metodologia adotada busca conferir maior precisão à estimativa da quantidade de quilômetros a serem contratados, fundamentando-se em critérios objetivos e transparentes, em conformidade com os princípios da economicidade, eficiência, planejamento e continuidade do serviço público, previstos na legislação vigente.

Por fim, destacam-se, no quadro abaixo, as informações individualizadas de cada linha, contendo os respectivos trajetos, quilometragens e demais elementos necessários à composição da demanda contratual.

LINHAS DESTINADAS AO TRANSPORTE DE ALUNOS		
NOME DO PRODUTO/SERVIÇO:	QUANTIDADE	UNIDADE
LINHA: CANTUANA/ESCOLA ANTÔNIO VIEIRA (PERÍODO DA TARDE) VEÍCULO: VAN OU KOMBI CAPACIDADE: MÍNIMO 08 LUGARES 45 KM DE IDA + 45 KM DE VOLTA, TOTALIZANDO 90 KM/DIA - PREVISÃO DE 200 DIAS LETIVOS	18.000	KM
LINHA: RIO LOGRADOR/CIDADE (PERÍODO MANHÃ E TARDE) VEÍCULO: VAN OU KOMBI CAPACIDADE: MÍNIMO 08 LUGARES 18,35 KM DE IDA + 18,35 KM DE VOLTA, EM CADA PERÍODO,	14.680	KM

Rua Moisés Lupion, 1001 – Centro – CEP 85270-000 – Palmital – PR Fone: (42) 3657-1222 www.palmital.pr.

Assinado por 2 pessoas: MAINARA PIEROG e ANDRESSA NAIRNE
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/A7B3-FA05-4959-AE4C e informe o código A7B3-FA05-4959-AE4C

TOTALIZANDO 73,4 KM/DIA - PREVISÃO DE 200 DIAS LETIVOS		
LINHA: ÁGUA QUENTE SERELEPE/ESCOLA TIRADENTES (PERÍODO DA TARDE) VEÍCULO: VAN OU KOMBI CAPACIDADE: MÍNIMO 08 LUGARES 32,1 KM DE IDA + 32,1 KM DE VOLTA, TOTALIZANDO 64,2 KM/DIA - PREVISÃO DE 200 DIAS LETIVOS	12.840	KM
LINHA: PALMITALZINHO/CIDADE (PERÍODO DA MANHÃ) VEÍCULO: VAN CAPACIDADE: MÍNIMO 15 LUGARES 30,2 KM DE IDA + 30,2 KM DE VOLTA, TOTALIZANDO 60,4 KM/DIA - PREVISÃO DE 200 DIAS LETIVOS	12.080	KM
LINHA: CIDADE/ARROIO MOREIRA (PERÍODO DA TARDE) VEÍCULO: VAN CAPACIDADE: MÍNIMO 15 LUGARES 28 KM DE IDA + 28 KM DE VOLTA, TOTALIZANDO 56 KM/DIA - PREVISÃO DE 200 DIAS LETIVOS	11.200	KM
LINHA: ASSENTAMENTO BELA MANHÃ/CIDADE (PERÍODO DA TARDE) VEÍCULO: VAN OU KOMBI CAPACIDADE: MÍNIMO 08 LUGARES 50 KM DE IDA + 50 KM DE VOLTA, TOTALIZANDO 100 KM/DIA - PREVISÃO DE 200 DIAS LETIVOS	20.000	KM

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução definida consiste na contratação de empresa especializada para prestação de serviço de transporte escolar terceirizado, com disponibilização de veículos e condutores habilitados, visando garantir o transporte seguro, contínuo e eficiente dos estudantes residentes nas áreas rurais e periféricas do Município de Palmital até as unidades de ensino.

A escolha por essa solução decorre da necessidade de assegurar a continuidade do atendimento escolar com regularidade, segurança e adequação às características geográficas das rotas existentes no município, especialmente em trechos rurais de difícil acesso, onde há demanda variável e necessidade de veículos com diferentes capacidades.

A terceirização apresenta maior viabilidade técnica e operacional, uma vez que permite à Administração Pública contratar empresas especializadas na execução do serviço, com experiência na condução de transporte escolar, manutenção da frota, substituição de veículos em caso de necessidade, cumprimento de horários e atendimento às exigências legais relativas à habilitação dos condutores e condições de segurança.

Assinado por 2 pessoas: MAINARA PIEROG e ANDRESSA NAIRNE
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/A7B3-FA05-4959-AE4C e informe o código A7B3-FA05-4959-AE4C

Além dos aspectos operacionais, a solução demonstra-se economicamente mais vantajosa quando comparada à aquisição de frota própria.

Para fins de estimativa dos custos necessários à eventual aquisição de frota própria para atendimento das rotas de transporte escolar, foram consideradas contratações públicas recentes, priorizando-se, sempre que possível, referências compatíveis com as características e capacidades dos veículos necessários à execução do serviço.

Inicialmente, foi considerado o Procedimento Licitatório nº 183/2024, Pregão Eletrônico nº 48/2024, realizado pelo próprio Município de Palmital/PR e homologado em 24 de setembro de 2024, no qual foi registrado o valor de R$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais) para aquisição de veículo da categoria VAN, com capacidade para 08 passageiros, constituindo-se em referência de preço para esse tipo de veículo.

Para a categoria VAN com capacidade para 15 passageiros, foi considerada contratação pública recente realizada pelo Município de Ibiaí/MG, por meio do Contrato nº 59/2026, decorrente da Dispensa Eletrônica nº 13/2026, que registrou o valor unitário de R$ 334.960,00 (trezentos e trinta e quatro mil, novecentos e sessenta reais) para fornecimento de veículo tipo van escolar, zero quilômetro, com capacidade mínima de 15 lugares mais motorista, motorização a diesel e demais especificações técnicas previstas no instrumento de contratação.

Considerando a necessidade identificada para atendimento do transporte escolar municipal, composta por 06 (seis) rotas, sendo 04 (quatro) rotas que demandam veículos do tipo VAN com capacidade para 08 passageiros e 02 (duas) rotas que demandam veículos do tipo VAN com capacidade para 15 passageiros, procedeu-se à estimativa do investimento necessário para eventual composição de frota própria:

Quantidade de linhas	Veículo	Custo unitário	Custo total/Item
04	VAN/KOMBI 08 PASSAGEIROS	R$ 220.000,00	R$ 880.000,00
02	VAN 15 PASSAGEIROS	R$ 334.960,00	R$ 669.920,00
			R$ 1.549.920,00

Totalizando, portanto, um custo inicial estimado de R$ 1.549.920,00 (um milhão, quinhentos e quarenta e nove mil, novecentos e vinte reais) para atendimento da demanda, valor este a ser desembolsado em parcela única. Ademais, devem ser considerados custos adicionais permanentes, tais como seguro, manutenção, remuneração dos condutores, abastecimento e eventuais tributos, fatores que elevam significativamente o custo total de manutenção da frota própria ao longo do tempo.

Conforme Despacho 6- 080/2026 (1doc), segue cotação atualizada de valor a ser pago por quilometro rodado.

Veículo	Valor pago por quilômetro rodado
VAN ou KOMBI 8 PASSAGEIROS	R$ 6,05
VAN 15 PASSAGEIROS	R$ 7,05

Assinado por 2 pessoas: MAINARA PIEROG e ANDRESSA NAIRNE
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/A7B3-FA05-4959-AE4C e informe o código A7B3-FA05-4959-AE4C

Considerando a somatória das quilometragens estimadas das linhas, segmentadas por categoria de veículo, obtêm-se os valores aproximados de contratação indicados no quadro abaixo:

Linha	Quilometragem estimada	Valor estimado para contratação
Cantuana/Escola Antônio Vieira	18.000 km/ano	R$ 108.900,00
Rio Lograder/Cidade	14.680 km/ano	R$ 88.814,00
Água Quente/Serelepe/Escola Tiradentes	12.840 km/ano	R$ 77.682,00
Palmitalzinho/Cidade	12.080 km/ano	R$ 85.164,00
Cidade/Arroio Moreira	11.200 km/ano	R$ 78.960,00
Assentamento Bela Manhã/Cidade	20.000 km/ano	R$ 121.000,00
		Total: R$ 560.520,00

Analisando os dados apresentados, conclui-se que, com a terceirização do serviço, o custo anual estimado para o Município será de aproximadamente R$ 560.520,00 (quinhentos e sessenta mil, quinhentos e vinte reais), considerando que a remuneração ocorrerá com base na quilometragem efetivamente percorrida. Tal modelo proporciona maior flexibilidade administrativa, permitindo eventuais adequações ou supressões de trechos conforme a necessidade, sem prejuízo ao atendimento dos estudantes, o que contribui diretamente para a economicidade e para o uso mais eficiente dos recursos públicos.

Outro ponto relevante é a possibilidade de expandir a cobertura do transporte escolar, atendendo um maior número de estudantes em áreas remotas e periféricas. A terceirização permite a flexibilização das rotas e a ampliação da rede de atendimento, possibilitando que mais alunos tenham acesso regular à escola, contribuindo para garantir o acesso e a permanência dos estudantes nas unidades escolares.

Diante desses benefícios, a implementação de transporte escolar terceirizado se mostra como a escolha mais vantajosa para a Prefeitura Municipal de Palmital, pois além de garantir o acesso seguro e eficiente dos estudantes à rede de ensino, proporciona uma gestão mais eficaz e econômica dos recursos públicos, contribuindo para a melhoria da qualidade da educação no município.

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

A contratação não será parcelada, pois o serviço de implementação do transporte escolar terceirizado é essencial e precisa ser realizado de forma completa e eficiente para garantir o acesso dos estudantes das áreas rurais e periféricas à rede de ensino. Parcelar a contratação poderia comprometer a continuidade e a qualidade do serviço prestado, impactando diretamente no cumprimento do objetivo de universalização da educação básica no Município de Palmital.

Assinado por 2 pessoas: MAINARA PEROG e ANDRESSA NAIRNE
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/A7B3-FA05-4959-AE4C e informe o código A7B3-FA05-4959-AE4C

10. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Com a implementação do transporte escolar terceirizado, a Prefeitura Municipal de Palmital poderá obter resultados significativos em termos de economicidade e aproveitamento dos recursos disponíveis.

Em relação à economicidade, a contratação de uma empresa especializada em transporte escolar pode reduzir custos operacionais, como manutenção de veículos, resultando em uma gestão mais eficiente dos recursos financeiros da prefeitura. Além disso, a terceirização permite o pagamento por serviço prestado, evitando gastos desnecessários com despesas fixas.

Por fim, em relação aos recursos materiais, a terceirização do transporte escolar possibilita contar com veículos mais modernos e seguros, garantindo um acesso adequado e regular dos estudantes das áreas rurais e periféricas à rede de ensino. Isso contribui diretamente para o cumprimento do compromisso de universalização da educação básica no município.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não há necessidade de contratações correlatas ou interdependentes antes de implementar o transporte escolar terceirizado. A contratação desse serviço pode ser realizada de forma direta e independente, sem a necessidade de outros contratos complementares. Possíveis contratações necessárias para a execução do transporte escolar terceirizado podem incluir apenas a seleção da empresa prestadora do serviço e a formalização do contrato correspondente.

12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

Possíveis impactos ambientais relacionados à implementação de transporte escolar terceirizado podem incluir aumento da emissão de gases de efeito estufa devido ao uso intensivo de veículos, geração de resíduos sólidos como pneus usados e óleo de motor descartado de forma inadequada. Para mitigar esses impactos, é importante exigir que os veículos tenham aceitável consumo de combustível e estejam em boas condições de manutenção, além de incentivar o uso de combustíveis menos poluentes.

Além disso, é fundamental incentivar um descarte adequado dos resíduos gerados, como pneus e óleo de motor, por meio da reciclagem ou reutilização desses materiais sempre que possível. Também é importante incentivar a adoção de práticas sustentáveis pelas empresas terceirizadas, como o uso de tecnologias mais limpas e a capacitação dos motoristas em direção econômica.

Em resumo, para minimizar os impactos ambientais da implementação de transporte escolar terceirizado, é essencial considerar requisitos de menor consumo de energia e recursos, bem como estabelecer medidas de logística reversa para gestão adequada dos resíduos gerados. Não há necessidade de providenciar outras contratações para atender a essas demandas específicas.

Assinado por 2 pessoas: MAINARA PIEROG e ANDRESSA NAIRNE
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/A7B3-FA05-4959-AE4C e informe o código A7B3-FA05-4959-AE4C

13. CONCLUSÃO

A análise preliminar indica que a terceirização apresenta maior viabilidade econômica e operacional, especialmente diante do investimento inicial necessário para composição de frota própria e dos custos recorrentes associados à sua manutenção, sendo que a vantajosidade fica confirmada mediante comparação dos custos totais estimados das alternativas. Dessa forma, com base nos elementos apresentados neste estudo, conclui-se que a contratação pretendida é Tecnicamente Viável, Operacionalmente Necessária e Plenamente Justificável.

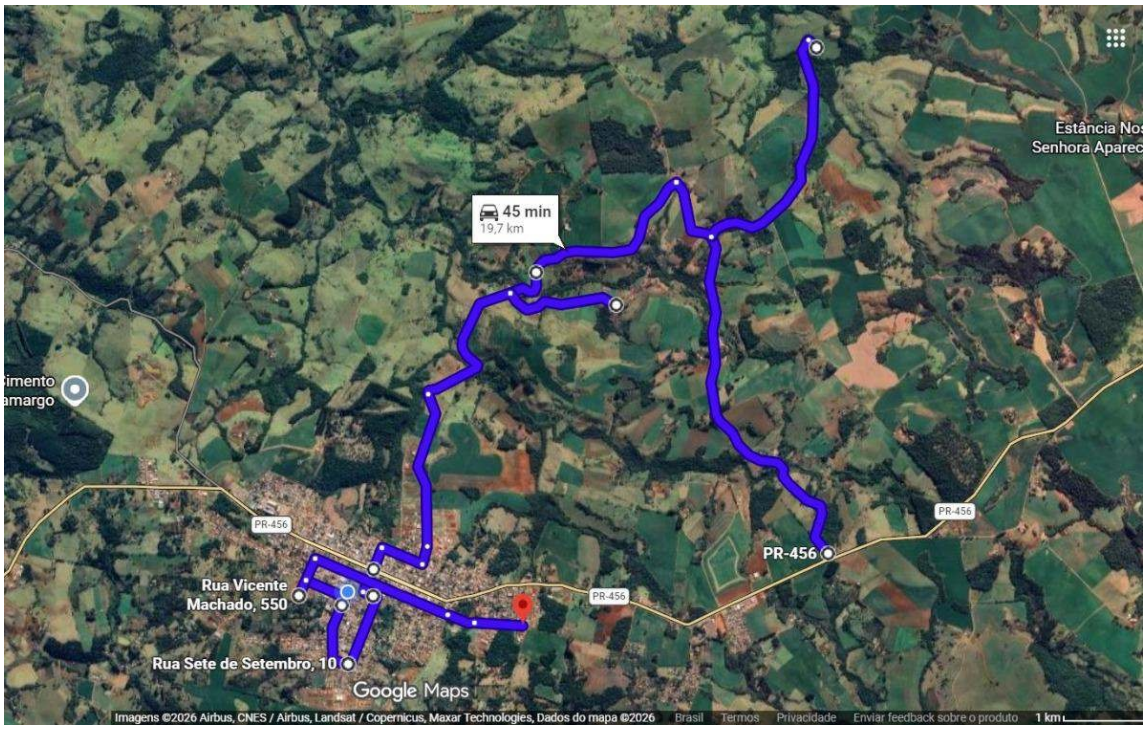
Palmital/PR, 21 de agosto de 2026.

MAINARA PIEROG
Equipe de Planejamento
Assinatura Digital conforme o Decreto Municipal nº 07/2026

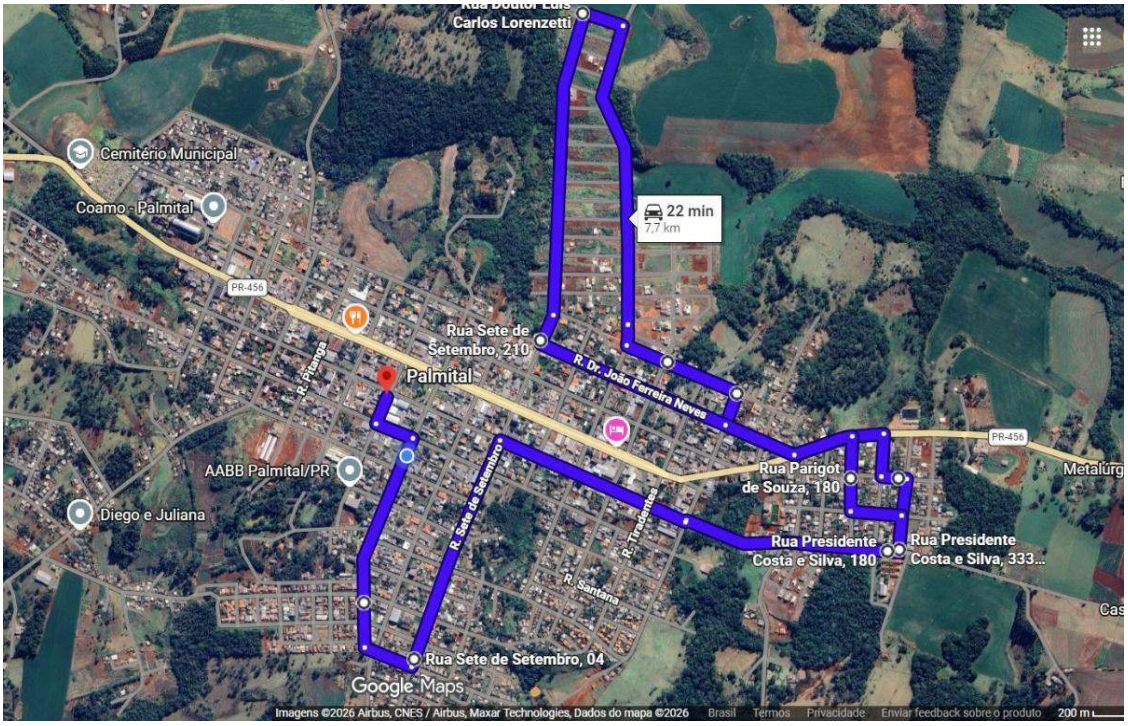
ANDRESSA NAIRNE
Secretária Municipal de Educação
Assinatura Digital conforme o Decreto Municipal nº 07/2026

Assinado por 2 pessoas: MAINARA PIEROG e ANDRESSA NAIRNE
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/A7B3-FA05-4959-AE4C e informe o código A7B3-FA05-4959-AE4C

- Linha Palmitalzinho/Cidade
- Trecho A → 19,7 km



- Auxilio Linha Palmitalzinho/Cidade
- Trecho B → 7,7 km



Assinado por 2 pessoas: MAINARA PIEROG e ANDRESSA NAIRNE
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/A7B3-FA05-4959-AE4C e informe o código A7B3-FA05-4959-AE4C

- Ramificações Linha Palmitalzinho/Cidade
- Ramificação 1 → 1,40 km
- Ramificação 2 → 0,698 km
- Ramificação 3 → 0,721 km

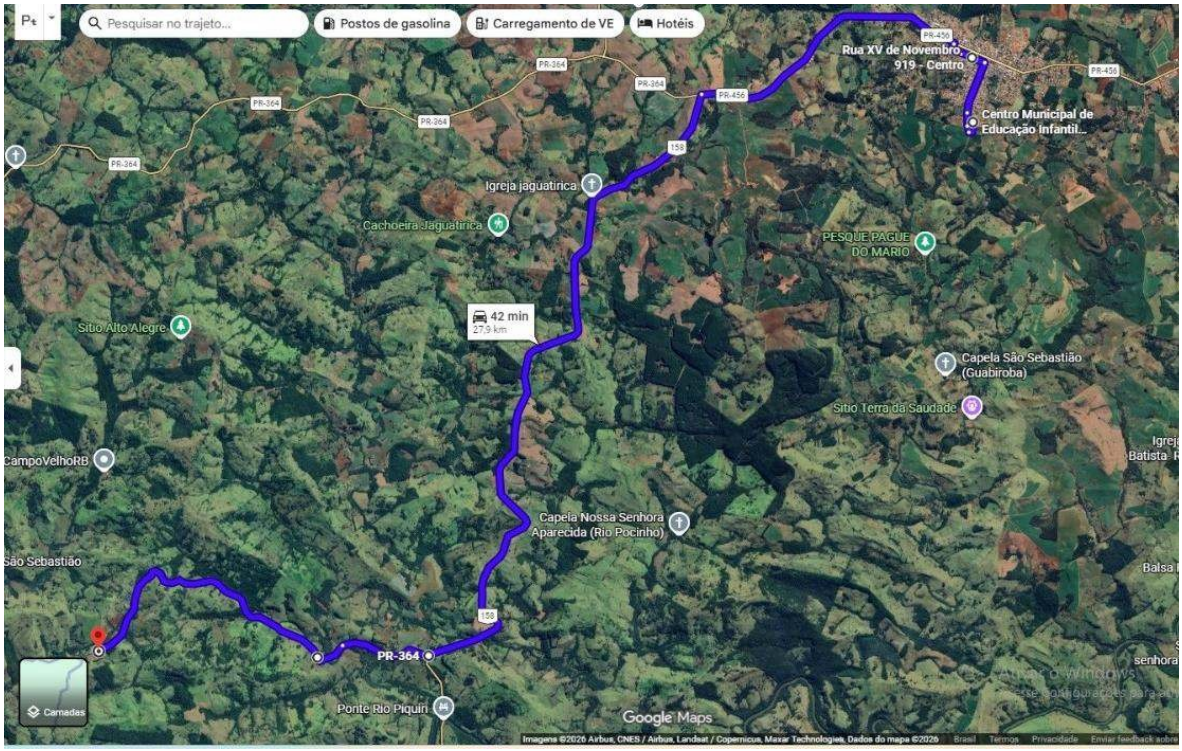




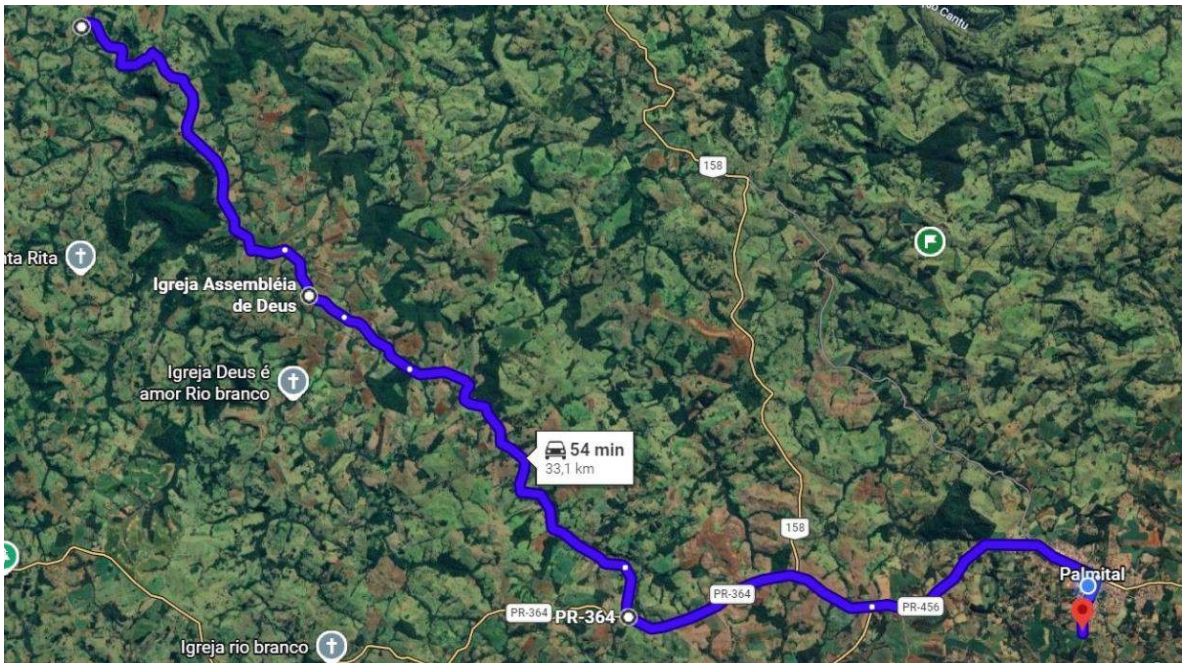


Assinado por 2 pessoas: MAINARA PIEROG e ANDRESSA NAIRNE
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/A7B3-FA05-4959-AE4C e informe o código A7B3-FA05-4959-AE4C

- Linha Arroio Moreira
- Trecho → 27,9 X km

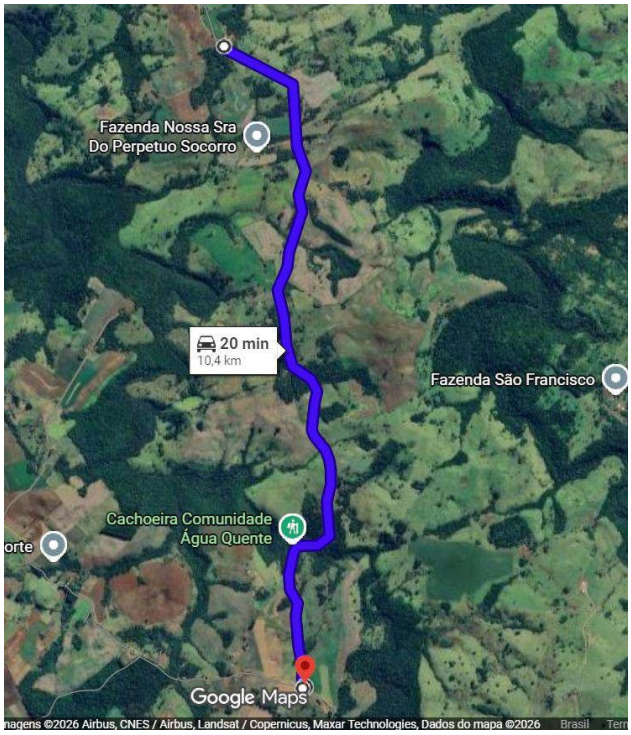


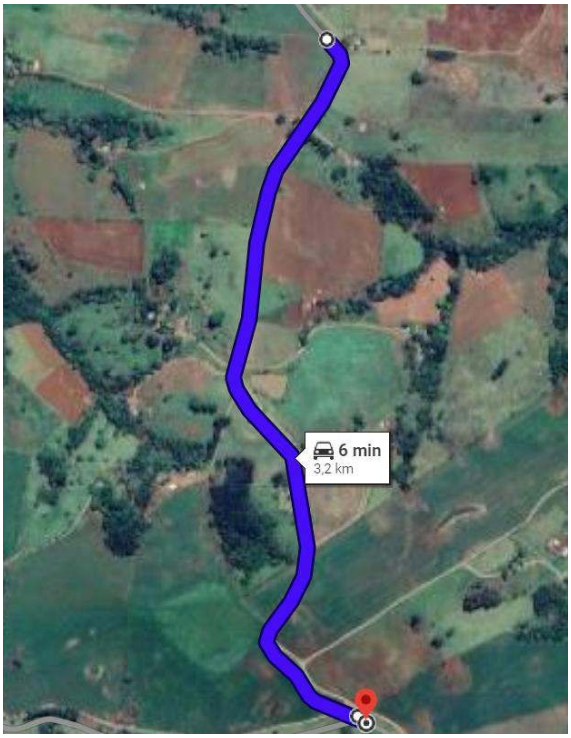
- Linha Assentamento bela manhã/Cidade
- Trecho → 33,1 X km



Assinado por 2 pessoas: MAINARA PIEROG e ANDRESSA NAIRNE
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/A7B3-FA05-4959-AE4C e informe o código A7B3-FA05-4959-AE4C

- Ramificações linha Assentamento bela manhã/Cidade
- Ramificação 1 → 10,4 km
- Ramificação 2 → 3,2 km
- Ramificação 3 → 3,4 km

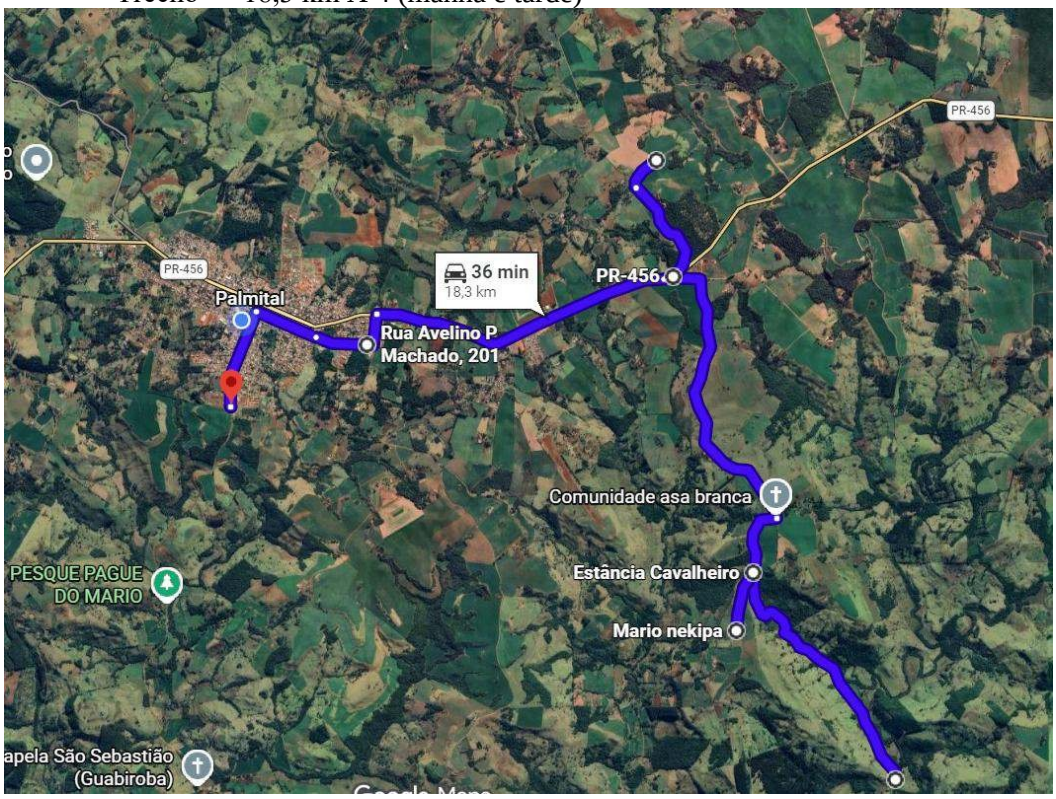






Assinado por 2 pessoas: MAINARA PIEROG e ANDRESSA NAIRNE
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/A7B3-FA05-4959-AE4C e informe o código A7B3-FA05-4959-AE4C

- Linha Rio Lograd or/Cidade
- Trecho → 18,3 km X 4 (manhã e tarde)

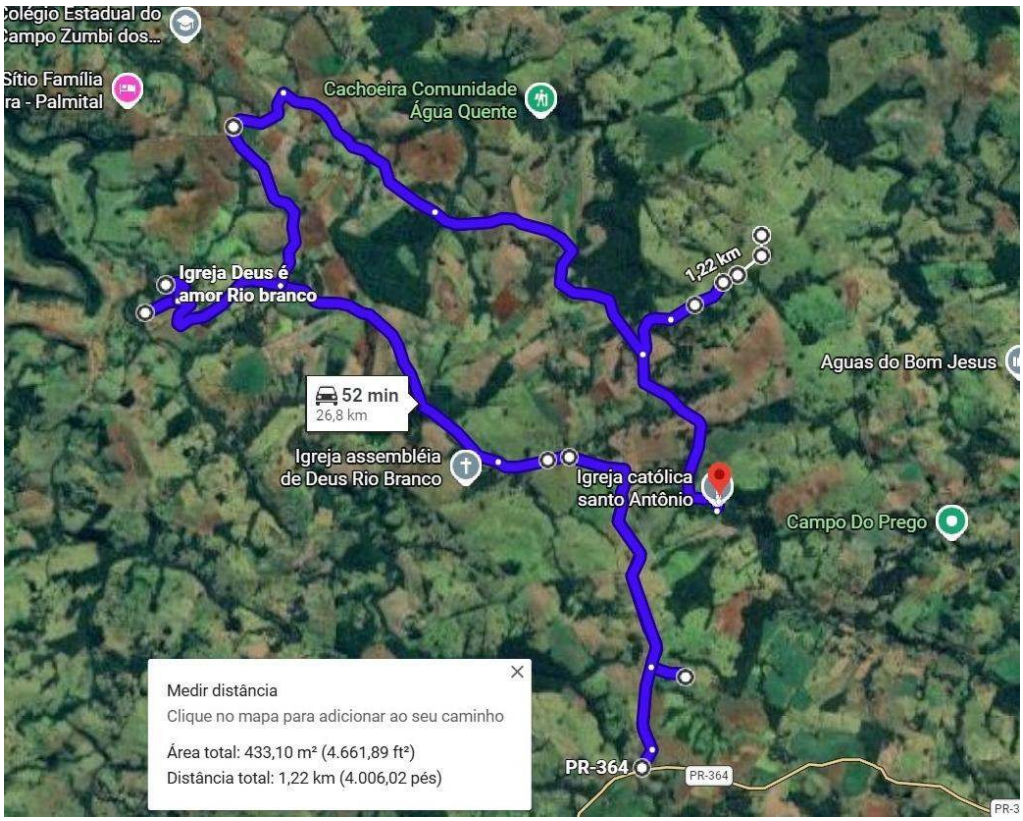


- Linha Cantuana/Escola Antônio Vieira
- Trecho → 31,6 km + 13,22



Assinado por 2 pessoas: MAINARA PIEROG e ANDRESSA NAIRNE
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/A7B3-FA05-4959-AE4C e informe o código A7B3-FA05-4959-AE4C

- Linha Água Quente Serelepe/Escola Tiradentes
- Trecho → 26,8 km
- Ramificação 1 → 1,22 km



- Ramificação 2 → 4,20 km



Assinado por 2 pessoas: MAINARA PIEROG e ANDRESSA NAIRNE
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/A7B3-FA05-4959-AE4C e informe o código A7B3-FA05-4959-AE4C

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: A7B3-FA05-4959-AE4C

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

MAINARA PIEROG (CPF 088.XXX.XXX-10) em 21/08/2026 14:16:25 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

ANDRESSA NAIRNE (CPF 084.XXX.XXX-29) em 21/08/2026 14:46:15 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/A7B3-FA05-4959-AE4C

Proc. Administrativo 9- 080/2026

De: Mainara P. - SME-DEP-TRANSP-ESC

Para: JUR-LIC - Procuradoria - Licitações

Data: 21/08/2026 às 14:50:37

Setores envolvidos:

GAB-PREF, SMA-Comp.Lic, SMF-DEP-CONT, SME, SME-DEP-TRANSP-ESC, COT, JUR-LIC

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte terceirizado

Segue anexo Termo de Referencia

_

Mainara Pierog

CHEFE DE MANUTENÇÃO E CONTROLE DA FROTA ESCOLAR

Anexos:
TR_LINHAS_2026.pdf

Assinado por 2 pessoas: MAINARA PIEROG e ANDRESSA NAIRNE
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/46CD-B280-2DE9-3B89 e informe o código 46CD-B280-2DE9-3B89

TERMO DE REFERÊNCIA

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

Órgão: MUNICÍPIO DE PALMITAL (75.680.025/0001-82)
Área Requisitante: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.

2. DEFINIÇÃO DO OBJETO

2.1. O objeto da presente contratação é a prestação de serviços de transporte escolar terceirizado, com veículo e motorista devidamente habilitado, para atendimento das rotas escolares da Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 12 (doze) meses, visando assegurar o transporte regular dos alunos da rede pública municipal de ensino do Município de Palmital, conforme condições, exigências e especificações estabelecidas neste Termo de Referência e no Estudo Técnico Preliminar.

2.2. Detalhamento e Quantitativos
A seguir, apresenta-se a descrição detalhada das linhas, sua natureza e as quantidades estimadas para o período de contratação:

Descrição	Quilometragem estimada/ano	Valor unitário por quilômetro	Valor total por categoria
Cantuana/Escola Antônio Vieira	18.000	R$ 6,05	R$ 108.900,00
Rio Lograd or/Cidade	14.680	R$ 6,05	R$ 88.814,00
Água Quente/Serelepe/Escola Tiradentes	12.840	R$ 6,05	R$ 77.682,00
Palmitalzinho/Cidade	12.080	R$ 7,05	R$ 85.164,00
Cidade/Arroio Moreira	11.200	R$ 7,05	R$ 78.960,00
Assentamento Bela Manhã/Cidade	20.000	R$ 6,05	R$ 121.000,00
			R$ 560.520,00

3. VIGÊNCIA E PRAZO DE EXECUÇÃO

3.1. Da Vigência: O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, com eficácia após a devida publicação do instrumento contratual.

3.2. Da Prorrogação:

3.2.1. Considerando a natureza contínua do serviço de transporte escolar, a vigência contratual poderá ser prorrogada, desde que mantidas as condições vantajosas para a Administração, observada a disponibilidade orçamentária e o interesse público devidamente justificado.

3.2.2. Nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, o contrato poderá ser prorrogado sucessivamente mediante termo aditivo, desde que haja autorização da autoridade competente, demonstração de vantajosidade econômica e manutenção da necessidade administrativa.

Assinado por 2 pessoas: MAINARA PIEROG e ANDRESSA NAIRNE
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/46CD-B280-2DE9-3B89 e informe o código 46CD-B280-2DE9-3B89

3.3. Do Prazo de Execução: A execução dos serviços deverá iniciar imediatamente após a emissão da Ordem de Serviço pela Secretaria Municipal de Educação, observando os dias letivos e os trajetos definidos.

3.4. Da Alteração do Prazo: Eventuais pedidos de prorrogação ou alteração do prazo de execução deverão ser apresentados por escrito pela contratada, devidamente justificados, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias do término do prazo vigente, ficando sua aceitação condicionada à análise e autorização da Administração Municipal de Palmital.

4. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

4.1. A fundamentação desta contratação, bem como a descrição detalhada da necessidade e a definição dos quantitativos almejados, encontra-se pormenorizada no Estudo Técnico Preliminar (ETP), documento que integra o presente processo administrativo.

4.2. O referido Estudo Técnico Preliminar fundamenta a viabilidade técnica e econômica da solução escolhida, demonstrando que a contratação é o meio mais eficaz para o atendimento do interesse público e das demandas da Secretaria solicitante.

4.3. Em observância ao princípio da publicidade e ao disposto na Lei nº 14.133/2021, o ETP permanece disponível para consulta nos autos, servindo de base para a especificação do objeto e para os requisitos de contratação estabelecidos neste Termo de Referência.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

5.1. A solução consiste na prestação contínua de serviços de transporte escolar terceirizado, compreendendo a disponibilização de veículo adequado, motorista devidamente habilitado e execução diária das rotas escolares contratadas, garantindo o deslocamento seguro dos alunos da rede pública municipal entre suas residências e as unidades escolares atendidas.

5.2. No planejamento da solução, foi considerado o ciclo de execução do objeto, abrangendo as seguintes etapas:

5.2.1. Adequação da Frota e Segurança: Os veículos utilizados deverão apresentar condições adequadas de trafegabilidade, segurança, conforto e capacidade compatível com o número de alunos transportados, observando as exigências do Conselho Nacional de Trânsito e da legislação vigente aplicável ao transporte escolar.

5.2.2. Logística Operacional: A execução deverá ocorrer conforme os trajetos, horários e dias letivos definidos pela Secretaria Municipal de Educação, garantindo regularidade, pontualidade e continuidade no atendimento das rotas estabelecidas.

5.2.3. Execução e Desempenho do Serviço: O serviço deverá ser prestado de forma contínua e eficiente, assegurando o transporte diário dos estudantes sem interrupções, observando-se as condições das estradas, acessibilidade dos trajetos e necessidades específicas de cada linha.

Assinado por 2 pessoas: MAINARA PIEROG e ANDRESSA NAIRNE
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/46CD-B280-2DE9-3B89 e informe o código 46CD-B280-2DE9-3B89

5.2.4. Manutenção e Responsabilidade Operacional: Caberá à contratada manter o veículo em perfeitas condições de funcionamento, arcando com manutenção preventiva e corretiva, combustível, seguros, tributos, encargos trabalhistas e demais despesas necessárias à plena execução contratual.

5.3. A contratada deverá assumir integral responsabilidade pelo cumprimento de todas as exigências legais relativas ao transporte escolar, incluindo habilitação do condutor, regularidade documental do veículo e observância das normas de segurança aplicáveis.

5.4. Em conformidade com as normas técnicas e legais, os veículos deverão atender aos requisitos mínimos de segurança, conservação e regularidade, respeitando a legislação de trânsito vigente e as exigências dos órgãos fiscalizadores competentes.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1 As licitantes deverão apresentar documentação relativa à sua habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal, regularidade trabalhista e habilitação técnica.
6.2 A documentação relativa à habilitação jurídica consistirá em:
6.2.1 Para sociedade empresária ou sociedade simples: ato constituinte devidamente registrado no respectivo registro, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores, caso tal informação já não conste do referido ato.
6.2.2 Sociedades dependentes de autorização do poder executivo federal para funcionar deverão também apresentar decreto de autorização ou ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
6.2.3 Para empresário individual ou de empresa individual de responsabilidade limitada: comprovante de inscrição no registro público de empresas da respectiva sede.
6.2.4 Para pessoa natural: cédula de identidade.
6.3 A documentação relativa à qualificação econômico-financeira consistira em:
6.3.1 Certidão negativa de pedido de falência, ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em data não superior a 90 (noventa) dias da data da abertura do certame, se outro prazo não constar do documento.
6.3.2 No caso de sociedade simples, a licitante deverá apresentar certidão dos processes cíveis em andamento, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em data não superior a 03 (três) meses da data da abertura do certame, se outro prazo de validade não constar no documento;
6.3.3 No caso de certidão positiva, a licitante devera juntar a certidão de objeto de ré, expedida pelo oficio competente esclarecendo o posicionamento da (s) ação (ões).
6.4 Exigir-se-á a demonstração de patrimônio líquido mínimo no valor de 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, através de declaração.
-
6.5 Integrará o cálculo do patrimônio líquido, para os fins previstos de qualificação econômico-financeira, o valor de mutuo conversível em participação societária feito por investidor-anjo.
6.6 Nos termos do Artigo 15, III, da Lei Federal n° 14.133/2021, poderão os consórcios realizar o somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação.

Assinado por 2 pessoas: MAINARA PIEROG e ANDRESSA NAIRNE
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/46CD-B280-2DE9-3B89 e informe o código 46CD-B280-2DE9-3B89

6.7 A documentação relativa à regularidade fiscal consistira em:
6.7.1 Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).
6.7.2 Prova inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicilio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
6.7.3 Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal.
6.7.4 Certidão negativa relativa a Contribuições Previdenciárias, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.
6.7.5 Certidão conjunta negativa de débitos relativos a tributos federais e a dívida ativa da União.
6.7.6 Certidão de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado.
6.7.7 Prova de regularidade perante a Fazenda do município sede do fornecedor quanto aos tributos relacionados com a prestação licitada.
6.8 Serão aceitas como prova de regularidade para com as Fazendas Publicas certidões positivas com efeito de negativas.
6.9 Os documentos referidos nos incisos do caput deste artigo poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico, conforme art. 68 § 1 da Lei 14.133/21.
6.10 A documentação relativa à regularidade trabalhista consistira em:
6.10.1 Declaração firmada pelo representante legal da licitante, sob as penas da lei, para os fins do previsto no inciso VI do art. 12 da Lei Federal 14.133/21, cumpre o quanto estabelecido no inciso XXXIII do art. 7° da Constituição Federal.
6.10.2 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n° 5.452, de 1° de maio de 1.943. (Artigo 68, V, da Lei Federal 14.133/2021).
6.11 O licitante deverá apresentar ainda as seguintes declarações:
6.11.1 Declaração de que a licitante não foi apenada com as sanções previstas no art. 14, inciso III da Lei Federal 14.133/2021, seja isoladamente, seja em conjunto, aplicada por qualquer esfera da Administração Pública.
6.11.2 Declaração de inexistência de fato impeditivo de sua participação e habilitação, assinada por seu representante legal ou procurador, com o número da identidade do declarante.
6.11.3 Declaração de pleno atendimento as condições de habilitação.
6.11.4 Registro ou inscrição na entidade profissional competente, nos termos do artigo 67, inciso V da Lei n° 14.133/2021, se for cabível.
6.12 A documentação relativa à qualificação técnica, conforme previsto no artigo 67, inciso II da Lei n° 14.133/2021, consistira em:
6.12.1 Certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 32 do art. 88 da Lei 14.133/21;

Assinado por 2 pessoas: MAINARA PIEROG e ANDRESSA NARNE
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/46CD-B280-2DE9-3B89 e informe o código 46CD-B280-2DE9-3B89

6.12.2 Apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação.
6.12.3 Apresentação de documentação do condutor do veículo, bem como CNH com a categoria exigida para a realização do referido serviço.
6.12.4 Apresentação de documentação do veículo com qualificações para atender os requisitos de cada linha.
6.13 Serão aceitos o somatório de atestados, desde que comprovem a parcela relevante do objeto.
6.14 As empresas consorciadas poderão fazer entre si o somatório de atestados, para fins de qualificação técnica.
6.15 É necessária também a apresentação, para fins de qualificação técnica, a declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.
6.16 E facultado ao Agente de Contratação, de oficio ou mediante requerimento do interessado, em qualquer fase da Licitação realizar diligencias, destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. O modelo de execução do objeto consiste na prestação contínua de serviços de transporte escolar terceirizado, visando assegurar o deslocamento diário dos alunos da rede pública municipal, conforme rotas, horários e dias letivos definidos pela Secretaria Municipal de Educação.
7.2. Do Fluxo de Execução dos Serviços:
7.2.1. A execução terá início após emissão da Ordem de Serviço pela Secretaria Municipal de Educação.
7.2.2. A contratada deverá disponibilizar veículo e motorista devidamente habilitado, em conformidade com a legislação de trânsito e exigências do transporte escolar.
7.2.3. Os serviços deverão ser executados diariamente, nos dias letivos, obedecendo aos trajetos previamente estabelecidos:

- Cantuana/Escola Antônio Vieira (período da tarde)
- Rio Lograd or/Cidade (período manhã e tarde)
- Água Quente/Serelepe/Escola Tiradentes (período da tarde)
- Palmitalzinho/Cidade (período da manhã)
- Cidade/Arroio Moreira (período da tarde)
- Assentamento Bela Manhã/Cidade (período da tarde)

7.2.4. A quilometragem será aferida conforme percurso efetivamente realizado, mediante acompanhamento do fiscal do contrato.
7.3. Dos Padrões de Qualidade e Segurança:
7.3.1. Os veículos deverão estar em perfeitas condições de funcionamento, segurança, higiene e conservação.
7.3.2. A contratada será responsável integralmente por combustível, manutenção preventiva e corretiva, tributos, seguros, encargos trabalhistas e demais despesas operacionais.

Assinado por 2 pessoas: MAINARA PIEROG e ANDRESSA NAIRNE
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/46CD-B280-2DE9-3B89 e informe o código 46CD-B280-2DE9-3B89

7.3.3. O motorista deverá possuir CNH compatível com a categoria do veículo e curso específico para transporte escolar.
7.4. O serviço será considerado executado mediante ateste mensal do fiscal do contrato.

8. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

8.1. A gestão e a fiscalização da presente contratação serão exercidas de acordo com as regras e diretrizes estabelecidas no Decreto Municipal nº 14/2023 de Palmital, sem prejuízo das disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.
8.2. Do Gestor do Contrato:
- O gestor, designado pela autoridade máxima, atuará como gerente funcional com a função de administrar o contrato desde sua concepção até a finalização, competindo-lhe especialmente:
- Aferir a documentação de regularidade fiscal que antecede cada pagamento;
- Analisar pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro e eventuais alterações contratuais, após ouvir o fiscal;
- Acompanhar o desenvolvimento da execução por meio de relatórios e preencher o termo de avaliação de contratos administrativos;
- Inserir os dados referentes ao contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
8.3. Do Fiscal do Contrato:
- O fiscal será o agente público responsável pelo acompanhamento técnico e administrativo da prestação dos serviços, competindo-lhe:
- Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução, determinando o que for necessário à regularização de falhas;
- Conferir e certificar as faturas relativas às aquisições, procedendo às medições e avaliações dos serviços prestados;
- Esclarecer dúvidas técnicas, expedir notificações e exigir a observância das normas legais e especificações do objeto;
- Verificar a regularidade da execução das rotas, condições do veículo, documentação do condutor e cumprimento dos horários estabelecidos.
8.4. Da Responsabilidade da Contratada:
A fiscalização exercida pelo Município não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada por qualquer irregularidade, imperfeição técnica ou vício redibitório na execução do objeto. O descumprimento das obrigações, especialmente aos encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação das sanções administrativas previstas em lei.

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

9.1. Do Recebimento e Medição:
- A medição será realizada mensalmente, com base na quilometragem efetivamente executada em cada linha.
- O fiscal do contrato deverá atestar a execução regular dos serviços.
9.2. Do Pagamento:
- O pagamento será efetuado mensalmente, conforme quilometragem executada e valor contratado por quilômetro rodado.

Assinado por 2 pessoas: MAINARA PIEROG e ANDRESSA NAIRNE
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/46CD-B280-2DE9-3B89 e informe o código 46CD-B280-2DE9-3B89

- O prazo de pagamento será de até 30 dias após apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada.

9.3. Da Forma de Pagamento:

- O pagamento será realizado por transferência bancária em conta indicada pela contratada.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

10.1. Da Modalidade e Critério de Julgamento:

- O fornecedor será selecionado por meio da modalidade PREGÃO, em sua forma ELETRÔNICA, conforme rito estabelecido pela Lei nº 14.133/2021.
- O critério de julgamento adotado será o de MENOR PREÇO, considerando o julgamento por ITEM.

10.2. Dos Requisitos de Habilitação:

- Para fins de habilitação, o licitante deverá comprovar sua regularidade conforme as exigências da Lei nº 14.133/2021, abrangendo:
- Habilitação Jurídica: Comprovação de existência legal e capacidade de contratar.
- Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista: Prova de regularidade perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, bem como FGTS e Justiça do Trabalho.
- Qualificação Econômico-Financeira: Certidão negativa de falência, conforme o Art. 69 da Lei nº 14.133/2021.

10.3. Aplicação de tratamento diferenciado às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte:

- Nos termos da Lei Municipal nº 1.025/2016, que institui no âmbito do Município de Palmital o tratamento diferenciado e favorecido às Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedores Individuais (MEI), em consonância com a Lei Complementar Federal nº 123/2006, poderá ser aplicado no presente processo licitatório o regime de benefícios destinados a esses empreendimentos, inclusive no que tange à regionalização do procedimento.
- A adoção dessas medidas visa incentivar o desenvolvimento econômico local, fomentar a geração de empregos e fortalecer os pequenos negócios, objetivos expressamente previstos na legislação municipal que determina que os órgãos da administração pública incorporem, em seus procedimentos e contratações, o tratamento diferenciado e favorecido às micro e pequenas empresas.
- Dessa forma, no momento da elaboração do edital e condução do procedimento licitatório, poderão ser observadas as disposições relativas à participação, exclusividade, regionalidade, preferência e demais benefícios previstos na legislação aplicável, desde que compatíveis com o objeto da contratação e com as regras da legislação de licitações vigente.

10.4. Das Atribuições dos Agentes Públicos (Decreto Municipal nº 14/2023):

- A condução do certame ficará a cargo do Pregoeiro e sua respectiva Equipe de Apoio, devidamente designados pela autoridade máxima.
- Compete ao Pregoeiro coordenar a sessão pública, verificar a conformidade da proposta e julgar as condições de habilitação dos participantes.
- O Pregoeiro poderá, se necessário, sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas ou dos documentos de habilitação.

10.5. Da Negociação:

Assinado por 2 pessoas: MAINARA PIEROG e ANDRESSA NAIRNE
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/46CD-B280-2DE9-3B89 e informe o código 46CD-B280-2DE9-3B89

- Encerrada a fase de lances, o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente que apresentou o melhor preço, visando obter condições ainda mais vantajosas para o Município de Palmital.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O valor estimado para a presente contratação é de R$ 560.520,00, conforme levantamento constante no Estudo Técnico Preliminar e mapa de preços.
11.1.2 Valor composto por:
- Cantuana/Escola Antônio Vieira - R$ 108.900,00
- Rio Lograd or/Cidade - R$ 88.814,00
- Água Quente/Serelepe/Escola Tiradentes - R$ 77.682,00
- Palmitalzinho/Cidade - R$ 85.164,00
- Cidade/Arroio Moreira - R$ 78.960,00
- Assentamento Bela Manhã/Cidade - R$ 121.000,00
11.2. As estimativas de custo foram obtidas mediante a utilização dos seguintes parâmetros, conforme o Art. 23 da Lei nº 14.133/2021:
- Pesquisa de Mercado: Consulta direta a fornecedores do ramo, considerando preços praticados em condições semelhantes.
- Preços Referenciais: Utilização de painéis de preços, contratações similares de outros órgãos públicos e tabelas de referência oficiais.
11.3. Os preços unitários referenciais, detalhados na tabela do Item 2.2 (Detalhamento e Quantitativos), refletem a média aritmética (ou mediana) das cotações válidas obtidas durante a fase externa de pesquisa.
11.4. Dos Documentos de Suporte:
- Memória de Cálculo: O cálculo dos quantitativos baseia-se no histórico de consumo e na projeção de necessidade das secretarias, estando detalhado em documento separado integrante do ETP.
- Relatório de Cotações: As planilhas de custos e os documentos que dão suporte aos valores unitários (notas fiscais, orçamentos e prints de sistemas) constam em processo apartado, devidamente classificado e disponível para controle.
11.5. A responsabilidade pela exatidão dos parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e pelos cálculos realizados é do servidor/setor responsável pela elaboração da fase preparatória, conforme as normas vigentes no Município de Palmital

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento do Município de Palmital/PR para o exercício vigente, vinculados à Secretaria Municipal de Educação.
12.2. A indicação precisa da dotação orçamentária, bem como a reserva de saldo necessária para o atendimento desta demanda, encontra-se devidamente informada na Solicitação de Contratação nº 168/2026, documento que integra o presente processo administrativo.

Assinado por 2 pessoas: MAINARA PIEROG e ANDRESSA NAIRNE
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/46CD-B280-2DE9-3B89 e informe o código 46CD-B280-2DE9-3B89

12.3. A classificação orçamentária observará a natureza da despesa correspondente à contratação de serviços de transporte escolar, conforme previsão constante no orçamento municipal e disponibilidade financeira da secretaria requisitante.
12.4. Compete ao Gestor do Contrato, nos termos do Decreto Municipal nº 14/2023, monitorar o saldo das dotações indicadas e garantir a regularidade fiscal da contratada antes de qualquer autorização de pagamento ou liquidação da despesa.
12.5. A contabilidade municipal atestou a existência de prévia dotação orçamentária suficiente para cobertura das despesas decorrentes da contratação, conforme documento de reserva orçamentária constante nos autos.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As informações contidas neste Termo de Referência foram elaboradas a partir dos dados levantados pela Secretaria de Educação.
13.2. A descrição do objeto, as justificativas, as estimativas de preço referencial, as memórias de cálculo e demais documentos de suporte são de inteira responsabilidade do(s) servidor(es) que os elaborou(aram).
13.3. O Agente de Contratação ou Pregoeiro poderá, em qualquer fase da licitação, promover diligências para esclarecer ou complementar a instrução do processo, conforme as atribuições conferidas pelo Art. 2º do Decreto Municipal nº 14/2023.
13.4. Os casos omissos neste Termo de Referência serão deliberados pelo Pregoeiro ou pela Comissão de Contratação, em estrita observância à Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas municipais pertinentes.

Palmital/PR, 21 de agosto de 2026.

MAINARA PIEROG
Equipe de Planejamento
Assinatura Digital conforme o Decreto Municipal nº 07/2026

ANDRESSA NAIRNE
Secretária Municipal de Educação
Assinatura Digital conforme o Decreto Municipal nº 07/2026

Assinado por 2 pessoas: MAINARA PIEROG e ANDRESSA NAIRNE
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/46CD-B280-2DE9-3B89 e informe o código 46CD-B280-2DE9-3B89

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 46CD-B280-2DE9-3B89

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

MAINARA PIEROG (CPF 088.XXX.XXX-10) em 21/08/2026 14:51:05 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

ANDRESSA NAIRNE (CPF 084.XXX.XXX-29) em 21/08/2026 15:24:26 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/46CD-B280-2DE9-3B89

Proc. Administrativo 10- 080/2026

De: Danilo S. - JUR-LIC

Para: SMA-Comp.Lic - SMA - Compras e Licitações

Data: 25/08/2026 às 09:34:31

Setores envolvidos:

GAB-PREF, SMA-Comp.Lic, SMF-DEP-CONT, SME, SME-DEP-TRANSP-ESC, COT, JUR-LIC

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte terceirizado

_

DANILO AMORIM SCHREINER
Procurador do Município

Anexos:
1_PARECER_LICITACAO_LEI_NOVA_INICIAL_.pdf

Assinado por 1 pessoa: DANILO AMORIM SCHREINER
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/22D3-FC3C-BB7F-0F81 e informe o código 22D3-FC3C-BB7F-0F81

PARECER Nº 232/2026 – LIC (INICIAL)

DE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PALMITAL (PR)

PARA: COMISSÃO DE LICITAÇÃO

REF.: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.

A Secretaria Municipal de Transportes e demais Secretarias Municipais, encaminharam requerimento para o Exmo. Prefeito Municipal objetivando a abertura de procedimento para "REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES."

O pedido foi deferido pelo Prefeito através despacho no procedimento.

A Secretaria Municipal de Finanças, através do Departamento de Contabilidade, verificou a existência de previsão de recursos orçamentários para aquisição, no Município de Palmital-PR.

Considerando a natureza da despesa, características do objeto e valor, esta Procuradoria opina pela imprescindibilidade da abertura de procedimento licitatório.

Não se olvidar ainda da necessidade de se realizar licitação exclusiva à Micro e Pequenas Empresas, visto que há itens que não ultrapassem o valor de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) ou estabelecer cotas de 25% para micro e pequenas empresas quando o valor for superior a R$ 80 mil reais e houverem ao menos 3 fornecedores competitivos local ou regionalmente instalados, conforme preceituado no mesmo art. 48 supracitado, *in verbis:*

> Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública:
>
> I - deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos

Assinado por 1 pessoa: DANILO AMORIM SCHREINER
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/22D3-FC3C-BB7F-0F81 e informe o código 22D3-FC3C-BB7F-0F81

> itens de contratação cujo valor seja de até R$ 80.000,00 (oitenta mil reais);
>
> (...) III - deverá estabelecer, em certames para aquisição de bens de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.
>
> Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando:
>
> (...) II - não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

De outra banda, mas no mesmo sentido, no intuito de proporcionar maior transparência ao certame, obter melhores preços, economicidade e proporcionar maior visibilidade, dando garantia aos cidadãos Palmitalenses do bom uso do dinheiro público, esta Procuradoria sugere que a presente licitação seja realizada pela modalidade **"Pregão** Eletrônico**"**, que deve ser orientado pela Lei 14.133/2021 e suas eventuais alterações posteriores, bem como pelo Decreto Municipal nº 07/2024.

É o parecer, submeta-se à apreciação Superior.

Palmital-PR, 25 de Agosto de 2026

DANILO AMORIM SCHREINER
Procurador do município
OAB/PR 46.945

Assinado por 1 pessoa: DANILO AMORIM SCHREINER
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/22D3-FC3C-BB7F-0F81 e informe o código 22D3-FC3C-BB7F-0F81

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 22D3-FC3C-BB7F-0F81

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

DANILO AMORIM SCHREINER (CPF 046.XXX.XXX-50) em 25/08/2026 09:35:00 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: AC OAB G3 << AC Certisign G7 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/22D3-FC3C-BB7F-0F81

Proc. Administrativo 11- 080/2026

De: Antonio N. - SMA-Comp.Lic

Para: JUR-LIC - Procuradoria - Licitações - A/C Danilo S.

Data: 25/08/2026 às 15:53:42

_

Antonio Ferraz de Lima Neto
Agente de Contratação

Anexos:

2_EDITAL_PREGAO_N_30_2026_TRANSPORTE_TERCEIRIZADO.pdf

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2026

PROCESSO LICITATORIO Nº 87/2026

OBSERVAÇÃO: LICITAÇÃO COM LOTES EXCLUSIVOS PARA MICROEMPRESA (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI) E COM LOTES DE AMPLA CONCORRÊNCIA

EM ATENÇÃO AS DISPOSIÇÕES PREVISTAS NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06 REGULAMENTADA PELO DECRETO Nº 8.538/15, LEI COMPLEMENTAR Nº 147/14 E LEI MUNICIPAL Nº 1.025/16, ARTIGO 034.

O Município de Palmital, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº. 75.680.025/000-82, torna público, para conhecimento dos interessados que, no dia 11/09/2026 às 08h30min, realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico Nº 30/2026, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, regido pela Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021, conforme especificações descritas no Termo de Referência (Anexo I), o qual passa a ser parte integrante do presente Edital, devendo ser observadas as seguintes disposições:

Os trabalhos serão conduzidos por servidor designado, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos diretamente para a página eletrônica WWW.BNC.ORG.BR. O servidor terá, dentre outras, as seguintes atribuições: coordenar o processo licitatório; receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital, apoiado pela sua equipe responsável pela sua elaboração; conduzir a sessão pública na internet; verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos neste edital; dirigir a etapa de lances; verificar e julgar as condições de habilitação; receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão; indicar o vencedor do certame; conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e encaminhar o processo devidamente instruído a autoridade responsável pela adjudicação e propor a homologação.

Em razão do previsto na Lei Complementar nº 123/2006, em seu art. 47, que trata do tratamento diferenciado para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, esse procedimento deverá ser realizado exclusivamente para essas empresas, conforme também prevê o art. 48 da mesma Lei:

> *Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública:*
> *I - Deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R$ 80.000,00 (Oitenta mil reais);*

A) Os lotes que ultrapassaram o valor estabelecido, por se tratarem de itens não divisíveis, não foram objeto de reserva de cota para microempresas e empresas de pequeno porte. Dessa forma, tais lotes serão destinados à ampla concorrência, sem qualquer reserva, permitindo a participação de empresas de qualquer porte, em conformidade com a legislação vigente. Os referidos lotes correspondem àqueles constantes na tabela abaixo, conforme distribuição estabelecida no Termo de Referência.
B) O valores que ultrapassarem o limite estabelecido para exclusividade de micro e pequenas empresas, terão disputa de ampla concorrência.

Informamos que aplicaremos neste edital a Lei Complementar nº 147/2014, que criou o tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às MEI's, ME's ou EPP's, aplicando-se os benefícios preferencialmente em âmbito regional para a promoção do desenvolvimento econômico e social regional conforme previsão legal do Artigo 47, com a devida comprovação de no mínimo 03 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte, sediados local em fase interna do edital. Sendo assim edital em epígrafe será EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE NO ÂMBITO LOCAL, conforme disposto no Art. 34, §4º da Lei Municipal nº 1025/2016:

> *Art. 34. Nas contratações públicas será concedido tratamento diferenciado e simplificado para as Art. 34.*
> *Nas contratações públicas será concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica (LC federal nº 123/06, art. 47).*
> *§ 1º Para o cumprimento do disposto neste artigo a administração pública adotará as regras previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, constantes dos artigos 42 a 49 e nos artigos seguintes desta lei, bem como em normas regulamentares que prevejam tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte, especialmente (Lei Complementar nº na redação da LC 147/2014); 123/06, art. 42 a 49,*
> *I - Comprovação da regularidade fiscal somente para efeito de assinatura do contrato, mesmo tendo que apresentar toda a documentação exigida como condição de participação no certame;*
> *II - Preferência de contratação em caso de empate, como disciplinado no artigo 44 da referida lei complementar;*
> *III - Realização obrigatória de licitação destinada exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações cujo valor seja de até R$ 80.000,00 (oitenta mil reais);*
> *IV - Possibilidade de incluir no edital exigência de subcontratação de microempresa ou empresa de pequeno porte, em relação aos processos licitatórios destinados à aquisição de obras e serviços;*
> *V - Reserva obrigatória de cota de até 25% (vinte e cinco por cento) destinada exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte em certames para aquisição de bens de natureza divisível.*
> *§ 2º Os processos licitatórios exclusivos poderão ser destinados unicamente às microempresas e às empresas de pequeno porte locais, quando existentes preços competitivos em número igual ou superior a 03 (três), devendo, em caso contrário, serem ampliados às microempresas e às empresas de pequeno porte regionais.*
> *§ 3º Em relação aos benefícios referidos nos incisos 111, IV e V do § 1º a administração pública poderá, justificadamente, estabelecer a prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido (LC 123/2006, art. 48, § 3º, acrescentado pela LC 147/2014).*
> *§ Para efeitos deste artigo:*
> *I - Considera-se como local o território do Município de Palmital - PR.*

Verificou-se através da cotação de preços e através de outras contratações realizadas por essa municipalidade, que há diversos fornecedores enquadrados como microempresa e empresa de pequeno porte capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório, desta forma deverá cumprir com a Lei Complementar nº 123/2006.

Diante disso, a este processo sugere-se que seja aplicado a prioridade local/regional conforme lei Municipal nº 1025/2016 prevê a possibilidade de licitação EXCLUSIVA para ME/EPP/MEI, com base na pesquisa de preços e históricos de compras do mesmo objeto, onde é possível constar que há mínimo 3 (três) microempresas e empresas de pequeno porte regional competitivas, capazes de atender a este objeto. Além de que, o referido benefício não causa prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado

A empresa de pequeno porte e microempresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos artigos 42 a 45 da Lei Complementar 123/2006 e 147/14, deverão comprovar o seu enquadramento em tal situação jurídica através da declaração firmada por contador ou certidão simplificada, expedida pela Junta Comercial, ambas com prazo de validade de até 120 (cento e vinte) dias a contar da data de emissão.

A participação em licitação expressamente reservada à Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP), por licitante que não se enquadre na definição legal reservada a essas categorias, configura fraude ao certame, sujeito à aplicação das penalidades cabíveis.

A JUSTIFICATIVA para realização da licitação com prioridade local encontra-se no fato de existirem vários fornecedores competitivos sediados no âmbito local, que estão aptos a disputar para fornecimento do objeto licitado, mas principalmente, a contratação de serviços de transporte terceirizado é essencial para garantir o atendimento adequado das demandas do município, a utilização de serviços terceirizados possibilita maior flexibilidade na gestão da frota, redução de custos com manutenção, renovação veicular e mão de obra, além de assegurar maior eficiência e continuidade na prestação dos serviços. Considerando a disponibilidade de prestadores de serviço no comércio local, optou-se pela contratação de empresas sediadas no município, o que, além de atender plenamente à demanda, contribui para o fomento da economia local e a valorização dos empreendedores da região. tal medida está em consonância com os princípios da administração pública, especialmente os da eficiência e do desenvolvimento sustentável, promovendo o fortalecimento da economia municipal e a geração de emprego e renda na própria comunidade. Desse modo, em virtude de se tratar de município pequeno por que conta com cerca de 13.000 habitantes conforme dados do IBGE (ano de 2020) é indispensável a aplicação dos benefícios previstos na legislação municipal favorável às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte locais, que recolhem seus impostos neste município e municípios vizinhos, contribuindo para o desenvolvimento local, amparados no entendimento do Prejulgado nº 27 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, com justificada finalidade de se promover o desenvolvimento local, um dos pilares essenciais e objetivos da existência da Lei nº 123/2006.

Modalidade da Licitação: Pregão Eletrônico.
Tipo de Licitação: Menor Preço.
Data de Emissão: 25/08/2026
Sessão de Abertura: 11/09/2026 às 08h30min.
Recebimento de Propostas: Até às 08:00h de 11/09/2026
Plataforma: endereço eletrônico https://bnc.org.br/
Órgão responsável: MUNICÍPIO DE PALMITAL/PR
Contatos: Telefone: (42) 3657-1222 (Ramal 25)
E-mail: licitapalmital@palmital.pr.gov.br.
horário de Atendimento: De segunda à sexta-feira, das 08:00h às 11h30min e das 13:00h às 17h30min
Canais de publicidade: Portal da Transparência do Município de Palmital (PR) - https://www.palmital.pr.gov.br/portal/portal-licitacoes
Site oficial do Município- https://www.palmital.pr.gov.br/
Plataforma - https://bnccompras.com/Process/ProcessSearchPublic?param1=1

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, COM FORNECIMENTO DE VEÍCULOS, MOTORISTAS E DEMAIS RECURSOS NECESSÁRIOS, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.

1.2. O departamento solicitante foi: SECRETARIAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DO MUNICIPIO DE PALMITAL-PR. Conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, que são parte integrante deste edital.

1.3. A licitação será dividida em POR LOTE, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando- se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.4. O critério de julgamento adotado será o menor preço do POR ITEM, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.5. As quantidades constantes no ANEXO I deste edital poderão não ser adquiridas pelo Município. Se adquiridas, serão fornecidas pela(s) licitantes(s) vencedora(s), mediante emissão de ordem de fornecimento (REQUISIÇÃO/EMPENHO), de acordo com o disposto neste edital, podendo o fornecimento ser parcial ou total, de acordo com as necessidades do Município.

1.6. Terá EXCLUSIVIDADE de contratação, a Micro e Pequena Empresa , atendendo aos preceitos da Lei Complementar nº 123/2006, dos Microempreendedores Individuais – MEI, Microempresas (ME) e as Empresas de Pequeno Porte (EPP), qualificados como tais nos termos dos artigos 18-A e 3º da Lei Complementar nº 123/2006 com redação dada pela Lei Complementar nº 147/2014, e Lei Municipal 1025/2016.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2026	3150	07.005.12.362.1201.2057	146	3.3.90.33.03.00	Do Exercício
2026	5480	12.002.18.541.1801.2091	0	3.3.90.33.06.00	Do Exercício

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes a registro de preços não se aplicam neste edital.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o Registro Cadastral no site WWW.BNC.ORG.BR, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória pregão Eletrônico, em sua forma eletrônica.

a) O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico.
b) O uso da senha de acesso ao Sistema Eletrônico é de exclusiva responsabilidade da licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao Provedor do Sistema ou ao Município de Palmital, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
c) O credenciamento junto ao Provedor do Sistema implica a responsabilidade legal da licitante ou seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao 17/2024.

3.2. O cadastro deverá ser feito diretamente no sítio WWW.BNC.ORG.BR

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este pregão Eletrônico.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no WWW.BNC.ORG.BR e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.6. É de responsabilidade do licitante, além de credenciar-se previamente no sistema eletrônico utilizado no certame e de cumprir as regras do presente edital.

3.6.1. Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO ELETRÔNICO

4.1. Poderão participar deste pregão Eletrônico interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Portal Eletrônico WWW.BNC.ORG.BR

4.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006, e suas alterações posteriores.

4.3. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.3.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.3.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.3.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.3.4. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

4.3.5. Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.3.6. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

4.3.7. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.3.8. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.3.9. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.3.10. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.3.11. Agente público do órgão licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

4.4. COMO CONDIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO ELETRÔNICO, A LICITANTE APRESENTARÁ A SEGUINTE DECLARAÇÃO UNIFICADA:

4.4.1. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.4.2. Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.4.3. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.4.4. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

4.4.5. Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

4.4.6. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.7. Para atendimento da Micro e Pequena Empresa Local, Será aplicada a Lei Complementar nº 123/2006, dos Microempreendedores Individuais– MEI, Microempresas (ME) e as Empresas de Pequeno Porte (EPP), qualificados como tais nos termos dos artigos 18-A e 3º da Lei Complementar nº 123/2006 com redação dada pela Lei Complementar nº 147/2014, e Lei Municipal 1025/2016.

4.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS

5.1. Para participação no certame, os licitantes deverão cadastrar no sistema eletrônico, exclusivamente, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública. A documentação de habilitação será exigida posteriormente, na fase própria.

5.2. O envio da proposta, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema;

5.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances e do prazo para envio dos documentos de habilitação.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor unitário e total para cada item ou lote de itens (conforme o caso), em moeda corrente nacional;

6.1.2. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

6.7. Em se tratando de licitação que envolva o fornecimento de bens, a Administração poderá, excepcionalmente, nos termos dos artigos 41, 42 e 43 da Lei nº 14.133/2021, indicar marcas ou modelos e/ou exigir amostra ou prova de conceito, mediante procedimento de pré-qualificação.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

7.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2. Contiverem vícios insanáveis;

7.2.3. Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

7.2.4. Apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

7.2.5. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.2.6. Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

7.2.7. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.8. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1. O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preambulo deste edital.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R$ 0,01 (hum centavos).

7.9. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

7.10. Será adotado para o envio de lances no Pregão Eletrônico o modo de disputa “ABERTO”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.12. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

7.14. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.15. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro.

7.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

7.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes do certame, publicada no Portal de Compras Públicas, WWW.BNC.ORG.BR , quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura. E será reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.22. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.23. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.24. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.25. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.26. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

7.27. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.28. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

7.28.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.28.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.28.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.28.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.29. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.29.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.29.2. Empresas brasileiras;

7.29.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.29.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.30. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

7.31. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.31.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.31.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (DUAS) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.32. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

8.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado , ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.2.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

8.5. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (DUAS) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.5.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

8.5.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.6. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.7. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

8.8. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.8.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.8.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.9. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.10. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos documentos inseridos no portal de compras públicas, e ainda nos seguintes cadastros:

9.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (www.portaldatransparencia.gov.br/);

9.1.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

9.1.3. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:0)

9.1.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.4.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.4.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.1.4.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.1.5. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.1.6. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica.

9.2.1. É dever do licitante manter a documentação vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (DUAS) HORAS, sob pena de inabilitação.

9.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.7. Ressalvado o disposto no item 5, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.8. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

9.8.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

9.8.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.8.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.8.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.8.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

9.8.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

9.8.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

OBS. As certidões negativas deverão ser do domicílio ou sede da licitante.

9.9. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

9.9.1. CNPJ - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.9.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.9.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.9.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.9.5. Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;

9.9.6. Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada;

9.9.7. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

9.9.8. Caso o vencedor seja que se enquadre no tratamento diferenciado da Lei 123/2006 (Lei das Micro e Pequena empresa s) havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

9.10. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

9.10.1. Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101, de 9.2.2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 90 (noventa) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão;

9.11. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

9.11.1. Para todos os lotes:

a) Apresentação de atestado de capacidade técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que o licitante forneceu, a qualquer tempo, produtos compatíveis em características e quantidades com objeto licitado.

b) Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV) vigente. Serão admitidos veículos de propriedade da licitante e em nome de seus sócios (desde que comprovado o vínculo).

c) Para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a licitante deverá apresentar indicação de motorista habilitado nas categorias "D" ou "E", através da respectiva CNH.

9.11.2. Para o lote 01 (transporte coletivo):

a) O(s) condutor(es) indicado(s) para a prestação dos serviços deverá(ão) possuir, obrigatoriamente, o Curso Especializado de Transporte Coletivo de Passageiros, com certificação em plena validade, conforme as normas vigentes do CONTRAN.

9.11.3. Para os lotes 02, 03 e 04 (transporte escolar):

a) O(s) condutor(es) indicado(s) para a prestação dos serviços deverá(ão) possuir, obrigatoriamente, o Curso Especializado de Transporte Escolar, com certificação em plena validade, conforme as normas vigentes do CONTRAN.

b) A licitante deverá apresentar, para cada veículo indicado na prestação dos serviços, o Certificado de Autorização para Transporte Escolar, emitido pelo DETRAN/PR, dentro do prazo de validade, comprovando a realização da inspeção semestral obrigatória para verificação dos equipamentos de segurança, nos termos do Art. 136, inciso II, do CTB.

9.12. DECLARAÇÕES:

9.12.1. Declaração de sujeição às condições estabelecidas no edital e de inexistência de fatos supervenientes impeditivos da habilitação;

9.12.2. Declaração nos termos do inciso XXXIII, art. 7º da constituição federal;

9.12.3. Declaração de elaboração independente de proposta;

9.12.4. Declaração do porte da empresa;

9.12.5. Declaração de idoneidade;

9.12.6. Cumprimento dos requisitos de habilitação;

9.12.7. Declaração de reserva de cargos para pessoa com deficiência.

9.13. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal, social e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.13.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.14. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, social e trabalhista, a mesma será convocada para,

no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.15. A não-regularização fiscal, social e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal, social e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.16. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.17. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.18. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.19. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA.

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (DUAS) HORAS a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

10.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11. DOS RECURSOS

11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias uteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias uteis, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), ou e-mail, ou de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no certame, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

15. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

15.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

15.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

15.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

15.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

15.3.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

15.3.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

15.3.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão e os direitos da Administração previstos na Lei 14.133/2021.

15.4. O prazo de vigência da contratação se encerra no final do exercício financeiro da assinatura do mesmo e poderá ser prorrogado conforme previsão no instrumento contratual ou no termo de referência.

15.5. Previamente à contratação a Administração realizará consultas para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.52 2, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

15.6. Por ocasião da assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

15.6.1. Na hipótese de irregularidade, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

15.7. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

15.8. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

16. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

16.1. O reajustamento do valor contratual será regido pelas normas e critérios previstos na legislação específica aplicável ao objeto da presente licitação.

17. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

17.1. O prazo de entrega dos serviços será conforme descrito no termo de referência.

17.2. Os serviços deverão ser prestados na cidade de Palmital/PR, conforme as requisições e o mapeamento de cada secretaria solicitante.

17.3. Verificada a desconformidade de algum dos produtos, a licitante vencedora deverá promover as correções necessárias no prazo máximo de 03 (três) dias, sujeitando-se às penalidades previstas neste edital.

17.4. O material a ser entregue deverá ser adequadamente acondicionado, de forma a permitir a completa preservação do mesmo e sua segurança durante o transporte.

17.5. A nota fiscal/fatura deverá, obrigatoriamente, ser entregue junto com o seu objeto.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

18.1. As obrigações da contratante e da contratada são as estabelecidas nos anexos do edital.

19. DO PAGAMENTO

19.1. O pagamento de cada compra será efetuado em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo do objeto do contrato.

19.2. No caso de atraso no pagamento, o valor poderá ser corrigido e o índice de atualização financeira será o IPCA mensal incidente pro rata die desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento. No caso de extinção do IPCA, será utilizado outro índice que o Governo Federal determinar para substituí-lo.

19.3. A contratada suportará o ônus decorrente do atraso, caso as Notas Fiscais/Faturas contenham vícios ou incorreções que impossibilitem o pagamento.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

a) dar causa à inexecução parcial do contrato;

b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) dar causa à inexecução total do contrato;

d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

20.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 21.1 deste edital as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;

c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

20.3. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 21.2. do presente Edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo item.

20.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 21.2 do presente Edital.

20.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

20.6. A aplicação das sanções previstas no item 21.2. deste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

20.7. Na aplicação da sanção prevista no item 21.2, alínea “b”, do presente edital, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

20.8. Para aplicação das sanções previstas nas alíneas “c” e “d” do item 21.2 do presente Edital o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

20.9. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

20.10. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

20.11. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

20.12. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;

b) pagamento da multa;

c) transcurso do prazo mínimo de 01 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 03 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

20.13. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “h” e “l” do item 21.1 do presente Edital exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

21. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

21.1. Todas participantes desta licitação devem observar e fazer observar por seus fornecedores e subcontratados, se admitida a subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, contratação e execução do objeto.

21.2. Para os propósitos deste item, devem ser evitadas e inibidas as seguintes práticas:

21.3. “Prática Corrupta”: oferecer, dar, receber, ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação do servidor público no processo de licitação ou na execução do contrato;

21.4. “Prática Colusiva”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;

21.5. “Prática Coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou a sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução de um contrato;

21.6. “Prática Obstrutiva”: destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do Município de Palmital (PR), com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática irregular, bem como atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o Município de Palmital (PR)e/ou órgão de financiamento multilateral promover inspeção destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas, aos representantes do organismo financeiro multilateral, com objetivo de impedir materialmente a fiscalização da execução do recurso.

21.7. Considerando os compromissos encartados no item 19.1.1. e subitens, a participante vencedora, como condição para a contratação, deverá concordar autorizar que o Município de Palmital (PR)e/ou organismos de financiamento multilateral (através de pessoas por ele[s] formalmente indicadas) possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

21.8. O Município de Palmital (PR), garantida a prévia defesa, aplicará as sanções administrativas pertinentes, previstas na Lei nº 8.666/1993, se comprovar envolvimento de representante da empresa ou da pessoa física contratada em práticas corruptas, fraudulentas, conluiadas ou coercitivas, no decorrer da licitação ou na execução do contrato financiado por organismo financeiro multilateral, sem prejuízo das demais medidas administrativas, criminais e cíveis.

22. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

22.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

22.2. A impugnação deverá ser realizada EXCLUSIVAMENTE por FORMA ELETRÔNICA no sistema WWW.BNC.ORG.BR

22.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, contados da data de recebimento da impugnação.

22.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

22.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, em campo próprio do Sistema Portal de Compras Públicas no endereço eletrônico WWW.BNC.ORG.BR.

22.6. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

22.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, a concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

22.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

22.9. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio WWW.BNC.ORG.BR, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.

22.10. Não serão conhecidas as impugnações apresentadas após o respectivo prazo legal ou, no caso de empresas, que estejam subscritas por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela proponente.

22.11. A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. Da sessão pública do pregão Eletrônico divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

23.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, (ex. falta de energia elétrica, internet, etc.) a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

23.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

23.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

23.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

23.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

23.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

23.10. O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

23.10.1. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

23.11. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

23.12. A Prefeitura Municipal de Palmital, Estado do Paraná, poderá revogar este pregão Eletrônico por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.

23.12.1. A anulação do pregão Eletrônico induz à do contrato.

23.12.2. A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.

23.13. É facultado à autoridade superior, em qualquer fase deste pregão Eletrônico , promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação. Podendo ocorrer diligência para:

I - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

23.14. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico:

WWW.BNC.ORG.BR, WWW.PALMITAL.PR.GOV.BR, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no Setor de Compras e Licitação na Prefeitura Municipal de Palmital, Estado do Paraná, Rua Moises Lupion nº 1001, nos dias úteis, no horário das 08:00h às 11h30min. e das 13:00h às 17h30min. mesmo endereço e período no qual os autos do procedimento licitatório, permanecerão com vista franqueada aos interessados.

23.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Termo de referência;

ANEXO II – Plano de ação.

ANEXO III – Modelo de declaração Unificada.

ANEXO IV – Minuta Do Contrato.

Palmital, Estado do Paraná, 25 de Agosto de 2026.

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal

Rua Moisés Lupion, 1001 – Centro – CEP 852100-000 – Palmital – PR -Fone Fax: (42) 3657-1222 http://www.palmital.pr.gov.br

ANEXO I

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 87/2026

Início da Sessão de Disputa: - 14/04/2026 às 08h30min, mais informações como limite de recebimento e abertura de propostas encontram-se no sistema eletrônico e no aviso publicado.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, COM FORNECIMENTO DE VEÍCULOS, MOTORISTAS E DEMAIS RECURSOS NECESSÁRIOS, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.

Validade da proposta: 60 (sessenta) dias.
Prazo de Entrega: Os serviços deverão ser prestados em até 05 dias a contar do recebimento da Ordem de Compra e/ou Solicitação secretaria solicitante.

Lote: 1 - Ampla Concorrência						
Item	Código do serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	39139	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR LINHA CANTUANA/ESCOLA ANTÔNIO VIEIRA PARA O PERIODO DE 12(DOZE) MESES	18.000	KM	R$ 6,05	R$ 108.900,00
Lote: 2 - Exclusivo MEI/ME/EPP						
Item	Código do serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	39142	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR LINHA RIO LOGRADOR/CIDADE PARA O PERIODO DE 12(DOZE) MESES	14.680	KM	R$ 6,05	R$ 88.814,00
Lote: 3 - Exclusivo MEI/ME/EPP						
Item	Código do serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	39141	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR LINHA ÁGUA QUENTE/SERELEPE/ESCOLA TIRADENTES PARA O PERIODO DE 12(DOZE) MESES	12.840	KM	R$ 6,05	R$ 77.682,00
Lote: 4 - Ampla Concorrência						
Item	Código do serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	39140	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR LINHA PALMITALZINHO/CIDADE PARA O PERIODO DE 12(DOZE) MESES	12.080	KM	R$ 7,05	R$ 85.164,00
Lote: 5 - Exclusivo MEI/ME/EPP						
Item	Código do serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	39140	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR LINHA CIDADE/ARROIO MOREIRA PARA O PERIODO DE 12(DOZE) MESES	11.200	KM	R$ 7,05	R$ 78.960,00
Lote: 6 - Ampla Concorrência						
Item	Código do serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	39140	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR LINHA ASSENTAMENTO BELA MANHÃ/CIDADE PARA O PERIODO DE 12(DOZE) MESES	20.000	KM	R$ 6,05	121.000,00

OBS. Serão desclassificadas as propostas que apresentarem cotações contendo preços excessivos, simbólicos, de valor zero ou inexequíveis, na forma da legislação em vigor, ou ainda, que ofereçam preços ou vantagens baseadas nas ofertas dos demais licitantes. Estão inclusas no valor cotado todas as despesas com mão de obra e, bem como, todos os tributos e encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários e comerciais e, ainda, os gastos com transporte e acondicionamento dos produtos em embalagens adequadas.

A assinatura do contrato e a efetiva ordem de serviço ficam condicionadas à apresentação do Laudo de Vistoria Técnica, emitido pela Comissão Municipal de Transporte Escolar, atestando a plena regularidade do veículo e do condutor indicado.

ANDRESSA NAIRNE
Secretária Municipal de Educação

ANEXO II - PLANO DE AÇÃO - PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 87/2026

PLANO DE AÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESAS LOCAIS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, COM FORNECIMENTO DE VEÍCULOS, MOTORISTAS E DEMAIS RECURSOS NECESSÁRIOS, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.

1. Objetivo:
Este plano visa estabelecer diretrizes para a aquisição exclusiva de bens e serviços de microempresas e empresas de pequeno porte (ME/EPP) localizadas no Centro-Oeste do Paraná. A iniciativa busca fomentar o desenvolvimento econômico da região, fortalecer os pequenos empreendedores e gerar mais empregos locais.

A) Os lotes que ultrapassaram o valor estabelecido, por se tratarem de itens não divisíveis, não foram objeto de reserva de cota para microempresas e empresas de pequeno porte. Dessa forma, tais lotes serão destinados à ampla concorrência, sem qualquer reserva, permitindo a participação de empresas de qualquer porte, em conformidade com a legislação vigente. Os referidos lotes correspondem àqueles constantes na tabela abaixo, conforme distribuição estabelecida no Termo de Referência.
B) O valores que ultrapassarem o limite estabelecido para exclusividade de micro e pequenas empresas, terão disputa de ampla concorrência.

2. Justificativa para a Exclusividade:
A adoção da restrição de aquisição exclusiva é amparada pelo art. 48, inciso I da Lei Complementar nº 123/2006, que permite a destinação de processos licitatórios para ME/EPP em contratações de até R$ 80.000,00. Essa medida visa:

> Disposto no Art. 34, §4º da Lei Municipal nº 1025/2016:
> Art. 34. Nas contratações públicas será concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica (LC federal nº 123/06, art. 47).

- Estímulo à economia local: O fortalecimento das empresas locais promove a circulação de recursos na região, aumentando a renda e melhorando as condições socioeconômicas.

- Geração de empregos: Pequenas empresas são grandes empregadoras e impulsionam a oferta de trabalho formal e informal.

- Desenvolvimento sustentável: A dinamização da economia local reduz dependência de fornecedores externos, diminui custos logísticos e reduz impactos ambientais relacionados ao transporte de mercadorias.

- Apoio à competitividade regional: Incentivar os pequenos negócios permite que eles se tornem mais competitivos, melhorando sua capacidade produtiva e de inovação.

3. Estratégia de Implementação:

3.1. Diagnóstico e Levantamento de Empresas:

I. - Realizar um levantamento das ME/EPP registradas na região e seus segmentos de atuação.
II. - Identificar a capacidade produtiva e de fornecimento dessas empresas.

3.2. Definição das Compras e Serviços:

I. - Priorizar aquisições de produtos e serviços disponíveis na região.
II. - Adaptar os processos de compra pública para valorizar empresas locais sem prejuízo da qualidade e preço.

3.3. Critérios de Participação:

I. - Empresas devidamente cadastradas e regulares na Junta Comercial e Receita Federal.
II. - Fornecedores com sede na região do Centro-Oeste do Paraná.
III. - Atendimento aos requisitos técnicos exigidos nos editais.

3.4. Divulgação e Capacitação:

I. - Promover ações de divulgação dos editais junto às associações comerciais e empresariais.
II. - Realizar capacitações para orientar microempresas sobre processos licitatórios.

3.5. Monitoramento e Avaliação:

I. - Criar indicadores para avaliar o impacto da política de aquisição exclusiva.
II. - Estabelecer um canal de feedback com os fornecedores locais para melhorias no processo.

4. Benefícios para a Região e para Palmital:

I. - Cumprimento da legislação vigente: A licitação atende aos requisitos estabelecidos nos arts. 47 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, regulamentados pela Lei Municipal pertinente. Há microempresas e empresas de pequeno porte na região com capacidade para atender às exigências do edital, garantindo competitividade e incentivo ao desenvolvimento local.

Rua Moisés Lupion, 1001 – Centro – CEP 852100-000 – Palmital – PR -Fone Fax: (42) 3657-1222 http://www.palmital.pr.gov.br

II. - Agilidade na entrega e eficiência administrativa: A contratação de empresas locais reduz prazos de entrega e facilita a gestão, tornando a administração mais eficiente.
III. - Desenvolvimento econômico e social: O fornecimento para a Prefeitura cria oportunidades para pequenas empresas, gerando empregos e promovendo renda local.
IV. - Fomento ao desenvolvimento da Amocentro: Os municípios da Associação dos Municípios do Centro do Paraná (Amocentro) têm baixos índices de desenvolvimento humano. A contratação regional reduz desigualdades e fortalece a economia local.
V. - Aumento da arrecadação municipal: A circulação de recursos na economia local impulsiona a arrecadação de tributos, permitindo mais investimentos em infraestrutura, educação e saúde.
VI. - Incentivo à competitividade regional: Contratos anteriores eram firmados com empresas distantes, prejudicando fornecedores locais. A exclusividade equilibra a concorrência e fortalece a economia microrregional.
VII. - Redução de custos logísticos: A proximidade entre fornecedores e Prefeitura diminui custos com transporte, otimizando o orçamento municipal e a execução dos contratos.
VIII. - Sustentabilidade ambiental: A contratação de empresas locais reduz a emissão de poluentes no transporte de mercadorias, alinhando-se a políticas sustentáveis.

5. Conclusão:

A implantação da aquisição exclusiva para ME/EPP locais é uma estratégia eficaz para impulsionar o desenvolvimento econômico e social do Centro-Oeste do Paraná. A aplicação desta política, dentro dos limites legais, contribuirá para a geração de empregos, fortalecimento da economia e melhoria da qualidade de vida da população.

ANDRESSA NAIRNE
Secretária Municipal de Educação

ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

(papel timbrado da licitante)
Á pregoeira e equipe de apoio
Prefeitura Municipal de Palmital, Estado do Paraná

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 87/2026

Pelo presente instrumento, a empresa ....., CNPJ nº ....., com sede na ....., através de seu representante legal infra-assinado, que: ( ) Declara, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que se enquadra na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14, bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação.
*Marcar este item caso se enquadre na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.

1) Declaramos, para os fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, não empregamos menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos de idade, em cumprimento ao que determina o inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, acrescida pela Lei nº 9.854/99.

2) Declaramos que assumimos inteira responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados, sujeitando-nos a eventuais averiguações que se façam necessárias;

3) Comprometemo-nos a manter, durante todo o período de vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas nesta licitação;

4) Comprometemo-nos a repassar na proporção correspondente, eventuais reduções de preços decorrentes de mudanças de alíquotas de impostos incidentes sobre cumprimento do objeto, em função de alterações de legislação pertinente, publicadas durante a vigência do contrato;

5) Declaramos que temos conhecimento e submetemo-nos ao disposto neste edital e anexos e legislação aplicada;

6) Declaramos que até a presente data inexistem fatos impeditivos para nossa habilitação e participação no presente processo licitatório e estamos cientes da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

7) DECLARAMOS, ainda, que não fomos declarados inidôneos por nenhum órgão do poder público em qualquer de suas esferas;

8) Declaramos que em atendimento ao Acórdão nº 2745/2010 – TCE/PR, que seus sócios, dirigentes ou cotistas, bem como seu representante neste ato _____, inscrito no CPF sob nº _____, portador(a) da carteira de identidade nº _____, não são servidores do Município da Prefeitura de Palmital Paraná, nem cônjuge ou companheiro(a),parente em linha reta e/ou colateral, consanguíneo ou afim de servidor(a) público deste Município, que nele exerça cargo em comissão ou função de confiança, seja membro da comissão de licitação, pregoeiro ou atividade ligada à contratação;

9) Declaramos para os devidos efeitos e sob pena da lei que não possuir em seu quadro societário servidor público da ativa, empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista;

10) Declaramos, para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a)....., Portador(a) do RG sob nº ..... e CPF nº ....., cuja função/cargo é.....(sócio administrador/procurador/diretor/etc), responsável pela assinatura do pregão eletrônico/contrato.

11) Declaramos, para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente e este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, concordo que a pregão eletrônico /Contrato seja encaminhado para o seguinte endereço:
E-mail:
Telefone: ()

12) Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

13) Nomeamos e constituímos o senhor(a)....., portador(a) do CPF/MF sob n.º....., para ser o(a) responsável para acompanhar a execução, referente ao Pregão Eletrônico n.º Nº e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e na Ata de Registro de Preços/Contrato.

14) Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.
....., ..., ... de 2026.
Local e Data
Assinatura do Responsável pela Empresa
(Nome Legível/Cargo)

ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Departamento de Compras e Licitações

<NOMETIPOLICITACAO> ELETRONICO Nº <NUMEROLICITACAO>/<EXERCICIOLICITACAO>

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº <PROCESSOLICITACAO>

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº <NUMEROCONTRATO>/<EXERCICIOCONTRATO>

Pelo presente instrumento, o Município de PALMITAL-PR, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.680.025/0001-82, com sede administrativa na Rua Moisés Lupion, n° 1001, Centro, Cep-85.270-000, Palmital, Estado do Paraná, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal o Sr. ROBERTO CARLOS ROSSI, brasileiro, casado, portador do RG [redacted] e inscrito no CPF/MF sob o nº [redacted] residente e domiciliado na [redacted], denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado a Empresa <FORNECEDOR.CONTRATO#T&NOME>, pessoa jurídica de direito privado com endereço à <FORNECEDOR.CONTRATO#T&ENDERECOCOMPLETO> <FORNECEDOR.CONTRATO#T&CIDADEUF>, inscrita no CNPJ/MF sob <FORNECEDOR.CONTRATO#T&CNPJ>, neste ato representada por seu (sua) representante Legal, Senhor(a) <FORNECEDOR.CONTRATO#T&NOMEREPRESENTANTE>, portador do RG:<FORNECEDOR.CONTRATO#T&RGREPRESENTANTE> e inscrito no CPF/MF sob o nº <FORNECEDOR.CONTRATO#T&CPFREPRESENTANTE> denominada CONTRATADO(A), acordam e ajustam firmar o presente Contrato, decorrente do resultado da licitação, modalidade <NOMETIPOLICITACAO>, do tipo (MENOR PREÇO POR ITEM), nos termos da Lei Federal 14.133/2021, assim como pelas condições do Edital de <NOMETIPOLICITACAO> Nº <NUMEROLICITACAO>/<EXERCICIOLICITACAO>, pelos termos da proposta do CONTRATADO datada de <DATAINICIOVIGENCIA> e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a <SUMULALICITACAO>. – TERMO DE REFERÊNCIA QUE FAZ PARTE INTEGRANTE DO EDITAL com entrega única ou parcelada, atendendo ao pedido requisitado conforme as necessidades e quantidades solicitadas, contidas e estabelecidos no anexo I do Edital <NOMETIPOLICITACAO> Nº <NUMEROLICITACAO>/<EXERCICIOLICITACAO> parte integrante deste, independente de transcrição, conforme segue:

<ITENS.CONTRATO#T>

VALOR TOTAL DOS ITENS: R$ <VALORCONTRATO> (<VALORCONTRATO#E>).

CLÁUSULA SEGUNDA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DA VINCULAÇÃO DO CONTRATO

A legislação aplicável a este Contrato é a constante da Lei Federal nº 14.133/2021, e demais disposições aplicáveis a Licitação e Contratos Administrativos, bem como as Cláusulas deste instrumento e, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

§ 1º - Os casos omissos que se tornarem controvertidos em face das cláusulas do presente contrato serão resolvidos segundo os princípios jurídicos aplicáveis, por despacho fundamentado por assessor jurídico desta municipalidade.

§ 2º - Integram este contrato, o Edital de Pregão <NOMETIPOLICITACAO> Nº <NUMEROLICITACAO>/<EXERCICIOLICITACAO> e seus Anexos, Proposta de Preços Escrita, de cujo inteiro teor as partes declaram ter conhecimento e aceitam.

§ 3º - Após a assinatura deste Contrato, toda comunicação entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA será feita através de correspondência devidamente protocolada.

§ 4º - Fica o presente contrato vinculado aos termos do Edital <NOMETIPOLICITACAO> Eletrônico <NUMEROLICITACAO>/<EXERCICIOLICITACAO> e respectivos anexos, na proposta comercial do licitante vencedor, na Lei Federal 14.133/2021, ficando as partes obrigadas a cumprir todas as obrigações ai constantes.

CLÁUSULA TERCEIRA – SUBORDINAÇÃO ÀS NORMAS LEGAIS E CONTRATUAIS

As partes se declaram sujeitas às normas previstas à Lei Federal nº 14.133/2021, ao Edital de <NOMETIPOLICITACAO> Nº <NUMEROLICITACAO>/<EXERCICIOLICITACAO> e às cláusulas expressas neste Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Parágrafo Único – Constituem obrigações da CONTRATADA, além das demais previstas neste Contrato:

I - Fornecer o objeto no prazo estabelecido e no endereço situado na Rua José Basílio de Oliveira, esquina com Moisés Lupion, Centro Cidade Palmital/PR, CEP: 85.270-000, CENTRAL DE CONTROLE DO MUNICÍPIO, acompanhadas das notas fiscais para conferência, a qual ocorrerá no ato da entrega e no local de recebimento;

II - Fornecer o objeto deste contrato dentro dos elevados padrões de qualidade, eficiência e capacitação, conforme as especificações do objeto no edital ou melhor, assumindo inteira responsabilidade pelo mesmo;

III - Responsabilizar-se por todos e quaisquer prejuízos causados ao CONTRATANTE durante a vigência do presente contrato, bem como os relativos à omissão pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e quaisquer outras exigências legais inerentes a este instrumento;

IV - Responsabilizar-se por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato;

V - Cumprir todas as especificações previstas no Edital de <NOMETIPOLICITACAO> Nº <NUMEROLICITACAO>/<EXERCICIOLICITACAO> que deu origem ao presente instrumento.

VI – Obriga-se o(a) CONTRATADO(A) a fornecer a CONTRATANTE, todas as informações relativas ao fornecimento do objeto;

VII - Obriga-se ainda o(a) CONTRATDO(A) a apresentar certidão(ões) negativa(s) dos tributos antes de cada pagamento a ser efetuado pela Secretaria Municipal de Finanças, podendo os pagamentos ser suspensos até a sua devida regulamentação, sem prejuízo a CONTRATANTE;

CLÁUSULA QUINTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Constituem obrigações da CONTRATANTE além das demais previstas neste Contrato:

I - Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a CONTRATADA, efetuando os pagamentos de acordo com a Cláusula Nona;

II - Fornecer e colocar à disposição da CONTRATADA todos os elementos e informações que se fizerem necessários à execução da contratação;

III - Notificar, formal e tempestivamente, a CONTRATADA sobre as irregularidades observadas no cumprimento da contratação;

IV - Notificar a CONTRATADA, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;

V - Fiscalizar a execução da presente contratação por um representante da CONTRATANTE, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso do fornecimento e de tudo dará ciência à Administração, conforme a Lei Federal n.º 14.133/2021.

VI - A fiscalização de que trata o subitem acima não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pelos danos e prejuízos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução da contratação em conformidade com a Lei Federal 14.133/2021.

VII - Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa fornecer o objeto deste contrato, dentro dos elevados padrões de qualidade, eficiência, capacitação e responsabilidade, conforme as especificações do objeto;

VIII – Efetuar o pagamento ao(a) CONTRATADO(A) será efetuado até o 30° dia após o subsequente ao do fornecimento do objeto licitado, mediante apresentação de Nota Fiscal devidamente atestada por quem de direito.

CLÁUSULA SEXTA – FORNECIMENTO

I - O objeto deverá ter qualidade, e deverá ser entregue em até 05(cinco) dias, após a assinatura do termo de contrato de fornecimento e consequente solicitação, obedecerem às normas técnicas e, serem entregues na sede da licitante, mais especificamente à comissão de recebimento de mercadorias (CENTRAL DE CONTROLE).

II - O ato de recebimento do objeto licitados, não importa em sua aceitação. A critério da Secretaria Municipal de Administração / __, o objeto fornecido será submetido a verificação. Cabe ao fornecedor a devida correção, dentro de 24 (Vinte e Quatro) horas, do objeto, especificado no Edital que vier a ser recusado por não se enquadrar nas especificações estipuladas, apresentar defeitos de fabricação ou dano parcial ou geral, identificado na entrega - CENTRAL DE CONTROLE, ou no período de verificação - Secretaria Municipal responsável;

III - Por ocasião da entrega, a fatura ou documento fiscal, será obrigatoriamente emitido pela razão social, inclusive o CNPJ/MF do constante da documentação de regularidade fiscal apresentada na habilitação e no contrato firmado.

a) Todas as despesas oriundas da necessidade de troca/substituição, inclusive laudos/perícias verificada(s) pelo CONTRATANTE, serão de exclusiva responsabilidade do(a) CONTRATADO(A);

IV - Os produtos ou objetos a serem fornecidos devem ser de qualidade compatível com exigido no edital, compreendendo-se por esta expressão o melhor tipo de cada produto a ser fornecido e de acordo com a proposta apresentada.

V - Os equipamentos deverão ter garantia mínima de 12(doze) meses, contados da data da entrega.

a) (medicamentos) deverão no ato de sua entrega estar com o mínimo de 75% do prazo de validade vigente, podendo esse prazo ser reduzido havendo expressa convenção entre as partes: CONTRATADO(A) / SECRETARIA MUNICIPAL responsável;

CLÁUSULA SÉTIMA – ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

No desempenho de suas atividades, é assegurado ao órgão fiscalizador o direito de verificar a perfeita execução do presente ajuste em todos os termos e condições.

§ 1º - A ação ou omissão total ou parcial do órgão fiscalizador não eximirá o(a) CONTRATADO(A) da responsabilidade de entregar o objeto de qualidade com toda cautela e boa técnica.

§ 2º - Verificada a ocorrência de irregularidade no cumprimento do contrato, a Fiscalização tomará as providências legais e contratuais cabíveis, inclusive quanto à aplicação das penalidades previstas no presente contrato, na Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 3º - A fiscalização por parte da CONTRATANTE não eximirá ou reduzirá em nenhuma hipótese, as responsabilidades da empresa contratada em eventual falta que venha a cometer, mesmo que não observadas e/ou indicada pela fiscalização.

§ 4º - A execução deste contrato será acompanhada e fiscalizada por fiscais designados pela Portaria nº 420/2026. <FISCAL.CONTRATO#T>

CLAUSULA OITAVA – DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

As despesas decorrentes da contratação, objeto desta licitação, correrão por Dotações Orçamentárias específicas, a saber:

<DOTACOES.CONTRATO#T>

CLÁUSULA NONA – PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

I - O valor global deste contrato é de R$ <VALORCONTRATO> (<VALORCONTRATO#E>).

II - O pagamento à CONTRATADA será efetuado até o 30° dia subsequente após o fornecimento do objeto licitado, mediante apresentação de Nota Fiscal devidamente atestada por quem de direito. O pagamento ficará condicionado à comprovação da regularidade fiscal da Contratada (à critério da Contratante).

III - Havendo erro na fatura/nota/recibo, ou outra circunstância que desaprove liquidação, a mesma ficará pendente e o pagamento sustado, até que adjudicatário tome as medidas saneadoras necessárias.

CLÁUSULA DÉCIMA – VIGÊNCIA

O contrato terá vigência de <PRAZOVIGENCIA> (<PRAZOVIGENCIA#E>) , contados a partir da data de sua assinatura, podendo, no interesse da Administração, mediante termo aditivo, ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DA FORMA DE REAJUSTE

11.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

11.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

11.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

11.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

11.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

11.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

11.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11.8. O reajuste poderá ser realizado por apostilamento.

11.9 A Administração terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

11.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 1 (um) mês

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.1.1. Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.1.2. A advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.1.3. A multa, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021.

12.1.4. O impedimento de licitar e contratar será aplicado ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.1.5. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - PENALIDADES

I - O descumprimento dos prazos ou das especificações exigidas ensejará aplicação ao inadimplente de multa garantida defesa prévia, no valor de 0,5% (meio por cento) por dia corrido, calculado sobre o valor total do objeto licitado não entregue ou entregue fora do prazo ou ainda em desacordo com as especificações, até o limite de 15% (quinze por cento).

II - Pela inexecução total ou parcial do contrato, ou ainda pela desistência da proposta após a fase de habilitação, sem motivo justo decorrente de fato superveniente, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a contratada as demais sanções previstas no Art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DECIMA QUARTA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

Os licitantes e o contratado devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) “prática conluiada”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) “prática coercitiva”: causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) “prática obstrutiva”: (I) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; (II) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA - Considerando os propósitos das cláusulas acima, a CONTRATADA concorda e autoriza que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.”

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA – EXTINÇÃO

O presente contrato poderá ser rescindido pelos motivos previstos art. 137 da Lei Federal n.º 14.133/2021

§ 1º - A extinção acarretará, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial por parte da CONTRATANTE, a retenção dos créditos decorrentes deste contrato, limitada ao valor dos prejuízos causados, além das sanções previstas neste ajuste, até a completa indenização dos danos.

§ 2º - Fica expressamente acordado que, em caso de extinção, nenhuma remuneração será cabível, a não ser o ressarcimento de despesas autorizadas pela CONTRATANTE e, comprovadamente realizadas pela CONTRATADA, previstas no presente contrato.

§ 3º - Além dos motivos constantes do art. 137/2021, da Lei Federal n.º 14.133/2021, a CONTRATANTE poderá extinguir o presente contrato, caso o(a) CONTRATADO(A), venha a não entregar o objeto licitado dentro das condições, prazos e especificações deste instrumento

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA - DO RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DA ADMINISTRAÇÃO

O(A) CONTRATADO(A) reconhece desde já os direitos da Administração previsto na Lei Federal 14.133/2021, e incidentes sobre este contrato, particularmente o de extinção contratual administrativa.

CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA – NOVAÇÃO

A não utilização, por qualquer das partes, dos direitos a elas assegurados neste Contrato e na Lei 14.133/2021, e em geral, a não aplicação de quaisquer sanções neles previstas não importa em novação a seus termos, não devendo, portanto, ser interpretada como renúncia ou desistência de aplicação ou de ações futuras sendo que todos os recursos postos à disposição do CONTRATANTE serão considerados como cumulativos e não alternativos, inclusive em relação a dispositivos legais.

CLÁUSULA DÉCIMA-OITAVA – ALTERAÇÕES

O presente Contrato poderá ser alterado para ajuste de condições supervenientes que impliquem em modificações nos casos previstos nos Diplomas Legais pertinentes à matéria, em especial na Lei 14.133/021.

CLÁUSULA DÉCIMA-NONA - DA DISPENSA DO OFERECIMENTO DE GARANTIA

A CONTRATANTE dispensa o(a) CONTRATADO(A) do oferecimento de garantia na presente contratação.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO ATO AUTORIZATIVO DA CONTRATAÇÃO

A contratação em tela foi autorizada mediante a homologação confirmada do julgamento das propostas de eficácia à adjudicação da Licitação Modalidade <NOMETIPOLICITACAO> Nº <NUMEROLICITACAO>/<EXERCICIOLICITACAO>, mediante parecer exarado pela Procuradoria Jurídica de Palmital – Paraná e autorização do Prefeito Municipal.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-PRIMEIRA – FORO

Fica eleito o foro da Comarca da Contratante, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato.

Fica pactuado entre as partes, que este contrato adota a data da assinatura citada no extrato do contrato publicado como data do acordo firmado, estando as demais clausulas vinculadas submetidas a esta data.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Instrumento Contratual em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Palmital-PR, <DATAINICIOVIGENCIA>

ROBERTOCARLOS ROSSI

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

<FORNECEDOR.CONTRATO#T&NOME>

<FORNECEDOR.CONTRATO#T&NOMEREPRESENTANTE>

CPF: <FORNECEDOR.CONTRATO#T&CPFREPRESENTANTE>

CONTRATADO

Testemunhas:

<ASSINATURAS.CONTRATO#A>

Proc. Administrativo 12- 080/2026

De: Danilo S. - JUR-LIC

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 25/08/2026 às 17:13:02

Setores envolvidos:

GAB-PREF, SMA-Comp.Lic, SMF-DEP-CONT, SME, SME-DEP-TRANSP-ESC, COT, JUR-LIC

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte terceirizado

_

DANILO AMORIM SCHREINER
Procurador do Município

Anexos:
2_PARECER_EDITAL_Pregao_Eletronico.pdf

Assinado por 1 pessoa: DANILO AMORIM SCHREINER
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/79C3-3A80-3EA4-7DA9 e informe o código 79C3-3A80-3EA4-7DA9

PARECER JURÍDICO Nº 233/2026-LIC (EDITAL)
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 87/2026

DE: PROCURADORIA JURÍDICA MUNICIPAL

PARA: COMISSÃO DE LICITAÇÃO / PREGOEIRO

OBJETO: ANÁLISE JURÍDICA DA MINUTA DE EDITAL E DA MINUTA DE CONTRATO REFERENTES À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, COM FORNECIMENTO DE VEÍCULOS, MOTORISTAS E DEMAIS RECURSOS NECESSÁRIOS, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PALMITAL/PR).

I – RELATÓRIO

Trata-se de consulta formulada pelo órgão solicitante à Procuradoria Jurídica Municipal, para fins de análise da legalidade e regularidade do Processo Licitatório nº 87/2026, instaurado na modalidade Pregão Eletrônico nº 30/2026, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte escolar, com fornecimento de veículos, motoristas e demais recursos necessários, em atendimento às demandas da Secretaria Municipal de Educação do Município de Palmital/PR, licitação essa dividida em 6 (seis) lotes, sendo 3 (três) de ampla concorrência e 3 (três) de participação exclusiva de microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) e microempreendedores individuais (MEI).

O pedido foi deferido pelo Senhor Prefeito Municipal, conforme autorização constante dos autos. Compete à Secretaria Municipal de Finanças, por meio do Departamento de Contabilidade, atestar a existência de previsão de recursos orçamentários para a contratação, com dotações consignadas no exercício de 2026, conforme indicado no preâmbulo do Edital (dotações nº 3150 e 5480).

O processo foi instruído com os seguintes documentos: Termo de Formalização de Demanda, Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência (Anexo I), Plano de Ação (Anexo II), Modelo de Declaração Unificada (Anexo III), Minuta de Contrato (Anexo IV) e pesquisa de preços.

Registra-se que a presente manifestação jurídica restringe-se aos aspectos formais e legais do procedimento, não abrangendo questões de mérito técnico ou financeiro, tais como a adequação das quilometragens, dos preços máximos fixados por item e dos itinerários definidos, as quais são de responsabilidade exclusiva dos servidores e gestores competentes. Os documentos apresentados são considerados verídicos em seu conteúdo, sem prejuízo de eventual apuração de responsabilidades.

Assinado por 1 pessoa: DANILO AMORIM SCHREINER
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/79C3-3A80-3EA4-7DA9 e informe o código 79C3-3A80-3EA4-7DA9

Em síntese, é o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

1. Da Modalidade Licitatória e da Adequação ao Objeto

O presente certame está instrumentalizado à luz da Lei Federal nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), que rege integralmente os processos licitatórios do Município de Palmital/PR.

A regra constitucional da licitação, insculpida no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, impõe que a Administração Pública selecione a proposta mais vantajosa para os contratos de obras, serviços, compras e alienações, assegurando igualdade de condições a todos os concorrentes. Nesse contexto, a Lei nº 14.133/2021 definiu o Pregão como modalidade obrigatória para a contratação de bens e serviços comuns, nos termos do art. 6º, inciso XLI, c/c o art. 29 do mesmo diploma legal.

O objeto licitado, prestação de serviços de transporte escolar, com fornecimento de veículos e motoristas, enquadra-se na categoria de serviços comuns, passíveis de definição objetiva no instrumento convocatório por meio de especificações usuais de mercado. A modalidade Pregão Eletrônico, portanto, é plenamente adequada e obrigatória para a contratação em apreço, conforme o art. 29 da Lei nº 14.133/2021:

Art. 29. A concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum a que se refere o art. 17 desta Lei, adotando-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

O critério de julgamento pelo menor preço por item e o modo de disputa aberto são igualmente adequados à natureza do objeto, em conformidade com o art. 33, inciso I, e o art. 56, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, observando-se, ainda, que a divisão em lotes por linha de transporte atende ao princípio do parcelamento previsto no art. 40, inciso V, alínea "b", da mesma Lei, favorecendo a ampliação da competitividade.

2. Da Fase Preparatória e do Planejamento

A fase preparatória do processo licitatório atende aos requisitos estabelecidos no art. 18 da Lei nº 14.133/2021, que exige compatibilização com as leis orçamentárias e abordagem de considerações técnicas, mercadológicas e de gestão pertinentes à contratação.

O Termo de Referência (Anexo I do Edital), contém a descrição do objeto, os lotes por linha de transporte escolar, as quantidades estimadas em quilometragem, os preços máximos unitários e totais por lote, o prazo de validade da proposta e o prazo de entrega, elementos exigidos pelo art. 6º, inciso XXIII, da Lei nº 14.133/2021.

Assinado por 1 pessoa: DANILO AMORIM SCHREINER
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/79C3-3A80-3EA4-7DA9 e informe o código 79C3-3A80-3EA4-7DA9

Verifica-se, ainda, no Anexo I, a exigência de Laudo de Vistoria Técnica emitido pela Comissão Municipal de Transporte Escolar, condicionando a assinatura do contrato e a efetiva ordem de serviço à comprovação da regularidade do veículo e do condutor indicado, providência que se mostra adequada e recomendável à segurança do transporte de estudantes.

3. Da Análise da Minuta de Edital

Analisada a minuta do Edital do Pregão Eletrônico nº 30/2026, verifica-se que o instrumento convocatório observa, em linhas gerais, as prescrições do art. 25 da Lei nº 14.133/2021, contendo os elementos mínimos obrigatórios:

> *Art. 25. O edital deverá conter o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento.*

A minuta de Edital contempla, dentre outras disposições:

(i) objeto e lotes da contratação;
(ii) dotações orçamentárias;

iii) condições e vedações de participação;

iv) regras para apresentação de propostas e lances;

v) critério de julgamento (menor preço por item);

vi) exigências de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, econômico-financeira e técnica;

vii) prazo de validade das propostas de 60 (sessenta) dias;

viii) disciplina dos recursos administrativos;

ix) regras de adjudicação e homologação; e

x) penalidades aplicáveis, em consonância com os arts. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021.

Quanto à plataforma eletrônica, o certame será conduzido por meio do sistema BNC (www.bnc.org.br), atendendo à obrigatoriedade da forma eletrônica para o Pregão, nos termos do §2º do art. 17 da Lei nº 14.133/2021.

Contudo, esta Procuradoria aponta a necessidade de correção da seguinte inconsistência formal antes da publicação do instrumento: o Anexo I (Termo de Referência) indica, em seu cabeçalho, "Início da Sessão de Disputa: 14/04/2026 às 08h30min", data que diverge e é anterior à data de emissão do Edital (25/08/2026) e à sessão pública de abertura fixada no corpo do Edital (11/09/2026 às 08h30min). Trata-se, ao que tudo indica, de resíduo

Assinado por 1 pessoa: DANILO AMORIM SCHREINER
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/79C3-3A80-3EA4-7DA9 e informe o código 79C3-3A80-3EA4-7DA9

de minuta anterior que deve ser corrigido, sob pena de gerar insegurança aos licitantes quanto à data efetiva do certame.

4. Do Tratamento Diferenciado às ME/EPP/MEI

O Edital contempla, em sua essência, o tratamento diferenciado e favorecido às Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedores Individuais (MEI), conforme exigência da Lei Complementar Federal nº 123/2006, da Lei Complementar nº 147/2014 e da Lei Municipal nº 1.025/2016, tendo o edital sido corretamente estruturado com lotes exclusivos e lotes de ampla concorrência, nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, que assim dispõe:

> *Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública: I - deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R$ 80.000,00 (oitenta mil reais).*

Da análise dos valores máximos totais por lote constantes do Anexo I, verifica-se que:

- Lote 1 (Ampla Concorrência) – R$ 108.900,00: corretamente classificado, por superar o limite legal;

- Lote 2 (Exclusivo MEI/ME/EPP) – R$ 88.814,00: classificação em desacordo com o art. 48, inciso I, da LC nº 123/2006, por superar o limite de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais);

- Lote 3 (Exclusivo MEI/ME/EPP) – R$ 77.682,00: corretamente classificado, por estar dentro do limite legal;

- Lote 4 (Ampla Concorrência) – R$ 85.164,00: corretamente classificado, por superar o limite legal e tratar-se de item indivisível;

- Lote 5 (Exclusivo MEI/ME/EPP) – R$ 78.960,00: corretamente classificado, por estar dentro do limite legal;

- Lote 6 (Ampla Concorrência) – R$ 121.000,00: corretamente classificado, por superar o limite legal.

Verifica-se, portanto, que o Lote 2 foi indevidamente reservado com exclusividade a ME/EPP/MEI, uma vez que seu valor máximo total (R$ 88.814,00) ultrapassa o teto de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) previsto no art. 48, inciso I, da LC nº 123/2006. Acima desse limite, a legislação de regência não autoriza a reserva de exclusividade, sendo cabível, quando muito e de forma justificada, apenas a prioridade de contratação local ou regional de que trata o art. 48, §3º, da LC nº 123/2006 (empate ficto de até 10% sobre o melhor preço), e não a exclusividade de participação. Recomenda-se, pois, a reclassificação do Lote 2 para a condição de ampla concorrência, ou a revisão de sua composição/quantitativo, de modo a adequá-lo ao limite legal, sob pena de restrição indevida à competitividade e de eventual nulidade do item por afronta ao art. 48, inciso I, da LC nº 123/2006.

Assinado por 1 pessoa: DANILO AMORIM SCHREINER
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/79C3-3A80-3EA4-7DA9 e informe o código 79C3-3A80-3EA4-7DA9

No mais, o Edital fundamenta adequadamente a aplicação da prioridade de contratação local/regional com base no art. 34, §4º, da Lei Municipal nº 1.025/2016 e no Prejulgado nº 27 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR), fazendo referência à existência de, no mínimo, 03 (três) fornecedores competitivos locais ou regionais aptos a atender ao objeto, conforme pesquisa de preços realizada na fase interna.

5. Da Qualificação Técnica e da Coerência entre os Lotes

Compulsando os itens 9.11.2 e 9.11.3 do Edital, verifica-se inconsistência que deve ser sanada antes da publicação do instrumento convocatório: o item 9.11.2 exige, para o "lote 01 (transporte coletivo)", a apresentação de Curso Especializado de Transporte Coletivo de Passageiros, ao passo que o item 9.11.3 exige, para os "lotes 02, 03 e 04 (transporte escolar)", o Curso Especializado de Transporte Escolar e o Certificado de Autorização para Transporte Escolar emitido pelo DETRAN/PR.

Ocorre que, conforme o Anexo I (Termo de Referência), todos os 6 (seis) lotes do certame têm por objeto, indistintamente, a "PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR" (Lotes 1 a 6), não havendo lote de transporte coletivo. A exigência de qualificação técnica própria de transporte coletivo para o Lote 1, portanto, revela-se dissociada do objeto efetivamente licitado, ao passo que os Lotes 5 e 6 sequer restaram contemplados pelas exigências técnicas dos itens 9.11.2 e 9.11.3, criando lacuna quanto à qualificação técnica exigível para tais lotes.

Recomenda-se, assim, a revisão dos itens 9.11.2 e 9.11.3 do Edital, unificando-os (ou reformulando-os) para exigir, em relação a todos os 6 (seis) lotes, por se tratarem uniformemente de transporte escolar, o Curso Especializado de Transporte Escolar e o Certificado de Autorização para Transporte Escolar emitido pelo DETRAN/PR, em atenção ao §1º do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, que exige pertinência e proporcionalidade entre as exigências de qualificação técnica e o objeto licitado.

6. Da Análise da Minuta de Contrato

A minuta de contrato (Anexo IV), apresentada como Anexo do Edital nos termos do art. 18, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021, contempla as cláusulas necessárias previstas no art. 92 do mesmo diploma legal, incluindo: qualificação das partes, objeto, vigência, valor, condições de pagamento, dotação orçamentária, reajuste, fiscalização, obrigações das partes, penalidades e extinção contratual.

O reajuste anual pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, previsto na Cláusula Décima-Primeira, está em conformidade com o art. 92, inciso V, e o art. 135 da Lei nº 14.133/2021, que admitem a previsão de reajuste em sentido estrito para contratos de execução continuada, decorrido o interregno mínimo de 12 (doze) meses da data do orçamento estimado.

As penalidades previstas nas Cláusulas Décima-Segunda e Décima-Terceira observam o rol de infrações administrativas do art. 155 e as sanções do art. 156 da Lei nº

Assinado por 1 pessoa: DANILO AMORIM SCHREINER
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/79C3-3A80-3EA4-7DA9 e informe o código 79C3-3A80-3EA4-7DA9

14.133/2021, com multa de mora fixada em 0,5% por dia de descumprimento, limitada a 15% do valor do objeto não entregue, e multa de 0,5% a 30% para os demais casos, dentro dos parâmetros legais.

A Cláusula Décima-Quinta, relativa à extinção contratual, remete corretamente ao art. 137 da Lei nº 14.133/2021. A Cláusula Décima-Nona dispensa a exigência de garantia contratual, o que se encontra dentro da discricionariedade administrativa, ante a faculdade prevista no art. 96 da Lei nº 14.133/2021, e está em harmonia com o item 14.1 do Edital.

7. Da Publicidade e das Exceções Aplicáveis ao Município de Palmital/PR

O Município de Palmital/PR, com população estimada em aproximadamente 13.000 (treze mil) habitantes, conforme dados do IBGE (2020) citados na justificativa do Edital, enquadra-se nas exceções previstas no art. 176 da Lei nº 14.133/2021, aplicáveis aos municípios com até 20.000 (vinte mil) habitantes até 1º de abril de 2027, sendo-lhe facultado, nesse período, o cumprimento das obrigações de publicação por meio de Diário Oficial e disponibilização de versão física dos documentos, em substituição ao Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do art. 54, §1º, do mesmo diploma legal.

Considerando que o prazo da referida exceção transitória se encerra em 1º de abril de 2027, recomenda-se que a Administração já venha adotando as providências necessárias para a futura migração e alimentação regular do PNCP, de modo a evitar descontinuidade na publicidade dos atos licitatórios após o encerramento do período de exceção.

Ressalta-se que, na hipótese de o Município já utilizar plataforma eletrônica de licitação (BNC), é recomendável a publicação do extrato do edital também no Diário Oficial do Município ou do Estado, a fim de assegurar a ampla publicidade do certame e prevenir eventuais nulidades formais, o que se verifica atendido pelos canais de publicidade indicados no preâmbulo do Edital.

III – CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, esta Procuradoria Jurídica Municipal opina pela regularidade formal do presente processo licitatório, condicionada, contudo, ao saneamento prévio dos apontamentos a seguir elencados, nos limites da análise jurídica desenvolvida, excluídos os aspectos técnicos e financeiros e o juízo de oportunidade e conveniência do ajuste, que são de competência dos agentes técnicos responsáveis.

Conclui-se que:

- A modalidade Pregão Eletrônico é adequada e obrigatória para o objeto contratado, em conformidade com o art. 29 da Lei nº 14.133/2021;

Assinado por 1 pessoa: DANILO AMORIM SCHREINER
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/79C3-3A80-3EA4-7DA9 e informe o código 79C3-3A80-3EA4-7DA9

- A fase preparatória (fase interna) observou os requisitos do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, com elaboração do Termo de Referência, pesquisa de preços e verificação orçamentária;

- A minuta de Edital contém as cláusulas mínimas obrigatórias previstas no art. 25 da Lei nº 14.133/2021, remanescendo, porém, a necessidade de correção da data de "Início da Sessão de Disputa" constante do Anexo I (14/04/2026), que diverge da sessão pública fixada no corpo do Edital (11/09/2026);

- O Lote 2 encontra-se indevidamente classificado como "Exclusivo MEI/ME/EPP", por superar o limite de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) previsto no art. 48, inciso I, da LC nº 123/2006, devendo ser reclassificado para ampla concorrência ou ter seu quantitativo revisto, sob pena de restrição indevida à competitividade;

- Os itens 9.11.2 e 9.11.3 do Edital devem ser revisados, unificando as exigências de qualificação técnica para todos os 6 (seis) lotes como transporte escolar (e não transporte coletivo para o Lote 1), e suprindo a lacuna atualmente existente quanto aos Lotes 5 e 6;

É o parecer, que submeto à apreciação superior, condicionado o prosseguimento do feito ao saneamento dos apontamentos acima indicados.

Palmital/PR, 25 de agosto de 2026.

DANILO AMORIM SCHREINER
Procurador Municipal
OAB/PR 46.945

Assinado por 1 pessoa: DANILO AMORIM SCHREINER
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/79C3-3A80-3EA4-7DA9 e informe o código 79C3-3A80-3EA4-7DA9

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 79C3-3A80-3EA4-7DA9

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

DANILO AMORIM SCHREINER (CPF 046.XXX.XXX-50) em 25/08/2026 17:13:28 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: AC OAB G3 << AC Certisign G7 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/79C3-3A80-3EA4-7DA9

Proc. Administrativo 13- 080/2026

De: Antonio N. - SMA-Comp.Lic

Para: JUR-LIC - Procuradoria - Licitações

Data: 25/08/2026 às 17:26:36

_

Antonio Ferraz de Lima Neto
Agente de Contratação

Anexos:

2_EDITAL_PREGAO_N_30_2026_TRANSPORTE_TERCEIRIZADO.pdf

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2026

PROCESSO LICITATORIO Nº 87/2026

OBSERVAÇÃO: LICITAÇÃO COM LOTES EXCLUSIVOS PARA MICROEMPRESA (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI) E COM LOTES DE AMPLA CONCORRÊNCIA

EM ATENÇÃO AS DISPOSIÇÕES PREVISTAS NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06 REGULAMENTADA PELO DECRETO Nº 8.538/15, LEI COMPLEMENTAR Nº 147/14 E LEI MUNICIPAL Nº 1.025/16, ARTIGO 034.

O Município de Palmital, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº. 75.680.025/000-82, torna público, para conhecimento dos interessados que, no dia 11/09/2026 às 08h30min, realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico Nº 30/2026, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, regido pela Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021, conforme especificações descritas no Termo de Referência (Anexo I), o qual passa a ser parte integrante do presente Edital, devendo ser observadas as seguintes disposições:

Os trabalhos serão conduzidos por servidor designado, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos diretamente para a página eletrônica WWW.BNC.ORG.BR. O servidor terá, dentre outras, as seguintes atribuições: coordenar o processo licitatório; receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital, apoiado pela sua equipe responsável pela sua elaboração; conduzir a sessão pública na internet; verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos neste edital; dirigir a etapa de lances; verificar e julgar as condições de habilitação; receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão; indicar o vencedor do certame; conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e encaminhar o processo devidamente instruído a autoridade responsável pela adjudicação e propor a homologação.

Em razão do previsto na Lei Complementar nº 123/2006, em seu art. 47, que trata do tratamento diferenciado para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, esse procedimento deverá ser realizado exclusivamente para essas empresas, conforme também prevê o art. 48 da mesma Lei:

> *Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública:*
> *I - Deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R$ 80.000,00 (Oitenta mil reais);*

A) Os lotes que ultrapassaram o valor estabelecido, por se tratarem de itens não divisíveis, não foram objeto de reserva de cota para microempresas e empresas de pequeno porte. Dessa forma, tais lotes serão destinados à ampla concorrência, sem qualquer reserva, permitindo a participação de empresas de qualquer porte, em conformidade com a legislação vigente. Os referidos lotes correspondem àqueles constantes na tabela abaixo, conforme distribuição estabelecida no Termo de Referência.
B) O valores que ultrapassarem o limite estabelecido para exclusividade de micro e pequenas empresas, terão disputa de ampla concorrência.

Informamos que aplicaremos neste edital a Lei Complementar nº 147/2014, que criou o tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às MEI's, ME's ou EPP's, aplicando-se os benefícios preferencialmente em âmbito regional para a promoção do desenvolvimento econômico e social regional conforme previsão legal do Artigo 47, com a devida comprovação de no mínimo 03 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte, sediados local em fase interna do edital. Sendo assim edital em epígrafe será EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE NO ÂMBITO LOCAL, conforme disposto no Art. 34, §4º da Lei Municipal nº 1025/2016:

> *Art. 34. Nas contratações públicas será concedido tratamento diferenciado e simplificado para as Art. 34.*
> *Nas contratações públicas será concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica (LC federal nº 123/06, art. 47).*
> *§ 1º Para o cumprimento do disposto neste artigo a administração pública adotará as regras previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, constantes dos artigos 42 a 49 e nos artigos seguintes desta lei, bem como em normas regulamentares que prevejam tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte, especialmente (Lei Complementar nº na redação da LC 147/2014); 123/06, art. 42 a 49,*
> *I - Comprovação da regularidade fiscal somente para efeito de assinatura do contrato, mesmo tendo que apresentar toda a documentação exigida como condição de participação no certame;*
> *II - Preferência de contratação em caso de empate, como disciplinado no artigo 44 da referida lei complementar;*
> *III - Realização obrigatória de licitação destinada exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações cujo valor seja de até R$ 80.000,00 (oitenta mil reais);*
> *IV - Possibilidade de incluir no edital exigência de subcontratação de microempresa ou empresa de pequeno porte, em relação aos processos licitatórios destinados à aquisição de obras e serviços;*
> *V - Reserva obrigatória de cota de até 25% (vinte e cinco por cento) destinada exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte em certames para aquisição de bens de natureza divisível.*
> *§ 2º Os processos licitatórios exclusivos poderão ser destinados unicamente às microempresas e às empresas de pequeno porte locais, quando existentes preços competitivos em número igual ou superior a 03 (três), devendo, em caso contrário, serem ampliados às microempresas e às empresas de pequeno porte regionais.*
> *§ 3º Em relação aos benefícios referidos nos incisos 111, IV e V do § 1º a administração pública poderá, justificadamente, estabelecer a prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido (LC 123/2006, art. 48, § 3º, acrescentado pela LC 147/2014).*
> *§ Para efeitos deste artigo:*
> *I - Considera-se como local o território do Município de Palmital - PR.*

Verificou-se através da cotação de preços e através de outras contratações realizadas por essa municipalidade, que há diversos fornecedores enquadrados como microempresa e empresa de pequeno porte capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório, desta forma deverá cumprir com a Lei Complementar nº 123/2006.

Diante disso, a este processo sugere-se que seja aplicado a prioridade local/regional conforme lei Municipal nº 1025/2016 prevê a possibilidade de licitação EXCLUSIVA para ME/EPP/MEI, com base na pesquisa de preços e históricos de compras do mesmo objeto, onde é possível constar que há mínimo 3 (três) microempresas e empresas de pequeno porte regional competitivas, capazes de atender a este objeto. Além de que, o referido benefício não causa prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado

A empresa de pequeno porte e microempresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos artigos 42 a 45 da Lei Complementar 123/2006 e 147/14, deverão comprovar o seu enquadramento em tal situação jurídica através da declaração firmada por contador ou certidão simplificada, expedida pela Junta Comercial, ambas com prazo de validade de até 120 (cento e vinte) dias a contar da data de emissão.

A participação em licitação expressamente reservada à Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP), por licitante que não se enquadre na definição legal reservada a essas categorias, configura fraude ao certame, sujeito à aplicação das penalidades cabíveis.

A JUSTIFICATIVA para realização da licitação com prioridade local encontra-se no fato de existirem vários fornecedores competitivos sediados no âmbito local, que estão aptos a disputar para fornecimento do objeto licitado, mas principalmente, a contratação de serviços de transporte terceirizado é essencial para garantir o atendimento adequado das demandas do município, a utilização de serviços terceirizados possibilita maior flexibilidade na gestão da frota, redução de custos com manutenção, renovação veicular e mão de obra, além de assegurar maior eficiência e continuidade na prestação dos serviços. Considerando a disponibilidade de prestadores de serviço no comércio local, optou-se pela contratação de empresas sediadas no município, o que, além de atender plenamente à demanda, contribui para o fomento da economia local e a valorização dos empreendedores da região. tal medida está em consonância com os princípios da administração pública, especialmente os da eficiência e do desenvolvimento sustentável, promovendo o fortalecimento da economia municipal e a geração de emprego e renda na própria comunidade. Desse modo, em virtude de se tratar de município pequeno por que conta com cerca de 13.000 habitantes conforme dados do IBGE (ano de 2020) é indispensável a aplicação dos benefícios previstos na legislação municipal favorável às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte locais, que recolhem seus impostos neste município e municípios vizinhos, contribuindo para o desenvolvimento local, amparados no entendimento do Prejulgado nº 27 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, com justificada finalidade de se promover o desenvolvimento local, um dos pilares essenciais e objetivos da existência da Lei nº 123/2006.

Modalidade da Licitação: Pregão Eletrônico.
Tipo de Licitação: Menor Preço.
Data de Emissão: 25/08/2026
Sessão de Abertura: 11/09/2026 às 08h30min.
Recebimento de Propostas: Até às 08:00h de 11/09/2026
Plataforma: endereço eletrônico https://bnc.org.br/
Órgão responsável: MUNICÍPIO DE PALMITAL/PR
Contatos: Telefone: (42) 3657-1222 (Ramal 25)
E-mail: licitapalmital@palmital.pr.gov.br.
horário de Atendimento: De segunda à sexta-feira, das 08:00h às 11h30min e das 13:00h às 17h30min
Canais de publicidade: Portal da Transparência do Município de Palmital (PR) - https://www.palmital.pr.gov.br/portal/portal-licitacoes
Site oficial do Município- https://www.palmital.pr.gov.br/
Plataforma - https://bnccompras.com/Process/ProcessSearchPublic?param1=1

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, COM FORNECIMENTO DE VEÍCULOS, MOTORISTAS E DEMAIS RECURSOS NECESSÁRIOS, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.

1.2. O departamento solicitante foi: SECRETARIAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DO MUNICIPIO DE PALMITAL-PR. Conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, que são parte integrante deste edital.

1.3. A licitação será dividida em POR LOTE, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando- se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.4. O critério de julgamento adotado será o menor preço do POR ITEM, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.5. As quantidades constantes no ANEXO I deste edital poderão não ser adquiridas pelo Município. Se adquiridas, serão fornecidas pela(s) licitantes(s) vencedora(s), mediante emissão de ordem de fornecimento (REQUISIÇÃO/EMPENHO), de acordo com o disposto neste edital, podendo o fornecimento ser parcial ou total, de acordo com as necessidades do Município.

1.6. Terá EXCLUSIVIDADE de contratação, a Micro e Pequena Empresa , atendendo aos preceitos da Lei Complementar nº 123/2006, dos Microempreendedores Individuais – MEI, Microempresas (ME) e as Empresas de Pequeno Porte (EPP), qualificados como tais nos termos dos artigos 18-A e 3º da Lei Complementar nº 123/2006 com redação dada pela Lei Complementar nº 147/2014, e Lei Municipal 1025/2016.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2026	3150	07.005.12.362.1201.2057	146	3.3.90.33.03.00	Do Exercício
2026	5480	12.002.18.541.1801.2091	0	3.3.90.33.06.00	Do Exercício

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes a registro de preços não se aplicam neste edital.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o Registro Cadastral no site WWW.BNC.ORG.BR, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória pregão Eletrônico, em sua forma eletrônica.

a) O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico.
b) O uso da senha de acesso ao Sistema Eletrônico é de exclusiva responsabilidade da licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao Provedor do Sistema ou ao Município de Palmital, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
c) O credenciamento junto ao Provedor do Sistema implica a responsabilidade legal da licitante ou seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao 17/2024.

3.2. O cadastro deverá ser feito diretamente no sítio WWW.BNC.ORG.BR

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este pregão Eletrônico.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no WWW.BNC.ORG.BR e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.6. É de responsabilidade do licitante, além de credenciar-se previamente no sistema eletrônico utilizado no certame e de cumprir as regras do presente edital.

3.6.1. Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO ELETRÔNICO

4.1. Poderão participar deste pregão Eletrônico interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Portal Eletrônico WWW.BNC.ORG.BR

4.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006, e suas alterações posteriores.

4.3. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.3.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.3.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.3.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.3.4. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

4.3.5. Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.3.6. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

4.3.7. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.3.8. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.3.9. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.3.10. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.3.11. Agente público do órgão licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

4.4. COMO CONDIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO ELETRÔNICO, A LICITANTE APRESENTARÁ A SEGUINTE DECLARAÇÃO UNIFICADA:

4.4.1. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.4.2. Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.4.3. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.4.4. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

4.4.5. Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

4.4.6. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.7. Para atendimento da Micro e Pequena Empresa Local, Será aplicada a Lei Complementar nº 123/2006, dos Microempreendedores Individuais– MEI, Microempresas (ME) e as Empresas de Pequeno Porte (EPP), qualificados como tais nos termos dos artigos 18-A e 3º da Lei Complementar nº 123/2006 com redação dada pela Lei Complementar nº 147/2014, e Lei Municipal 1025/2016.

4.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS

5.1. Para participação no certame, os licitantes deverão cadastrar no sistema eletrônico, exclusivamente, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública. A documentação de habilitação será exigida posteriormente, na fase própria.

5.2. O envio da proposta, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema;

5.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances e do prazo para envio dos documentos de habilitação.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor unitário e total para cada item ou lote de itens (conforme o caso), em moeda corrente nacional;

6.1.2. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

6.7. Em se tratando de licitação que envolva o fornecimento de bens, a Administração poderá, excepcionalmente, nos termos dos artigos 41, 42 e 43 da Lei nº 14.133/2021, indicar marcas ou modelos e/ou exigir amostra ou prova de conceito, mediante procedimento de pré-qualificação.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

7.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2. Contiverem vícios insanáveis;

7.2.3. Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

7.2.4. Apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

7.2.5. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.2.6. Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

7.2.7. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.8. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1. O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preambulo deste edital.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R$ 0,01 (hum centavos).

7.9. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

7.10. Será adotado para o envio de lances no Pregão Eletrônico o modo de disputa “ABERTO”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.12. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

7.14. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.15. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro.

7.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

7.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes do certame, publicada no Portal de Compras Públicas, WWW.BNC.ORG.BR , quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura. E será reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.22. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.23. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.24. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.25. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.26. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

7.27. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.28. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

7.28.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.28.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.28.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.28.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.29. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.29.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.29.2. Empresas brasileiras;

7.29.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.29.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.30. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

7.31. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.31.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.31.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (DUAS) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.32. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

8.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado , ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.2.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

8.5. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (DUAS) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.5.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

8.5.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.6. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.7. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

8.8. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.8.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.8.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.9. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.10. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos documentos inseridos no portal de compras públicas, e ainda nos seguintes cadastros:

9.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (www.portaldatransparencia.gov.br/);

9.1.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

9.1.3. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:0)

9.1.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.4.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.4.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.1.4.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.1.5. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.1.6. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica.

9.2.1. É dever do licitante manter a documentação vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (DUAS) HORAS, sob pena de inabilitação.

9.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.7. Ressalvado o disposto no item 5, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.8. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

9.8.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

9.8.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.8.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.8.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.8.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

9.8.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

9.8.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

OBS. As certidões negativas deverão ser do domicílio ou sede da licitante.

9.9. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

9.9.1. CNPJ - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.9.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.9.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.9.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.9.5. Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;

9.9.6. Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada;

9.9.7. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

9.9.8. Caso o vencedor seja que se enquadre no tratamento diferenciado da Lei 123/2006 (Lei das Micro e Pequena empresa s) havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

9.10. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

9.10.1. Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101, de 9.2.2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 90 (noventa) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão;

9.11. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

9.11.1. Para todos os lotes:

a) Apresentação de atestado de capacidade técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que o licitante forneceu, a qualquer tempo, produtos compatíveis em características e quantidades com objeto licitado.

b) Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV) vigente. Serão admitidos veículos de propriedade da licitante e em nome de seus sócios (desde que comprovado o vínculo).

c) Para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a licitante deverá apresentar indicação de motorista habilitado nas categorias "D" ou "E", através da respectiva CNH.

9.11.2. Para os lotes 02, 03 e 04 (transporte escolar):

a) O(s) condutor(es) indicado(s) para a prestação dos serviços deverá(ão) possuir, obrigatoriamente, o Curso Especializado de Transporte Escolar, com certificação em plena validade, conforme as normas vigentes do CONTRAN.

b) A licitante deverá apresentar, para cada veículo indicado na prestação dos serviços, o Certificado de Autorização para Transporte Escolar, emitido pelo DETRAN/PR, dentro do prazo de validade, comprovando a realização da inspeção semestral obrigatória para verificação dos equipamentos de segurança, nos termos do Art. 136, inciso II, do CTB.

9.12. DECLARAÇÕES:

9.12.1. Declaração de sujeição às condições estabelecidas no edital e de inexistência de fatos supervenientes impeditivos da habilitação;

9.12.2. Declaração nos termos do inciso XXXIII, art. 7º da constituição federal;

9.12.3. Declaração de elaboração independente de proposta;

9.12.4. Declaração do porte da empresa;

9.12.5. Declaração de idoneidade;

9.12.6. Cumprimento dos requisitos de habilitação;

9.12.7. Declaração de reserva de cargos para pessoa com deficiência.

9.13. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal, social e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.13.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.14. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, social e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.15. A não-regularização fiscal, social e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na

ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal, social e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.16. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.17. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.18. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.19. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA.

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (DUAS) HORAS a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

10.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11. DOS RECURSOS

11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias uteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias uteis, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), ou e-mail, ou de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no certame, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

15. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

15.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

15.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

15.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

15.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

15.3.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

15.3.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

15.3.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão e os direitos da Administração previstos na Lei 14.133/2021.

15.4. O prazo de vigência da contratação se encerra no final do exercício financeiro da assinatura do mesmo e poderá ser prorrogado conforme previsão no instrumento contratual ou no termo de referência.

15.5. Previamente à contratação a Administração realizará consultas para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.52 2, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

15.6. Por ocasião da assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

15.6.1. Na hipótese de irregularidade, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

15.7. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

15.8. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

16. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

16.1. O reajustamento do valor contratual será regido pelas normas e critérios previstos na legislação específica aplicável ao objeto da presente licitação.

17. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

17.1. O prazo de entrega dos serviços será conforme descrito no termo de referência.

17.2. Os serviços deverão ser prestados na cidade de Palmital/PR, conforme as requisições e o mapeamento de cada secretaria solicitante.

17.3. Verificada a desconformidade de algum dos produtos, a licitante vencedora deverá promover as correções necessárias no prazo máximo de 03 (três) dias, sujeitando-se às penalidades previstas neste edital.

17.4. O material a ser entregue deverá ser adequadamente acondicionado, de forma a permitir a completa preservação do mesmo e sua segurança durante o transporte.

17.5. A nota fiscal/fatura deverá, obrigatoriamente, ser entregue junto com o seu objeto.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

18.1. As obrigações da contratante e da contratada são as estabelecidas nos anexos do edital.

19. DO PAGAMENTO

19.1. O pagamento de cada compra será efetuado em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo do objeto do contrato.

19.2. No caso de atraso no pagamento, o valor poderá ser corrigido e o índice de atualização financeira será o IPCA mensal incidente pro rata die desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento. No caso de extinção do IPCA, será utilizado outro índice que o Governo Federal determinar para substituí-lo.

19.3. A contratada suportará o ônus decorrente do atraso, caso as Notas Fiscais/Faturas contenham vícios ou incorreções que impossibilitem o pagamento.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

a) dar causa à inexecução parcial do contrato;

b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) dar causa à inexecução total do contrato;

d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

20.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 21.1 deste edital as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;

c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

20.3. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 21.2. do presente Edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo item.

20.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 21.2 do presente Edital.

20.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

20.6. A aplicação das sanções previstas no item 21.2. deste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

20.7. Na aplicação da sanção prevista no item 21.2, alínea “b”, do presente edital, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

20.8. Para aplicação das sanções previstas nas alíneas “c” e “d” do item 21.2 do presente Edital o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

20.9. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

20.10. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

20.11. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

20.12. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;

b) pagamento da multa;

c) transcurso do prazo mínimo de 01 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 03 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

20.13. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “h” e “l” do item 21.1 do presente Edital exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

21. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

21.1. Todas participantes desta licitação devem observar e fazer observar por seus fornecedores e subcontratados, se admitida a subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, contratação e execução do objeto.

21.2. Para os propósitos deste item, devem ser evitadas e inibidas as seguintes práticas:

21.3. “Prática Corrupta”: oferecer, dar, receber, ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação do servidor público no processo de licitação ou na execução do contrato;

21.4. “Prática Colusiva”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;

21.5. “Prática Coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou a sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução de um contrato;

21.6. “Prática Obstrutiva”: destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do Município de Palmital (PR), com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática irregular, bem como

atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o Município de Palmital (PR)e/ou órgão de financiamento multilateral promover inspeção destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas, aos representantes do organismo financeiro multilateral, com objetivo de impedir materialmente a fiscalização da execução do recurso.

21.7. Considerando os compromissos encartados no item 19.1.1. e subitens, a participante vencedora, como condição para a contratação, deverá concordar autorizar que o Município de Palmital (PR)e/ou organismos de financiamento multilateral (através de pessoas por ele[s] formalmente indicadas) possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

21.8. O Município de Palmital (PR), garantida a prévia defesa, aplicará as sanções administrativas pertinentes, previstas na Lei nº 8.666/1993, se comprovar envolvimento de representante da empresa ou da pessoa física contratada em práticas corruptas, fraudulentas, conluiadas ou coercitivas, no decorrer da licitação ou na execução do contrato financiado por organismo financeiro multilateral, sem prejuízo das demais medidas administrativas, criminais e cíveis.

22. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

22.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

22.2. A impugnação deverá ser realizada EXCLUSIVAMENTE por FORMA ELETRÔNICA no sistema WWW.BNC.ORG.BR

22.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, contados da data de recebimento da impugnação.

22.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

22.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, em campo próprio do Sistema Portal de Compras Públicas no endereço eletrônico WWW.BNC.ORG.BR.

22.6. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

22.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, a concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

22.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

22.9. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio WWW.BNC.ORG.BR, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.

22.10. Não serão conhecidas as impugnações apresentadas após o respectivo prazo legal ou, no caso de empresas, que estejam subscritas por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela proponente.

22.11. A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. Da sessão pública do pregão Eletrônico divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

23.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, (ex. falta de energia elétrica, internet, etc.) a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

23.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

23.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

23.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

23.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

23.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

23.10. O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

23.10.1. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

23.11. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

23.12. A Prefeitura Municipal de Palmital, Estado do Paraná, poderá revogar este pregão Eletrônico por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.

23.12.1. A anulação do pregão Eletrônico induz à do contrato.

23.12.2. A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.

23.13. É facultado à autoridade superior, em qualquer fase deste pregão Eletrônico , promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação. Podendo ocorrer diligência para:

I - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

23.14. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico:

WWW.BNC.ORG.BR, WWW.PALMITAL.PR.GOV.BR, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no Setor de Compras e Licitação na Prefeitura Municipal de Palmital, Estado do Paraná, Rua Moises Lupion nº 1001, nos dias úteis, no horário das 08:00h às 11h30min. e das 13:00h às 17h30min. mesmo endereço e período no qual os autos do procedimento licitatório, permanecerão com vista franqueada aos interessados.

23.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Termo de referência;

ANEXO II – Plano de ação.

ANEXO III – Modelo de declaração Unificada.

ANEXO IV – Minuta Do Contrato.

Palmital, Estado do Paraná, 25 de Agosto de 2026.

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal

ANEXO I

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 87/2026

Início da Sessão de Disputa: - 11/09/2026 às 08h30min, mais informações como limite de recebimento e abertura de propostas encontram-se no sistema eletrônico e no aviso publicado.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, COM FORNECIMENTO DE VEÍCULOS, MOTORISTAS E DEMAIS RECURSOS NECESSÁRIOS, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.

Validade da proposta: 60 (sessenta) dias.
Prazo de Entrega: Os serviços deverão ser prestados em até 05 dias a contar do recebimento da Ordem de Compra e/ou Solicitação secretaria solicitante.

Lote: 1 - Ampla Concorrência						
Item	Código do serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	39139	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR LINHA CANTUANA/ESCOLA ANTÔNIO VIEIRA PARA O PERIODO DE 12(DOZE) MESES	18.000	KM	R$ 6,05	R$ 108.900,00
Lote: 2 - Ampla Concorrência						
Item	Código do serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	39142	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR LINHA RIO LOGRADOR/CIDADE PARA O PERIODO DE 12(DOZE) MESES	14.680	KM	R$ 6,05	R$ 88.814,00
Lote: 3 - Exclusivo MEI/ME/EPP						
Item	Código do serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	39141	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR LINHA ÁGUA QUENTE/SERELEPE/ESCOLA TIRADENTES PARA O PERIODO DE 12(DOZE) MESES	12.840	KM	R$ 6,05	R$ 77.682,00
Lote: 4 - Ampla Concorrência						
Item	Código do serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	39140	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR LINHA PALMITALZINHO/CIDADE PARA O PERIODO DE 12(DOZE) MESES	12.080	KM	R$ 7,05	R$ 85.164,00
Lote: 5 - Exclusivo MEI/ME/EPP						
Item	Código do serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	39140	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR LINHA CIDADE/ARROIO MOREIRA PARA O PERIODO DE 12(DOZE) MESES	11.200	KM	R$ 7,05	R$ 78.960,00
Lote: 6 - Ampla Concorrência						
Item	Código do serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	39140	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR LINHA ASSENTAMENTO BELA MANHÃ/CIDADE PARA O PERIODO DE 12(DOZE) MESES	20.000	KM	R$ 6,05	121.000,00

OBS. Serão desclassificadas as propostas que apresentarem cotações contendo preços excessivos, simbólicos, de valor zero ou inexequíveis, na forma da legislação em vigor, ou ainda, que ofereçam preços ou vantagens baseadas nas ofertas dos demais licitantes. Estão inclusas no valor cotado todas as despesas com mão de obra e, bem como, todos os tributos e encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários e comerciais e, ainda, os gastos com transporte e acondicionamento dos produtos em embalagens adequadas.

A assinatura do contrato e a efetiva ordem de serviço ficam condicionadas à apresentação do Laudo de Vistoria Técnica, emitido pela Comissão Municipal de Transporte Escolar, atestando a plena regularidade do veículo e do condutor indicado.

ANDRESSA NAIRNE
Secretária Municipal de Educação

ANEXO II - PLANO DE AÇÃO - PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 87/2026

PLANO DE AÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESAS LOCAIS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, COM FORNECIMENTO DE VEÍCULOS, MOTORISTAS E DEMAIS RECURSOS NECESSÁRIOS, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.

1. Objetivo:
Este plano visa estabelecer diretrizes para a aquisição exclusiva de bens e serviços de microempresas e empresas de pequeno porte (ME/EPP) localizadas no Centro-Oeste do Paraná. A iniciativa busca fomentar o desenvolvimento econômico da região, fortalecer os pequenos empreendedores e gerar mais empregos locais.

A) Os lotes que ultrapassaram o valor estabelecido, por se tratarem de itens não divisíveis, não foram objeto de reserva de cota para microempresas e empresas de pequeno porte. Dessa forma, tais lotes serão destinados à ampla concorrência, sem qualquer reserva, permitindo a participação de empresas de qualquer porte, em conformidade com a legislação vigente. Os referidos lotes correspondem àqueles constantes na tabela abaixo, conforme distribuição estabelecida no Termo de Referência.
B) O valores que ultrapassarem o limite estabelecido para exclusividade de micro e pequenas empresas, terão disputa de ampla concorrência.

2. Justificativa para a Exclusividade:
A adoção da restrição de aquisição exclusiva é amparada pelo art. 48, inciso I da Lei Complementar nº 123/2006, que permite a destinação de processos licitatórios para ME/EPP em contratações de até R$ 80.000,00. Essa medida visa:

> Disposto no Art. 34, §4º da Lei Municipal nº 1025/2016:
> Art. 34. Nas contratações públicas será concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica (LC federal nº 123/06, art. 47).

- Estímulo à economia local: O fortalecimento das empresas locais promove a circulação de recursos na região, aumentando a renda e melhorando as condições socioeconômicas.

- Geração de empregos: Pequenas empresas são grandes empregadoras e impulsionam a oferta de trabalho formal e informal.

- Desenvolvimento sustentável: A dinamização da economia local reduz dependência de fornecedores externos, diminui custos logísticos e reduz impactos ambientais relacionados ao transporte de mercadorias.

- Apoio à competitividade regional: Incentivar os pequenos negócios permite que eles se tornem mais competitivos, melhorando sua capacidade produtiva e de inovação.

3. Estratégia de Implementação:

3.1. Diagnóstico e Levantamento de Empresas:

I. - Realizar um levantamento das ME/EPP registradas na região e seus segmentos de atuação.
II. - Identificar a capacidade produtiva e de fornecimento dessas empresas.

3.2. Definição das Compras e Serviços:

I. - Priorizar aquisições de produtos e serviços disponíveis na região.
II. - Adaptar os processos de compra pública para valorizar empresas locais sem prejuízo da qualidade e preço.

3.3. Critérios de Participação:

I. - Empresas devidamente cadastradas e regulares na Junta Comercial e Receita Federal.
II. - Fornecedores com sede na região do Centro-Oeste do Paraná.
III. - Atendimento aos requisitos técnicos exigidos nos editais.

3.4. Divulgação e Capacitação:

I. - Promover ações de divulgação dos editais junto às associações comerciais e empresariais.
II. - Realizar capacitações para orientar microempresas sobre processos licitatórios.

3.5. Monitoramento e Avaliação:

I. - Criar indicadores para avaliar o impacto da política de aquisição exclusiva.
II. - Estabelecer um canal de feedback com os fornecedores locais para melhorias no processo.

4. Benefícios para a Região e para Palmital:

I. - Cumprimento da legislação vigente: A licitação atende aos requisitos estabelecidos nos arts. 47 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, regulamentados pela Lei Municipal pertinente. Há microempresas e empresas de pequeno porte na região com capacidade para atender às exigências do edital, garantindo competitividade e incentivo ao desenvolvimento local.
II. - Agilidade na entrega e eficiência administrativa: A contratação de empresas locais reduz prazos de entrega e facilita a gestão, tornando a administração mais eficiente.
III. - Desenvolvimento econômico e social: O fornecimento para a Prefeitura cria oportunidades para pequenas empresas, gerando empregos e promovendo renda local.
IV. - Fomento ao desenvolvimento da Amocentro: Os municípios da Associação dos Municípios do Centro do Paraná (Amocentro) têm baixos índices de desenvolvimento humano. A contratação regional reduz desigualdades e fortalece a economia local.
V. - Aumento da arrecadação municipal: A circulação de recursos na economia local impulsiona a arrecadação de tributos, permitindo mais investimentos em infraestrutura, educação e saúde.
VI. - Incentivo à competitividade regional: Contratos anteriores eram firmados com empresas distantes, prejudicando fornecedores locais. A exclusividade equilibra a concorrência e fortalece a economia microrregional.
VII. - Redução de custos logísticos: A proximidade entre fornecedores e Prefeitura diminui custos com transporte, otimizando o orçamento municipal e a execução dos contratos.
VIII. - Sustentabilidade ambiental: A contratação de empresas locais reduz a emissão de poluentes no transporte de mercadorias, alinhando-se a políticas sustentáveis.

5. Conclusão:

A implantação da aquisição exclusiva para ME/EPP locais é uma estratégia eficaz para impulsionar o desenvolvimento econômico e social do Centro-Oeste do Paraná. A aplicação desta política, dentro dos limites legais, contribuirá para a geração de empregos, fortalecimento da economia e melhoria da qualidade de vida da população.

ANDRESSA NAIRNE
Secretária Municipal de Educação

ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

(papel timbrado da licitante)
Á pregoeira e equipe de apoio
Prefeitura Municipal de Palmital, Estado do Paraná

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 87/2026

Pelo presente instrumento, a empresa ....., CNPJ nº ....., com sede na ....., através de seu representante legal infra-assinado, que: ( ) Declara, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que se enquadra na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14, bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação.
*Marcar este item caso se enquadre na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.

1) Declaramos, para os fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, não empregamos menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos de idade, em cumprimento ao que determina o inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, acrescida pela Lei nº 9.854/99.

2) Declaramos que assumimos inteira responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados, sujeitando-nos a eventuais averiguações que se façam necessárias;

3) Comprometemo-nos a manter, durante todo o período de vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas nesta licitação;

4) Comprometemo-nos a repassar na proporção correspondente, eventuais reduções de preços decorrentes de mudanças de alíquotas de impostos incidentes sobre cumprimento do objeto, em função de alterações de legislação pertinente, publicadas durante a vigência do contrato;

5) Declaramos que temos conhecimento e submetemo-nos ao disposto neste edital e anexos e legislação aplicada;

6) Declaramos que até a presente data inexistem fatos impeditivos para nossa habilitação e participação no presente processo licitatório e estamos cientes da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

7) DECLARAMOS, ainda, que não fomos declarados inidôneos por nenhum órgão do poder público em qualquer de suas esferas;

8) Declaramos que em atendimento ao Acórdão nº 2745/2010 – TCE/PR, que seus sócios, dirigentes ou cotistas, bem como seu representante neste ato _____, inscrito no CPF sob nº _____, portador(a) da carteira de identidade nº _____, não são servidores do Município da Prefeitura de Palmital Paraná, nem cônjuge ou companheiro(a),parente em linha reta e/ou colateral, consanguíneo ou afim de servidor(a) público deste Município, que nele exerça cargo em comissão ou função de confiança, seja membro da comissão de licitação, pregoeiro ou atividade ligada à contratação;

9) Declaramos para os devidos efeitos e sob pena da lei que não possuir em seu quadro societário servidor público da ativa, empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista;

10) Declaramos, para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a)....., Portador(a) do RG sob nº ..... e CPF nº ....., cuja função/cargo é.....(sócio administrador/procurador/diretor/etc), responsável pela assinatura do pregão eletrônico/contrato.

11) Declaramos, para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente e este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, concordo que a pregão eletrônico /Contrato seja encaminhado para o seguinte endereço:
E-mail:
Telefone: ()

12) Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

13) Nomeamos e constituímos o senhor(a)....., portador(a) do CPF/MF sob n.º....., para ser o(a) responsável para acompanhar a execução, referente ao Pregão Eletrônico n.º Nº e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e na Ata de Registro de Preços/Contrato.

14) Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.
....., ..., ... de 2026.
Local e Data
Assinatura do Responsável pela Empresa
(Nome Legível/Cargo)

ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Departamento de Compras e Licitações

<NOMETIPOLICITACAO> ELETRONICO Nº <NUMEROLICITACAO>/<EXERCICIOLICITACAO>

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº <PROCESSOLICITACAO>

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº <NUMEROCONTRATO>/<EXERCICIOCONTRATO>

Pelo presente instrumento, o Município de PALMITAL-PR, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.680.025/0001-82, com sede administrativa na Rua Moisés Lupion, n° 1001, Centro, Cep-85.270-000, Palmital, Estado do Paraná, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal o Sr. ROBERTO CARLOS ROSSI, brasileiro, casado, portador do RG[redacted] inscrito no CPF/MF sob o nº [redacted] residente e domiciliado na Rua [redacted], denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado a Empresa <FORNECEDOR.CONTRATO#T&NOME>, pessoa jurídica de direito privado com endereço à <FORNECEDOR.CONTRATO#T&ENDERECOCOMPLETO> <FORNECEDOR.CONTRATO#T&CIDADEUF>, inscrita no CNPJ/MF sob <FORNECEDOR.CONTRATO#T&CNPJ>, neste ato representada por seu (sua) representante Legal, Senhor(a) <FORNECEDOR.CONTRATO#T&NOMEREPRESENTANTE>, portador do RG:<FORNECEDOR.CONTRATO#T&RGREPRESENTANTE> e inscrito no CPF/MF sob o nº <FORNECEDOR.CONTRATO#T&CPFREPRESENTANTE> denominada CONTRATADO(A), acordam e ajustam firmar o presente Contrato, decorrente do resultado da licitação, modalidade <NOMETIPOLICITACAO>, do tipo (MENOR PREÇO POR ITEM), nos termos da Lei Federal 14.133/2021, assim como pelas condições do Edital de <NOMETIPOLICITACAO> Nº <NUMEROLICITACAO>/<EXERCICIOLICITACAO>, pelos termos da proposta do CONTRATADO datada de <DATAINICIOVIGENCIA> e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a <SUMULALICITACAO>. – TERMO DE REFERÊNCIA QUE FAZ PARTE INTEGRANTE DO EDITAL com entrega única ou parcelada, atendendo ao pedido requisitado conforme as necessidades e quantidades solicitadas, contidas e estabelecidos no anexo I do Edital <NOMETIPOLICITACAO> Nº <NUMEROLICITACAO>/<EXERCICIOLICITACAO> parte integrante deste, independente de transcrição, conforme segue:

<ITENS.CONTRATO#T>

VALOR TOTAL DOS ITENS: R$ <VALORCONTRATO> (<VALORCONTRATO#E>).

CLÁUSULA SEGUNDA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DA VINCULAÇÃO DO CONTRATO

A legislação aplicável a este Contrato é a constante da Lei Federal nº 14.133/2021, e demais disposições aplicáveis a Licitação e Contratos Administrativos, bem como as Cláusulas deste instrumento e, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

§ 1º - Os casos omissos que se tornarem controvertidos em face das cláusulas do presente contrato serão resolvidos segundo os princípios jurídicos aplicáveis, por despacho fundamentado por assessor jurídico desta municipalidade.

§ 2º - Integram este contrato, o Edital de Pregão <NOMETIPOLICITACAO> Nº <NUMEROLICITACAO>/<EXERCICIOLICITACAO> e seus Anexos, Proposta de Preços Escrita, de cujo inteiro teor as partes declaram ter conhecimento e aceitam.

§ 3º - Após a assinatura deste Contrato, toda comunicação entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA será feita através de correspondência devidamente protocolada.

§ 4º - Fica o presente contrato vinculado aos termos do Edital <NOMETIPOLICITACAO> Eletrônico <NUMEROLICITACAO>/<EXERCICIOLICITACAO> e respectivos anexos, na proposta comercial do licitante vencedor, na Lei Federal 14.133/2021, ficando as partes obrigadas a cumprir todas as obrigações ai constantes.

CLÁUSULA TERCEIRA – SUBORDINAÇÃO ÀS NORMAS LEGAIS E CONTRATUAIS

As partes se declaram sujeitas às normas previstas à Lei Federal nº 14.133/2021, ao Edital de <NOMETIPOLICITACAO> Nº <NUMEROLICITACAO>/<EXERCICIOLICITACAO> e às cláusulas expressas neste Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Parágrafo Único – Constituem obrigações da CONTRATADA, além das demais previstas neste Contrato:

I - Fornecer o objeto no prazo estabelecido e no endereço situado na Rua José Basílio de Oliveira, esquina com Moisés Lupion, Centro Cidade Palmital/PR, CEP: 85.270-000, CENTRAL DE CONTROLE DO MUNICÍPIO, acompanhadas das notas fiscais para conferência, a qual ocorrerá no ato da entrega e no local de recebimento;

II - Fornecer o objeto deste contrato dentro dos elevados padrões de qualidade, eficiência e capacitação, conforme as especificações do objeto no edital ou melhor, assumindo inteira responsabilidade pelo mesmo;

III - Responsabilizar-se por todos e quaisquer prejuízos causados ao CONTRATANTE durante a vigência do presente contrato, bem como os relativos à omissão pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e quaisquer outras exigências legais inerentes a este instrumento;

IV - Responsabilizar-se por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato;

V - Cumprir todas as especificações previstas no Edital de <NOMETIPOLICITACAO> Nº <NUMEROLICITACAO>/<EXERCICIOLICITACAO> que deu origem ao presente instrumento.

VI – Obriga-se o(a) CONTRATADO(A) a fornecer a CONTRATANTE, todas as informações relativas ao fornecimento do objeto;

VII - Obriga-se ainda o(a) CONTRATDO(A) a apresentar certidão(ões) negativa(s) dos tributos antes de cada pagamento a ser efetuado pela Secretaria Municipal de Finanças, podendo os pagamentos ser suspensos até a sua devida regulamentação, sem prejuízo a CONTRATANTE;

CLÁUSULA QUINTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Constituem obrigações da CONTRATANTE além das demais previstas neste Contrato:

I - Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a CONTRATADA, efetuando os pagamentos de acordo com a Cláusula Nona;

II - Fornecer e colocar à disposição da CONTRATADA todos os elementos e informações que se fizerem necessários à execução da contratação;

III - Notificar, formal e tempestivamente, a CONTRATADA sobre as irregularidades observadas no cumprimento da contratação;

IV - Notificar a CONTRATADA, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;

V - Fiscalizar a execução da presente contratação por um representante da CONTRATANTE, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso do fornecimento e de tudo dará ciência à Administração, conforme a Lei Federal n.º 14.133/2021.

VI - A fiscalização de que trata o subitem acima não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pelos danos e prejuízos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução da contratação em conformidade com a Lei Federal 14.133/2021.

VII - Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa fornecer o objeto deste contrato, dentro dos elevados padrões de qualidade, eficiência, capacitação e responsabilidade, conforme as especificações do objeto;

VIII – Efetuar o pagamento ao(a) CONTRATADO(A) será efetuado até o 30° dia após o subsequente ao do fornecimento do objeto licitado, mediante apresentação de Nota Fiscal devidamente atestada por quem de direito.

CLÁUSULA SEXTA – FORNECIMENTO

I - O objeto deverá ter qualidade, e deverá ser entregue em até 05(cinco) dias, após a assinatura do termo de contrato de fornecimento e consequente solicitação, obedecerem às normas técnicas e, serem entregues na sede da licitante, mais especificamente à comissão de recebimento de mercadorias (CENTRAL DE CONTROLE).

II - O ato de recebimento do objeto licitados, não importa em sua aceitação. A critério da Secretaria Municipal de Administração / __, o objeto fornecido será submetido a verificação. Cabe ao fornecedor a devida correção, dentro de 24 (Vinte e Quatro) horas, do objeto, especificado no Edital que vier a ser recusado por não se enquadrar nas especificações estipuladas, apresentar defeitos de fabricação ou dano parcial ou geral, identificado na entrega - CENTRAL DE CONTROLE, ou no período de verificação - Secretaria Municipal responsável;

III - Por ocasião da entrega, a fatura ou documento fiscal, será obrigatoriamente emitido pela razão social, inclusive o CNPJ/MF do constante da documentação de regularidade fiscal apresentada na habilitação e no contrato firmado.

a) Todas as despesas oriundas da necessidade de troca/substituição, inclusive laudos/perícias verificada(s) pelo CONTRATANTE, serão de exclusiva responsabilidade do(a) CONTRATADO(A);

IV - Os produtos ou objetos a serem fornecidos devem ser de qualidade compatível com exigido no edital, compreendendo-se por esta expressão o melhor tipo de cada produto a ser fornecido e de acordo com a proposta apresentada.

V - Os equipamentos deverão ter garantia mínima de 12(doze) meses, contados da data da entrega.

a) (medicamentos) deverão no ato de sua entrega estar com o mínimo de 75% do prazo de validade vigente, podendo esse prazo ser reduzido havendo expressa convenção entre as partes: CONTRATADO(A) / SECRETARIA MUNICIPAL responsável;

CLÁUSULA SÉTIMA – ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

No desempenho de suas atividades, é assegurado ao órgão fiscalizador o direito de verificar a perfeita execução do presente ajuste em todos os termos e condições.

§ 1º - A ação ou omissão total ou parcial do órgão fiscalizador não eximirá o(a) CONTRATADO(A) da responsabilidade de entregar o objeto de qualidade com toda cautela e boa técnica.

§ 2º - Verificada a ocorrência de irregularidade no cumprimento do contrato, a Fiscalização tomará as providências legais e contratuais cabíveis, inclusive quanto à aplicação das penalidades previstas no presente contrato, na Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 3º - A fiscalização por parte da CONTRATANTE não eximirá ou reduzirá em nenhuma hipótese, as responsabilidades da empresa contratada em eventual falta que venha a cometer, mesmo que não observadas e/ou indicada pela fiscalização.

§ 4º - A execução deste contrato será acompanhada e fiscalizada por fiscais designados pela Portaria nº 420/2026. <FISCAL.CONTRATO#T>

CLAUSULA OITAVA – DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

As despesas decorrentes da contratação, objeto desta licitação, correrão por Dotações Orçamentárias específicas, a saber:

<DOTACOES.CONTRATO#T>

CLÁUSULA NONA – PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

I - O valor global deste contrato é de R$ <VALORCONTRATO> (<VALORCONTRATO#E>).

II - O pagamento à CONTRATADA será efetuado até o 30° dia subsequente após o fornecimento do objeto licitado, mediante apresentação de Nota Fiscal devidamente atestada por quem de direito. O pagamento ficará condicionado à comprovação da regularidade fiscal da Contratada (à critério da Contratante).

III - Havendo erro na fatura/nota/recibo, ou outra circunstância que desaprove liquidação, a mesma ficará pendente e o pagamento sustado, até que adjudicatário tome as medidas saneadoras necessárias.

CLÁUSULA DÉCIMA – VIGÊNCIA

O contrato terá vigência de <PRAZOVIGENCIA> (<PRAZOVIGENCIA#E>) , contados a partir da data de sua assinatura, podendo, no interesse da Administração, mediante termo aditivo, ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DA FORMA DE REAJUSTE

11.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

11.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

11.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

11.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

11.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

11.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

11.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11.8. O reajuste poderá ser realizado por apostilamento.

11.9 A Administração terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

11.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 1 (um) mês

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.1.1. Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.1.2. A advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.1.3. A multa, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021.

12.1.4. O impedimento de licitar e contratar será aplicado ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.1.5. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - PENALIDADES

I - O descumprimento dos prazos ou das especificações exigidas ensejará aplicação ao inadimplente de multa garantida defesa prévia, no valor de 0,5% (meio por cento) por dia corrido, calculado sobre o valor total do objeto licitado não entregue ou entregue fora do prazo ou ainda em desacordo com as especificações, até o limite de 15% (quinze por cento).

II - Pela inexecução total ou parcial do contrato, ou ainda pela desistência da proposta após a fase de habilitação, sem motivo justo decorrente de fato superveniente, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a contratada as demais sanções previstas no Art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DECIMA QUARTA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

Os licitantes e o contratado devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) “prática conluiada”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) “prática coercitiva”: causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) “prática obstrutiva”: (I) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; (II) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA - Considerando os propósitos das cláusulas acima, a CONTRATADA concorda e autoriza que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.”

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA – EXTINÇÃO

O presente contrato poderá ser rescindido pelos motivos previstos art. 137 da Lei Federal n.º 14.133/2021

§ 1º - A extinção acarretará, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial por parte da CONTRATANTE, a retenção dos créditos decorrentes deste contrato, limitada ao valor dos prejuízos causados, além das sanções previstas neste ajuste, até a completa indenização dos danos.

§ 2º - Fica expressamente acordado que, em caso de extinção, nenhuma remuneração será cabível, a não ser o ressarcimento de despesas autorizadas pela CONTRATANTE e, comprovadamente realizadas pela CONTRATADA, previstas no presente contrato.

§ 3º - Além dos motivos constantes do art. 137/2021, da Lei Federal n.º 14.133/2021, a CONTRATANTE poderá extinguir o presente contrato, caso o(a) CONTRATADO(A), venha a não entregar o objeto licitado dentro das condições, prazos e especificações deste instrumento

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA - DO RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DA ADMINISTRAÇÃO

O(A) CONTRATADO(A) reconhece desde já os direitos da Administração previsto na Lei Federal 14.133/2021, e incidentes sobre este contrato, particularmente o de extinção contratual administrativa.

CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA – NOVAÇÃO

A não utilização, por qualquer das partes, dos direitos a elas assegurados neste Contrato e na Lei 14.133/2021, e em geral, a não aplicação de quaisquer sanções neles previstas não importa em novação a seus termos, não devendo, portanto, ser interpretada como renúncia ou desistência de aplicação ou de ações futuras sendo que todos os recursos postos à disposição do CONTRATANTE serão considerados como cumulativos e não alternativos, inclusive em relação a dispositivos legais.

CLÁUSULA DÉCIMA-OITAVA – ALTERAÇÕES

O presente Contrato poderá ser alterado para ajuste de condições supervenientes que impliquem em modificações nos casos previstos nos Diplomas Legais pertinentes à matéria, em especial na Lei 14.133/021.

CLÁUSULA DÉCIMA-NONA - DA DISPENSA DO OFERECIMENTO DE GARANTIA

A CONTRATANTE dispensa o(a) CONTRATADO(A) do oferecimento de garantia na presente contratação.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO ATO AUTORIZATIVO DA CONTRATAÇÃO

A contratação em tela foi autorizada mediante a homologação confirmada do julgamento das propostas de eficácia à adjudicação da Licitação Modalidade <NOMETIPOLICITACAO> Nº <NUMEROLICITACAO>/<EXERCICIOLICITACAO>, mediante parecer exarado pela Procuradoria Jurídica de Palmital – Paraná e autorização do Prefeito Municipal.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-PRIMEIRA – FORO

Fica eleito o foro da Comarca da Contratante, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato.

Fica pactuado entre as partes, que este contrato adota a data da assinatura citada no extrato do contrato publicado como data do acordo firmado, estando as demais clausulas vinculadas submetidas a esta data.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Instrumento Contratual em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Palmital-PR, <DATAINICIOVIGENCIA>

ROBERTOCARLOS ROSSI

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

<FORNECEDOR.CONTRATO#T&NOME>

<FORNECEDOR.CONTRATO#T&NOMEREPRESENTANTE>

CPF: <FORNECEDOR.CONTRATO#T&CPFREPRESENTANTE>

CONTRATADO

Testemunhas:

<ASSINATURAS.CONTRATO#A>

Proc. Administrativo 14- 080/2026

De: Danilo S. - JUR-LIC

Para: SMA-Comp.Lic - SMA - Compras e Licitações

Data: 26/08/2026 às 08:30:44

Setores envolvidos:

GAB-PREF, SMA-Comp.Lic, SMF-DEP-CONT, SME, SME-DEP-TRANSP-ESC, COT, JUR-LIC

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte terceirizado

Conforme parecer nº 233/2026 no despacho 12 do presente procedimento e realizadas as correções apontadas no Edital, opina esta procuradoria pela publicação do mesmo.

_

DANILO AMORIM SCHREINER
Procurador do Município

Assinado por 1 pessoa: DANILO AMORIM SCHREINER
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/717A-1BC2-59EF-370A e informe o código 717A-1BC2-59EF-370A

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 717A-1BC2-59EF-370A

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

DANILO AMORIM SCHREINER (CPF 046.XXX.XXX-50) em 26/08/2026 08:31:21 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: AC OAB G3 << AC Certisign G7 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/717A-1BC2-59EF-370A

Proc. Administrativo 15- 080/2026

De: Antonio N. - SMA-Comp.Lic

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 26/08/2026 às 09:26:35

Setores envolvidos:

GAB-PREF, SMA-Comp.Lic, SMF-DEP-CONT, SME, SME-DEP-TRANSP-ESC, COT, JUR-LIC

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte terceirizado

_

Antonio Ferraz de Lima Neto
Agente de Contratação

Anexos:
Extrato_de_publicacao_30_2026_BNC.pdf

Assinado por 1 pessoa: ANTONIO FERRAZ DE LIMA NETO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/F42A-3142-1D88-7C65 e informe o código F42A-3142-1D88-7C65

Extrato de publicação

PREGÃO ELETRÔNICO - 30/2026
Nº PROC. ADM. 87/2026

Extrato de publicação gerado automaticamente pelo sistem
público para conhecimento dos interessados que o órgão M
PALMITAL, de acordo com a regulamentação LEI 14.133/2
PREGÃO ELETRÔNICO sendo conduzido por ANTONIO FERRA
NETO e tendo como autoridade ROBERTO CARLOS R

PUBLICAÇÃO: 25/08/2026 16:52
INÍCIO REC. PROPOSTA: 26/08/2026 08:00
FIM REC. PROPOSTA: 11/09/2026 08:00
INÍCIO DISPUTA: 11/09/2026 08:30
TIPO DE LANCE: MENOR LANCE
TIPO ENCERRAMENTO: ABERTO
EXCLUSIVO ME: NÃO
VALOR TOTAL DO PROCESSO: R$ 560.520,0000

OBJETO DO PROCESSO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PELO
MESES.

Para demais informações contato via e-mail: licitapalmital@gmail.com, telefone[redacted]u acesso pelo link: https://bnccon
param1=%5Bgkz%5DSVABOr18Du_jS383eihoo3HPBlhNQZpHKsdn4l8sRCSt_eO12VQPI2AYtHFmuIlK7FNyCLIa0l3I7PowkoO4eGf4L

ANTONIO FERRAZ DE LIMA NETO

PALMITAL-PR - 25/08/2026

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: F42A-3142-1D88-7C65

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

ANTONIO FERRAZ DE LIMA NETO (CPF 669.XXX.XXX-91) em 26/08/2026 09:27:00 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/F42A-3142-1D88-7C65

Proc. Administrativo 16- 080/2026

De: Antonio N. - SMA-Comp.Lic

Para: SMA-Comp.Lic - SMA - Compras e Licitações

Data: 26/08/2026 às 09:27:54

_

Antonio Ferraz de Lima Neto
Agente de Contratação

Anexos:

Guarapuava_26_08_2026_Correio_do_Cidadao_Noticias_de_Guarapuava_e_regiao.pdf
Portal_Nacional_de_Contratacoes_Publicas.pdf
Prefeitura_Municipal_de_Palmital.pdf

Imóveis

VENDA

APARTAMENTO – BAIRRO SÃO CRISTÓVÃO, Rua Otto Rickli, 375; Terreo. VALOR: R$ a combinar ou troco por casa no mesmo Bairro; FONE: 99904-7823 ou 3622-6302

Vendo terreno em Ponta Grossa (PR), medindo 12x25m. R$ 30 mil. Tel. (42) 9 8403-7854.

VENDO
Imóvel situado a Rua José Carollo, nº 182 – Bairro dos Estados, Município de Guarapuava – Paraná; área construída averbada de 175,00 m² e uma edícula com a área construída de 46,00m² no terreno urbano, medindo: 12,00 x 34,50m; perfazendo a área total de 414.00 m², objeto da matrícula nº 12.947, do Ofício Registro de Imóveis – Guarapuava – Pr. Tratar com Gildo Fagundes; Fone (42) 99977.0005 – CRECI 15709

CASA – BAIRRO BOQUEIRÃO, Rua Rodrigues Alves, nº 6; contendo 09 peças sendo 03 quartos, sala, cozinha, 02 banheiros, lavanderia e garagem. VALOR: R$ 120.000,00 FONE: 98403-7854

TERRENO 390 METROS – VILA CARLI, contendo 02 casas. VALOR: R$ 230.000,00; aceito permuta no Bairro Cristo Rei ou Recanto Feliz. FONE: 42 99943-1979

CHÁCARA, 10 KM DO PINHÃO, CONTENDO 03 CASAS, 02 TANQUES DE PEIXES, TODO CERCADA DE TELA, PRÓXIMO A BR. VALOR : A COMBINAR; OU TROCO POR OUTRA PERTO DE GUARAPUAVA. FONE: 99122-7025 OU 99139-7325

CASA – SANTANA, RUA DEPUTADO LAURO SODRÉ LOPES, 469; TERRENO MEDINDO 12 X 10, TODO MURADO. VALOR: R$ 90.000,00; ACEITO CARRO NO NEGÓCIO. FONE: 3304-3099 RODRIGO

TERRENO – VILA KENNEDY, CONTENDO CASA MISTA, MED. 2.500M². VALOR: 600.000,00. FONE: 3623-2101

LOCAÇÃO

KITINETE - BAIRRO DOS ESTADOS, contendo 03 peças grandes, Rua Bahia, 463 - próximo à Praça da Fé; para 01 pessoa sem criança e sem pet. VALOR: R$ 500,00 incluso ½ água e luz. FONE: (42) 99972-4826, falar com Ondina

---

KITINETE - BAIRRO SANTA CRUZ, contendo 01 quarto, wc, cozinha com pia, internet, antena p/TV, garagem; Rua Luiz Ciscato, 58, em frente a APAE VALOR: R$ 800,00 incluso água e luz FONE: (41) 98813-7956

MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Departamento de Licitações e Contratos

AVISO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 112/2026
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
COM BENEFÍCIOS PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

O Município de Guarapuava, através do Departamento de Licitações e Contratos, devidamente autorizado, torna público que fará realizar a Licitação abaixo:
PROCESSO Nº 168/2026
OBJETO: Registro de preços para eventual aquisição de materiais gráficos e contratação de serviços de impressão e comunicação visual, incluindo a confecção de materiais didáticos, papelaria institucional, sinalização, itens promocionais e serviços de instalação, visando atender as demandas pedagógicas, administrativas e de eventos da Secretaria de Educação.
VALOR MÁXIMO: R$ 2.133.868,40 (dois milhões, cento e trinta e três mil, quinhentos e sessenta e oito reais e quarenta centavos).
TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço – Por Lote
SUPORTE LEGAL: Lei Federal nº 14.133, de 2021, Decretos Municipais nos: 6.320/2017, 7545/2019, 9.463/2022, 9.781/2022, 10.140/2023, 10.475/2023.
SISTEMA EMPREGADO: BLL (Bolsa de Licitações e Leilões) <https://bllcompras.com/>.
CREDENCIAMENTO E CADASTRAMENTO DE PROPOSTAS: Ocorrerá até às 09h00min do dia 14/09/2026 (horário de Brasília (DF)).
ABERTURA DE PROPOSTAS E DISPUTA POR LANCES: A sessão pública terá início a partir do encerramento do prazo estabelecido para credenciamento e cadastramento de propostas.
PREGOEIRA: Valéria Bierdovski Gavanski Silva.
EQUIPE DE APOIO: João Antônio de Barba e Juliana de Fátima Mores.
INFORMAÇÕES: O Edital e seus anexos, bem como a íntegra do processo poderão ser obtidos: Pelo Portal da Transparência: <https://guarapuava.atende.net/?pg=transparencia#!/grupo/1/item/1/tipo/1>; ou No Departamento de Licitações e Contratos, sito à Rua Brigadeiro Rocha, 2.777 – 1º andar – CEP: 85.010-990. Telefones (42) 3142-1047 – 3142-1050, de segunda a sexta-feira, das 08h00 às 17h00.

Guarapuava, 25 de agosto de 2026.
PUBLIQUE-SE.
ADLIMARA REGINA RUIZ
Diretora de Licitações e Contratos

AVISO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 113/2026
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
COM BENEFÍCIOS PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

O Município de Guarapuava, através do Departamento de Licitações e Contratos, devidamente autorizado, torna público que fará realizar a Licitação abaixo:
PROCESSO Nº 179/2026
OBJETO: Registro de preços para eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza, higienização, desinfecção e emissão de laudo/certificado de execução relativos a reservatórios de água potável e caixas de gordura das unidades vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde de Guarapuava, incluindo fornecimento de mão de obra, materiais, equipamentos, transporte, epis, descarte adequado de resíduos e demais insumos necessários à perfeita execução dos serviços.
VALOR MÁXIMO: R$ 57.493,13 (cinquenta e sete mil, quatrocentos e noventa e três reais e treze centavos).
TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço – Por Lote
SUPORTE LEGAL: Lei Federal nº 14.133, de 2021, Decretos Municipais nos: 6.320/2017, 7545/2019, 9.463/2022, 9.781/2022, 10.140/2023, 10.475/2023.
SISTEMA EMPREGADO: BLL (Bolsa de Licitações e Leilões) <https://bllcompras.com/>.
CREDENCIAMENTO E CADASTRAMENTO DE PROPOSTAS: Ocorrerá até às 09h00min do dia 14/09/2026 (horário de Brasília (DF)).

MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Departamento de Licitações e Contratos

ABERTURA DE PROPOSTAS E DISPUTA POR LANCES: A sessão pública terá início a partir do encerramento do prazo estabelecido para credenciamento e cadastramento de propostas.
PREGOEIRA: Rosimere de Paris Dias.
EQUIPE DE APOIO: Daiane Cristina dos Anjos Lemes e Mariana Hartmann Conlesmi.
INFORMAÇÕES: O Edital e seus anexos, bem como a íntegra do processo poderão ser obtidos: Pelo Portal da Transparência: <https://guarapuava.atende.net/?pg=transparencia#!/grupo/1/item/1/tipo/1>; ou No Departamento de Licitações e Contratos, sito à Rua Brigadeiro Rocha, 2.777 – 1º andar – CEP: 85.010-990. Telefones (42) 3142-1047 – 3142-1050, de segunda a sexta-feira, das 08h00 às 17h00.

Guarapuava, 25 de agosto de 2026.
PUBLIQUE-SE.
ADLIMARA REGINA RUIZ
Diretora de Licitações e Contratos

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 15/2026
COM BENEFÍCIOS PARA MICRO E PEQUENAS
Processo n.º: 204/2026
HOMOLOGAÇÃO

A Diretora de Licitações e Contratos do Município de Guarapuava, no uso das atribuições que lhe são conferidas, através do Decreto n.º 12547/2025, com base na Lei 14.133/2021 e demais legislações pertinentes, ADJUDICANDO o objeto, e HOMOLOGA o resultado do processo licitatório em epígrafe, conforme a seguir:

ADJUDICATÁRIA	LOTES/ITENS	VALOR R$
BED EDIFICACOES CONSTRUCAO CIVIL LTDA	1	3.670.000,00

Guarapuava, 24 de agosto de 2026.
ADLIMARA REGINA RUIZ
Diretora de Licitações e Contratos
Município de Guarapuava

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 16/2026
COM BENEFÍCIOS PARA MICRO E PEQUENAS
Processo n.º: 182/2026
HOMOLOGAÇÃO

A Diretora de Licitações e Contratos do Município de Guarapuava, no uso das atribuições que lhe são conferidas, através do Decreto n.º 12547/2025, com base na Lei 14.133/2021 e demais legislações pertinentes, ADJUDICANDO o objeto, e HOMOLOGA o resultado do processo licitatório em epígrafe, conforme a seguir:

ADJUDICATÁRIA	LOTES/ITENS	VALOR R$
CONSTRUTORA L D LTDA	1	225.102,13

Guarapuava, 24 de agosto de 2026.
ADLIMARA REGINA RUIZ
Diretora de Licitações e Contratos
Município de Guarapuava

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 70/2026
COM BENEFÍCIOS PARA MICRO E PEQUENAS
Processo n.º: 89/2026
HOMOLOGAÇÃO

A Diretora de Licitações e Contratos do Município de Guarapuava, no uso das atribuições que lhe são conferidas, através do Decreto n.º 12547/2025, com base na Lei 14.133/2021 e demais legislações pertinentes, ADJUDICANDO o objeto, e HOMOLOGA o resultado do processo licitatório em epígrafe, conforme a seguir:

MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Departamento de Licitações e Contratos

ADJUDICATÁRIA	LOTES/ITENS	VALOR R$
ALTA FREQUENCIA LTDA	3	5.880,00
ANDRELIS DISTRIBUIDORA LTDA	4, 12	44.500,00
BOBS ENTRETENIMENTO LTDA	2	37.198,00
BRAVA SUL COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE ESCRITORIO EIRELI	5, 8, 10	20.790,00
EXCLUSIVE FITPLAY FITNESS E PLAYGROUNDS LTDA	6, 9, 11, 13, 14	42.864,00
MVB MUSIC LTDA	1	122.571,42
NASCIMENTO & GELINSKI LTDA	7, 15	6.500,00
V A OTTONI EQUIPAMENTOS LTDA	18, 19	2.942,00
FRACASSADO	16, 17, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26	-

Guarapuava, 24 de agosto de 2026.
ADLIMARA REGINA RUIZ
Diretora de Licitações e Contratos
Município de Guarapuava

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 76/2026
SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS
COM BENEFÍCIOS PARA MICRO E PEQUENAS
Processo n.º: 115/2026
HOMOLOGAÇÃO

A Diretora de Licitações e Contratos do Município de Guarapuava, no uso das atribuições que lhe são conferidas, através do Decreto n.º 12547/2025, com base na Lei 14.133/2021 e demais legislações pertinentes, ADJUDICANDO o objeto, e HOMOLOGA o resultado do processo licitatório em epígrafe, conforme a seguir:

ADJUDICATÁRIA	LOTES/ITENS	VALOR R$
ACT BIO IMUNIZACAO E CONTROLE DE PRAGAS URBANAS LTDA	4	10.800,00
HIGIFORTE INDIANA LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA	1	22.968,80
LIHMP DEDETIZADORA E HIGIENIZADORA LTDA	2, 3	109.101,82

Guarapuava, 24 de agosto de 2026.
ADLIMARA REGINA RUIZ
Diretora de Licitações e Contratos
Município de Guarapuava

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 2/2026 - FIA
SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS
COM BENEFÍCIOS PARA MICRO E PEQUENAS
Processo n.º: 2/2026 - FIA
HOMOLOGAÇÃO

A Diretora de Licitações e Contratos do Município de Guarapuava, no uso das atribuições que lhe são conferidas, através do Decreto n.º 12547/2025, com base na Lei 14.133/2021 e demais legislações pertinentes, ADJUDICANDO o objeto, e HOMOLOGA o resultado do processo licitatório em epígrafe, conforme a seguir:

ADJUDICATÁRIA	LOTES/ITENS	VALOR R$
DAC MOVEIS LTDA	6	1.000,00
DIOGO DIAS F. INFORMATICA LTDA	1	3.900,00
FRANCIELI HAIDUK RIGO ME	5	19.467,00
QC INFORMATICA LTDA	10	21.978,88
OFFICER X MOVEIS LTDA	2, 3, 4, 7, 8	12.167,00
FRACASSADO	9	-

Guarapuava, 24 de agosto de 2026.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente do **Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Papel, Celulose, Pasta de Madeira para Papel, Papelão e Cortiça de Guarapuava-PR, CNPJ 78.292.992/0001-65**, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, CONVOCA, todos os trabalhadores, associados ou não desta entidade sindical, que estejam laborando nas empresas sediadas na base territorial deste sindicato, nos seguintes municípios: (Boa Ventura de São Roque, Campina do Simão, Campo Mourão, Candói, Cantagalo, Goioxim, Guarapuava, Inácio Martins, Pinhão, Pitanga, Prudentópolis, Quedas do Iguaçu, Santa Maria do Oeste e Turvo), todos no Estado do Paraná, observados a legislação vigente e estatuto, para assembléias gerais extraordinárias a serem realizadas nos dias 11 de setembro de 2026, na sede administrativa desta entidade sindical, sito à Rua Cônego Braga, 340 – Centro – Guarapuava-PR, às 09h00min em primeira convocação, obedecendo ao quorum estatutário e às 09h30min em segunda convocação com qualquer numero de participantes, no dia 16 de setembro de 2026 na sede do Sindicato dos Empregados no Comércio, Rua Francisco Ferreira Albuquerque, 860, Campo Mourão–PR, as 13h00min em primeira convocação, obedecendo ao quorum estatutário e as 13h30min em segunda convocação com qualquer numero de participantes no dia 18 de setembro de 2026, na, Rua Lobélia, 1830, Vila Bela, Quedas do Iguaçu-PR as 10h00min em primeira convocação obedecendo ao quorum estatutário e as 10h30min em segunda convocação com qualquer numero de participantes, e no dia 24 de setembro de 2026 na sede recreativa da SORIPEL na Vila Operária da empresa Ibema, Faxinal da Boa Vista, Turvo-PR, as 09h30min em primeira convocação, obedecendo ao quorum estatutário e as 09h00min em segunda convocação com qualquer numero de participantes para deliberarem sobre as seguintes. **ORDEM DO DIA:**

a) - Leitura do edital de convocação.
b) - Preparação da pauta de reivindicação salarial 2026/2027.
c) - Aprovação, rejeição ou modificação da pauta.
d) - Autorização para a diretoria deste sindicato, negociar junto ao sindicato patronal a Convenção Coletiva de Trabalho 2026/2027 e no caso de insucesso, impetrar dissídio coletivo.
e) - Outros assuntos de interesse da categoria.
f) - As votações serão realizadas através de escrutínio secreto.

Guarapuava - PR, 25 de agosto de 2026.

Renato Dezvnka
Presidente

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente do **Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Papel, Celulose, Pasta de Madeira para Papel, Papelão e Cortiça de Guarapuava-PR, CNPJ 78.292.992/0001-65**, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, CONVOCA, todos os trabalhadores, associados ou não desta entidade sindical,que estejam laborando nas empresas sediadas na base territorial deste sindicato, nos seguintes municípios: (Boa Ventura de São Roque, Campina do Simão, Campo Mourão, Candói, Cantagalo, Goioxim, Guarapuava, Inácio Martins, Pinhão, Pitanga, Prudentópolis, Quedas do Iguaçu, Santa Maria do Oeste e Turvo), todos no Estado do Paraná, observados a legislação vigente e estatuto, para assembléias gerais extraordinárias a serem realizadas nos dias 11 de setembro de 2026 na sede administrativa desta entidade sindical, sito à Rua Cônego Braga, 340 – Centro – Guarapuava-PR, às 10h00min em primeira convocação, obedecendo ao quorum estatutário e às 10h30min em segunda convocação com qualquer numero de participantes, no dia 16 de setembro de 2026 na Sede do Sindicato dos empregados no comércio, Rua Francisco Ferreira Albuquerque, 860, Campo Mourão–PR, as 14h00min em primeira convocação, obedecendo ao quorum estatutário e as 14h30min em segunda convocação com qualquer numero de participantes no dia 18 de setembro de 2026, na Rua Lobélia 1830, Vila Bela, Quedas do Iguaçu-PR as 11h00min em primeira convocação obedecendo ao quorum estatutário e as 11h30min em segunda convocação com qualquer numero de participantes, e no dia 24 de setembro de 2026, na sede recreativa da SORIPEL na Vila Operária da empresa Ibema, Faxinal da Boa Vista, Turvo-PR, as 09h30min em primeira convocação, obedecendo ao quorum estatutário e as 10h00min em segunda convocação com qualquer numero de participantes para deliberarem sobre as seguintes. **ORDEM DO DIA:**

a) - Leitura do edital de convocação.
b) - Autorização para o desconto da Contribuição Assistencial/Negocial 2026/2027, cujo valor será discutido na assembléia.
c) - As votações serão realizadas através de escrutínio secreto.

Guarapuava - PR, 25 de agosto de 2026.

Renato Dezvnka
Presidente

Município de Palmital
CNPJ: 75.680.035/0001-82

AVISO DE LICITAÇÃO

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 27/2026
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 86/2026

OBSERVAÇÃO: DISPENSA DE LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESA (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI), EM ATENÇÃO AS DISPOSIÇÕES PREVISTAS NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06 REGULAMENTADA PELO DECRETO Nº 8.538/15, LEI COMPLEMENTAR Nº 147/14 E LEI MUNICIPAL Nº 1.025/16, ARTIGO 034.

O Município de Palmital-PR, Estado do Paraná com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021, e na Lei complementar nº 123/06 regulamentada pelo decreto nº 8.538/15, Lei complementar Nº 147/14 Lei Municipal Nº 1.025/16 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, comunica que realizará licitação conforme as seguintes especificações.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇAO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA CONSTRUÇAO DOS DEMANDA DE CERCAS RURAIS E ALAMBRADOS.

DATA DE ABERTURA: 02/09/2026 às 08:30 HS

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço Por Item.

PLARAFORMA ELETRÔNICA: www.bno.org.br ou https://bnoocompras.com/Processo/Processo.aspx?IdPublico?param1=1

INFORMAÇÕES: O Edital e anexos estão disponíveis também no site https://www.palmital.pr.gov.br/portal/portal-licitacoes.php também podendo ser retirados na sede da Prefeitura Municipal de Palmital, sito à Rua Moisés Lupion nº 1001 – Centro, em Palmital – Paraná, Fone: (42) 3657-1222, de segunda à sexta-feira, no horário de expediente.

Palmital, 25 de agosto de 2026.

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal

Rua Moisés Lupion, 1001 – Centro – CEP 85100-000 – Palmital – PR -Fone Fax: (42) 3657-1222 http://www.palmital.pr.gov.br

---

Município de Palmital
CNPJ: 75.680.035/0001-82

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2026
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 87/2026

OBSERVAÇÃO: LICITAÇÃO COM LOTE EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI) E COM LOTES DE AMPLA CONCORRÊNCIA
EM ATENÇAO AS DISPOSIÇÕES PREVISTAS NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06 REGULAMENTADA PELO DECRETO Nº 8.538/15, LEI COMPLEMENTAR Nº 147/14 E LEI MUNICIPAL Nº 1.025/16, ARTIGO 034.

O Município de Palmital-PR, Estado do Paraná com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021, e na Lei complementar nº 123/06 regulamentada pelo decreto nº 8.538/15, Lei complementar Nº 147/14 Lei Municipal Nº 1.025/16 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, comunica que realizará licitação conforme as seguintes especificações:

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, COM FORNECIMENTO DE VEÍCULOS, MOTORISTAS E DEMAIS RECURSOS NECESSÁRIOS, PARA O PERIODO DE 12(DOZE) MESES.

DATA DE ABERTURA: 11/09/2026 às 08:30 HS

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço Por Item.

PLARAFORMA ELETRÔNICA: www.bno.org.br ou https://bnoocompras.com/Processo/Processo.aspx?IdPublico?param1=1

INFORMAÇÕES: O Edital e anexos estão disponíveis também no site https://www.palmital.pr.gov.br/portal/portal-licitacoes.php também podendo ser retirados na sede da Prefeitura Municipal de Palmital, sito à Rua Moisés Lupion nº 1001 – Centro, em Palmital – Paraná, Fone: (42) 3657-1222, de segunda à sexta-feira, no horário de expediente.

Palmital, 25 de Agosto de 2026.

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal

Rua Moisés Lupion, 1001 – Centro – CEP 85100-000 – Palmital – PR -Fone Fax: (42) 3657-1222 http://www.palmital.pr.gov.br

Portal Nacional de Contratações Públicas

Editais

Edital nº 30/2026

Última atualização 25/08/2026

Acessar Contratação

Local: Palmital/PR **Órgão:** MUNICIPIO DE PALMITAL **Unidade compradora:** 219 - Pr

Modalidade da contratação: Pregão - Eletrôni**Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art.

Modo de disputa: Aberto**Registro de preço:** Não

Fonte orçamentária: Não informada

Data de divulgação no PNCP: 25/08/2026**Situação:** Divulgada no PNCP

Data de início de recebimento de propostas: 26/08/2026 08:00 (horário de Brasíl

Data fim de recebimento de propostas: 11/09/2026 08:00 (horário de Brasília)

Id contratação PNCP: 75680025000182-1-000051/202**Fonte:** Bolsa Nacional De Co

Objeto:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRAN
DE 12 (DOZE) MESES.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA

R$ 560.520,00

VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA

R$ 0,00

Itens Arquivos Atas de Registro de Preço Contratos/Empenhos

Número	Descrição	Quantidade
1	TRANSPORTE ESCOLAR LINHA CANTUANA/ESCOLA ANTÔNIO VIEIRA (PERÍODO DA TARDE), VEÍCULO: VAN OU KOMBI. CAPACIDADE MÍNIMA: 08 LUGARES.	18000
2	TRANSPORTE ESCOLAR LINHA RIO LOGRADOR/CIDADE (PERÍODO MANHÃ E TARDE), VEÍCULO: VAN OU KOMBI. CAPACIDADE MÍNIMA: 08 LUGARES.	14680
3	TRANSPORTE ESCOLAR LINHA ÁGUA QUENTE SERELEPE/ESCOLA TIRADENTES (PERÍODO DA TARDE), VEÍCULO: VAN OU KOMBI. CAPACIDADE MÍNIMA: 08 LUGARES.	12840
4	TRANSPORTE ESCOLAR LINHA PALMITALZINHO/CIDADE (PERÍODO DA MANHÃ), VEÍCULO: VAN. CAPACIDADE MÍNIMA: 15 LUGARES.	12080
5	TRANSPORTE ESCOLAR LINHA CIDADE/ARROIO MOREIRA (PERÍODO DA TARDE), VEÍCULO: VAN. CAPACIDADE MÍNIMA: 15 LUGARES.	11200

Exibir: 5 | 1-5 de 6 itens

Voltar

Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e corretude das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
AVISO PREGÃO ELETRÔNICO 30/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico Nº 30/2026
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 87/2026

OBSERVAÇÃO: LICITAÇÃO COM LOTES EXCLUSIVOS PARA MICROEMPRESA (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI) E COM LOTES DE AMPLA CONCORRÊNCIA

EM ATENÇÃO AS DISPOSIÇÕES PREVISTAS NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06 REGULAMENTADA PELO DECRETO Nº 8.538/15, LEI COMPLEMENTAR Nº 147/14 E LEI MUNICIPAL Nº 1.025/16, ARTIGO 034.

O Município de Palmital-PR, Estado do Paraná com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021, e na Lei complementar n° 123/06 regulamentada pelo decreto nº 8.538/15, Lei complementar Nº 147/14 Lei Municipal N° 1.025/16 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, comunica que realizará licitação conforme as seguintes especificações:

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, COM FORNECIMENTO DE VEÍCULOS, MOTORISTAS E DEMAIS RECURSOS NECESSÁRIOS, PARA O PERIODO DE 12(DOZE) MESES.**
DATA DE ABERTURA: 11/09/2026 às 08:30 HS
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço Por Item.

PLARAFORMA ELETRÔNICA: www.bnc.org.br ou https://bnccompras.com/Process/ProcessSearchPublic?param1=1

INFORMAÇÕES: O Edital e anexos estão disponíveis também no site **https://www.palmital.pr.gov.br/portal/portal-licitacoes.php** também podendo ser retirados na sede da Prefeitura Municipal de Palmital, sito à Rua Moisés Lupion nº 1001 – Centro, em Palmital – Paraná, Fone: [redacted], de segunda à sexta-feira, no horário de expediente.

Palmital, 25 de Agosto de 2026.

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Antonio Ferraz de Lima Neto
Código Identificador:31F01F5D

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 26/08/2026. Edição 3603
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
https://www.diariomunicipal.com.br/amp/

Proc. Administrativo 17- 080/2026

De: Antonio N. - SMA-Comp.Lic

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 14/09/2026 às 15:44:09

–

Antonio Ferraz de Lima Neto
Agente de Contratação

Anexos:

Atestado_de_Capacidade_Tecnica.pdf
Cadastro_de_CNPJ.pdf
Cedula_de_identidade_e_CPF_dos_socios.pdf
Certidao_conjunta_de_debitos_relativos_a_Tributos_Federais.pdf
Certidao_de_regularidade_debito_para_com_o_Fundo_de_Garantia_por_Tempo_de_Servico_FGTS_.pdf
Certidao_de_regularidade_de_debito_com_a_Fazenda_Estadual.pdf
Certidao_de_regularidade_de_debito_com_a_Fazenda_Municipal.pdf
certidao_improbidade_fisica.pdf
certidao_improbidade_juridica.pdf
Certidao_Negativa_de_Debitos_Trabalhistas_CNDT_.pdf
Certidao_Negativa_de_Falencia_ou_Concordata.pdf
ConsultaConsolidada_40375493000169_14_9_2026.pdf
Declaracao_Unificada_Conforme_Modelo_Anexo_ao_Edital.pdf
Outros_documentos_OUTROS_DOCUMENTOS.pdf
Proposta_em_papel_timbrado_assinada_e_com_CNPJ.pdf

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, que a empresa 40.375.493 **EDER PAULOSKI**, inscrita no CNPJ 40.375.493/0001-69, estabelecida no SIT. POV. SAIDA RIO DA CASA – PI 91, n° SN, casa, Rural, CEP 85.270-000 em Palmital – PR, prestou serviços de transporte coletivo de passageiros a Secretaria Municipal de Educação de Palmital, inscrita no CNPJ 30.398.757/0001-46, estabelecida na Rua Moises Lupion, n° 1001, térreo, Centro, CEP 85.270-000 em Palmital – PR, neste ato representada pela secretária Andressa Nairne detém qualificação Técnica para prestação de transporte coletivo de passageiros destinado ao deslocamento de alunos no município de Palmital.

Registramos que a empresa prestou serviços relacionados a transporte coletivo de passageiros, especificado o prazo de execução e o valor do contrato.

Informamos ainda que a prestação de serviços acima referidos apresentou bom desempenho operacional, tendo a empresa cumprido fielmente com suas obrigações, nada constando que a desabone técnica e comercialmente até a presente data.

Palmital/ PR, 11 de setembro de 2026.

Andressa Nairne
Secretária de Educação

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
40.375.493/0001-69 **MATRIZ**		**13/01/2021**

NOME EMPRESARIAL
40.375.493 EDER PAULOSKI

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
********	**ME**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
49.24-8-00 - Transporte escolar

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
49.30-2-01 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal.
49.29-9-01 - Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, municipal

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
213-5 - Empresário (Individual)

LOGRADOURO	NUMERO	COMPLEMENTO
SIT POV SAIDA RIO DA CASA, - PI 91	**SN**	**CASA**

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
85.270-000	**RURAL**	**PALMITAL**	**PR**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
EDERPAULOSKI58@GMAIL.COM	**(42) 9932-2363**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**13/01/2021**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **08/09/2026** às **15:20:39** (data e hora de Brasília).

Carteira Nacional de Habilitação (CNH) - SENATRAN **QR CODE**





DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

Este arquivo não pode ser utilizado como documento de habilitação.

Verifique autenticidade do QR Code com o app Vio.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: 40.375.493 EDER PAULOSKI
CNPJ: 40.375.493/0001-69

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 09:05:13 do dia 08/09/2026 <hora e data de Brasília>.
Válida até 07/03/2027.
Código de controle da certidão: **4E5E.0A87.A23D.2FF4**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Voltar Imprimir

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 40.375.493/0001-69

Razão social: 40.375.493 EDER PAULOSKI

Endereço: SIT POV SAIDA RIO DA CASA, - PI 91 SN CASA/ RURAL / PALMITAL / PR / 85270-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 19/08/2026 a 17/09/2026

Certificação Número: 2026081903565572213024

Informação obtida em 08/09/2026 09:10:04

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 40304625-99

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **40.375.493/0001-69**
Nome: **40.375.493 EDER PAULOSKI**
Estabelecimento sem registro no Cadastro de Contribuintes do ICMS/PR

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 06/01/2027 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

CERTIDÃO NEGATIVA

1023/2026

IMPORTANTE:	***1.*** *FICA RESSALVADO O DIREITO DA FAZENDA MUNICIPAL COBRAR DÉBITOS CONSTATADOS POSTERIORMENTE MESMO REFERENTE AO PERÍODO COMPREENDIDO NESTA CERTIDÃO.* ***2.*** *A PRESENTE CERTIDÃO TEM VALIDADE ATÉ **08/10/2026**, SEM RASURAS E NO ORIGINAL.*

REVENDO OS ARQUIVOS E REGISTROS, CERTIFICAMOS QUE: O CONTRIBUINTE NADA DEVE À FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL RELATIVO A EMPRESA MENCIONADA ABAIXO.

CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO: 5ZXHZ5UFFH5J5X58S5UH

FINALIDADE: VERIFICAÇÃO

RAZÃO SOCIAL: EDER PAULOSKI

INSCRIÇÃO EMPRESA	***CNPJ/CPF***	***INSCRIÇÃO ESTADUAL***	***ALVARÁ***
900021607	*40.375.493/0001-69*		*217*

CNAE/ ATIVIDADES

Transporte escolar, Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, municipal, Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal

ENDEREÇO

SIT POV SAIDA RIO DA CASA, S/N - RURAL - PI 91 Palmital - PR CEP: 85270000

Palmital, 08 de Setembro de 2026

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (14/09/2026 às 13:55) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº 088.672.649-23.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.
Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em http://divulgacandcontas.tse.jus.br/

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 6AA8.2702.C058.E930 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (14/09/2026 às 13:52) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CNPJ nº 40.375.493/0001-69.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.
Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em http://divulgacandcontas.tse.jus.br/

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 6AA8.2653.71F6.3755 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: 40.375.493 EDER PAULOSKI (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 40.375.493/0001-69
Certidão nº: 74972132/2026
Expedição: 08/09/2026, às 09:11:04
Validade: 07/03/2027 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **40.375.493 EDER PAULOSKI (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **40.375.493/0001-69**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE PONTA GROSSA

OFICIO DISTRIBUIDOR
Rua Leopoldo Guimarães da Cunha, 590 - Oficinas
PONTA GROSSA/PR - 84035310

T I T U L A R
ROSANA WAGNER
J U R A M E N T A D O S
MUALMERI JANOSKI
NATHALIA LAIS WAGNER EMILIO

Certidão Negativa

Para Fins Gerais

Certifico, a pedido de parte interessada, que revendo os livros e arquivos de distribuição de Ações de FALÊNCIA, CONCORDATA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL e HOMOLOGAÇÃO DE RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL, sob minha guarda neste cartório, verifiquei NÃO CONSTAR nenhum registro em andamento contra:

40.375.493 EDER PAULOSKI

Documento..... CNPJ 40.375.493/0001-69
Sede..... Sítio POV SAIDA RIO DA CASA,, PI 91, SN(CASA), RURAL, PALMITAL/PR, CEP 85270000

no período compreendido entre 27/04/2006 e 27/04/2026.

PONTA GROSSA/PR, 08 de Setembro de 2026

Certificação

ASSINADO DIGITALMENTE
ROSANA WAGNER:63910969968
CPF ***.109.699-**
DATA 9 de set. de 2026
Data obtida de um servidor de tempo.
A conformidade com a assinatura pode ser verificada em: https://serpro.gov.br/assinador-digital
Serpro

Documento assinado digitalmente ICP- BRASIL ,conf. MP Nº 2.200-2/2001, LEI Nº14.063/20
A Verificação da assinatura: https://validar.iti.gov.br/ - ESTE DOCUMENTO NÃO DEVE SER IMPRESSO.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 14/09/2026 13:49:48

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **40.375.493 EDER PAULOSKI**
CNPJ: **40.375.493/0001-69**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

ANEXO III - DECLARAÇÃO UNIFICADA

Á pregoeira e equipe de apoio
Prefeitura Municipal de Palmital, Estado do Paraná

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 87/2026

Pelo presente instrumento, a empresa 40.375.493 EDER PAULOSKI, CNPJ nº 40.375.493/0001-69, com sede na SIT. POV. SAIDA RIO DA CASA, PI 91, N° SN, CASA, RURAL, CEP 85.270-000 em Palmital/PR, através de seu representante legal infra-assinado, que: (x) Declara, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que se enquadra na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14, bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação.

1) Declaramos, para os fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, não empregamos menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos de idade, em cumprimento ao que determina o inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, acrescida pela Lei nº 9.854/99.

2) Declaramos que assumimos inteira responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados, sujeitando-nos a eventuais averiguações que se façam necessárias;

3) Comprometemo-nos a manter, durante todo o período de vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas nesta licitação;

4) Comprometemo-nos a repassar na proporção correspondente, eventuais reduções de preços decorrentes de mudanças de alíquotas de impostos incidentes sobre cumprimento do objeto, em função de alterações de legislação pertinente, publicadas durante a vigência do contrato;

5) Declaramos que temos conhecimento e submetemo-nos ao disposto neste edital e anexos e legislação aplicada;

6) Declaramos que até a presente data inexistem fatos impeditivos para nossa habilitação e participação no presente processo licitatório e estamos cientes da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

7) DECLARAMOS, ainda, que não fomos declarados inidôneos por nenhum órgão do poder público em qualquer de suas esferas;

8) Declaramos que em atendimento ao Acórdão nº 2745/2010 – TCE/PR, que seus sócios, dirigentes ou cotistas, bem como seu representante neste ato EDER PAULOSKI, inscrito no CPF sob nº [redacted] portador(a) da carteira de identidade nº [redacted] 0, não são servidores do Município da Prefeitura de Palmital Paraná, nem cônjuge ou companheiro(a),parente em linha reta e/ou colateral, consanguíneo ou afim de servidor(a) público deste Município, que nele exerça cargo em comissão ou função de confiança, seja membro da comissão de licitação, pregoeiro ou atividade ligada à contratação;

9) Declaramos para os devidos efeitos e sob pena da lei que não possuir em seu quadro societário servidor público da ativa, empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista;
10) Declaramos, para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o responsável legal da empresa é o Sr. Eder Pauloski, Portador do RG sob nº [redacted] CPF nº [redacted] 23, cuja função/cargo é microempreendedor individual , responsável pela assinatura do pregão eletrônico/contrato.

11) Declaramos, para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente e este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, concordo que a pregão eletrônico /Contrato seja encaminhado para o seguinte endereço:
E-mail: ederpauloski58@gmail.com
Telefone: [redacted]

12) Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

13) Nomeamos e constituímos o senhor Eder Pauloski portador do CPF/MF sob n.º [redacted] para ser o responsável para acompanhar a execução, referente ao Pregão Eletrônico n.º Nº e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e na Ata de Registro de Preços/Contrato.

14) Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.
Palmital/PR, 11 de setembro de 2026.

Documento assinado digitalmente
gov.br
EDER PAULOSKI
Data: 11/09/2026 12:02:52-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Assinatura do Responsável pela Empresa
EDER PAULOSKI
Empresário

DETRAN- PR

CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO - DIGITAL

CÓDIGO RENAVAM

PLACA: **AWN6026**
EXERCÍCIO: **2026**
ANO FABRICAÇÃO: **2013**
ANO MODELO: **2013**
NÚMERO DO CRV

Valide este QRCode com app Vio

CÓDIGO DE SEGURANÇA DO CLA
CAT: ***

MARCA / MODELO / VERSÃO
VW/KOMBI

ESPÉCIE / TIPO
MISTO CAMIONETA

PLACA ANTERIOR / UF: *******/**
CHASSI: **9BWMF07X7DP016329**

COR PREDOMINANTE: **BRANCA**
COMBUSTÍVEL: **ALCOOL/GASOLINA**

Documento emitido por DETRAN PR (11DE2606223A770CF84E) em 10/09/2026 às 10:27:28.

CATEGORIA: **ALUGUEL**
CAPACIDADE: **1.0**
POTÊNCIA/CILINDRADA: **80CV/1390**
PESO BRUTO TOTAL: **2.3**
MOTOR: **BTJ810014**
CMT: **2.3**
EIXOS: **2**
LOTAÇÃO: **09P**
CARROCERIA: **NãO APLICAVEL**
NOME: **EDER PAULOSKI 08867264923**
CPF / CNPJ: **40.375.493/0001-69**
LOCAL: **PALMITAL PR**
DATA: **10/09/2026**

ASSINADO DIGITALMENTE PELO DETRAN

DADOS DO SEGURO DPVAT

CAT. TARIF	DATA DE QUITAÇÃO	PAGAMENTO
*	*	☐ COTA ÚNICA ☐ PARCELADO

REPASSE OBRIGATÓRIO AO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE (R$)	CUSTO DO BILHETE (R$)	CUSTO EFETIVO DO SEGURO (R$)
*	*	*

REPASSE OBRIGATÓRIO AO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO (R$)	VALOR DO IOF (R$)	VALOR TOTAL A SER PAGO PELO SEGURADO (R$)
*	*	*

OBSERVAÇÕES DO VEÍCULO

ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

MENSAGENS SENATRAN

Você Sabia?

Na Carteira Digital de Trânsito - CDT, você tem acesso ao CRLV, à CNH e ainda ganha desconto de 40% nas infrações, além de muitos outros serviços de trânsito, sem nenhum custo!

Leia o QR Code e baixe agora.

DISPONÍVEL NO Google Play

Baixar na App Store

INFORMAÇÕES DO SEGURO DPVAT

Certificado

Certificamos que,

EDER PAULOSKI

Renach 5156997085

Categoria AD

participou do Curso TRANSPORTE ESCOLAR

PALMITAL *no periodo de* 08/01/2021 *à* 17/01/20

50 *horas, com validade até* 17 de Janeiro de 2026.

PALMITAL , 17 de Janeiro de 2021

INSTITUTO SÃO CRISTOVÃO

03 359 849/0001-44

INSTITUTO SÃO CRISTOVÃO

RUA PROFª DR. PEDRO L. MACEDO DA COSTA, 694

VILA ISABEL - CEP 80.320-280

FONE/FAX: (41) 3015-3300 - CURITIBA - PR

PORTARIA DE CRE

PROCESSO: 91.9407

DETRAN

1Doc: Proc. Administrativo 080/2026 | Anexo: O

Informações sobre Cursos Especializados

Curso Especializado de Transporte Escolar (CETE)

Este curso não exige atualização, conforme Art. 75 da Resolução CONTRAN Nº 1020 DE 01/12/2025.

Curso Especializado de Transporte Coletivo de Passageiros (CETCP)

Este curso não exige atualização, conforme Art. 75 da Resolução CONTRAN Nº 1020 DE 01/12/2025.

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

AUTORIZAÇÃO CIRCULAÇÃO DE VEÍCULO ESCOLAR

nº 500000710832026

TERMO DE AUTORIZAÇÃO **100151/2026** **DETRAN/PR** **241.3.0066577-0**

AUTORIZAÇÃO SEMESTRAL DESTINADA À CONDUÇÃO COLETIVA DE ESCOLARES

O Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN/PR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do Artigo 136 da Lei 9.503 de 23 de Setembro de 1997 e Portaria No 181/2009-DG, autoriza a condução coletiva de Escolares para o veículo de **PLACA: AWN-6026, RENAVAM: 0050.965175-5, 009 PASSAGEIROS,** no estado do Paraná.

O presente é de porte obrigatório e pode ser revogado unilateralmente se verificado que o autorizado deixou de preencher os requisitos exigidos para a exploração da atividade.

Esta autorização tem validade até **03/02/2027**.

Palmital, 07 de Agosto de 2026.

VIVIANE DA PAZ
PRESIDENTE DO DETRAN – PR

Certidão registrada por:
Departamento Estadual de Trânsito
78.206.513/0001-40
AV. Victor Ferreira do Amaral, 2940
Curitiba - PR

Digitally signed by COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICAC:76545011000119
Date: 2026.08.07 16:36:25 BRT

Para validar a certidão utilize o QRcode ao lado ou acesse o link abaixo informando número da certidão e senha fornecidos.

https://www.certidao.pr.gov.br

nº 500000710832026

Senha: GCHMUC

celepar

Certificado da Condição de Microempreendedor Individual

Empresário(a)

Nome Civil
EDER PAULOSKI

CPF
[redacted]

CNPJ
40.375.493/0001-69

Data de Abertura
13/01/2021

Nome Empresarial
40.375.493 EDER PAULOSKI

Capital Social
45.600,00

Situação Cadastral Vigente
ATIVA

Data da Situação Cadastral
13/01/2021

Endereço Comercial

CEP	Logradouro	Número	Complemento
85270-000	SITIO POV SAIDA RIO DA CASA, - PI 91	SN	CASA

Bairro	Munícipio	UF
RURAL	PALMITAL	PR

Situação Atual
Enquadrado na condição de MEI

Períodos de Enquadramento como MEI

Período	Início	Fim
1º período	13/01/2021	-

Atividades

Forma de Atuação
Porta a porta, postos móveis ou por ambulantes

Ocupação Principal
Transportador(a) escolar independente

Atividade Principal (CNAE)
4924-8/00 - Transporte escolar

Ocupações Secundárias	Atividades Secundárias (CNAE)
Transportador(a) municipal coletivo de passageiros sob frete, independente	4929-9/01 - Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, municipal
Transportador(a) municipal de cargas não perigosas(carreto), independente	4930-2/01 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal

Termo de Ciência e Responsabilidade com Efeito de Dispensa de Alvará e Licença de Funcionamento

Declaro, sob as penas da lei, que conheço e atendo aos requisitos legais exigidos pelo Estado e pela Prefeitura do Município para a dispensa da emissão do Alvará e Licença de Funcionamento, compreendidos os aspectos sanitários, ambientais, tributários, de segurança pública, uso e ocupação do solo, atividades domiciliares e restrições ao uso de espaços públicos; autorizo a realização de inspeção e fiscalização no local de exercício das atividades para fins de verificação da observância dos referidos requisitos; e declaro, sob as penas da lei, ter ciência de que o não atendimento dos requisitos legais exigidos pelo Estado e pela Prefeitura do Município poderão acarretar o cancelamento deste Termo de Ciência e Responsabilidade com Efeito de Dispensa de Alvará e Licença de Funcionamento.*

* Declaração prestada pelo empreendedor no ato de registro da empresa.

Este Certificado comprova as inscrições, alvará, licenças e a situação de enquadramento do empresário na condição de Microempreendedor Individual. A sua aceitação está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço:https://mei.receita.economia.gov.br/certificado. Certificado emitido com base na Resolução nº 59, de 12 de agosto de 2020, do Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – CGSIM.

ATENÇÃO: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

À pregoeira e equipe de apoio
Prefeitura Municipal de Palmital, Estado do Paraná

PREGÃO ELETRÔNICO N° 30/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 87/2026

Eu Eder Pauloski, inscrito no CPF sob n° [redacted], na qualidade de Micro Empreendedor Individual – MEI, sob nome empresarial [redacted] EDER PAULOSKI, inscrito no CNPJ sob n° 40.375.493/0001-69, DECLARO, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal, para fins de participação na licitação acima identificada, que:

1. A proposta apresentada por minha empresa foi elaborada de maneira independente, não tendo seu conteúdo, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, sido informado, discutido ou recebido de qualquer outro licitante, potencial ou de fato;
2. À intenção de apresentar a proposta não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro licitante, potencial ou de fato;
3. Não tentei, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influenciar na decisão de qualquer outro licitante quanto à sua participação ou não no presente certame;
4. O conteúdo da proposta apresentada não será, no todo ou em parte, direita ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro licitante antes da adjudicação do objeto da presente licitação;
5. O conteúdo da proposta apresentada não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do órgão ou entidade licitante antes da abertura oficial das propostas; e
6. Estou plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração, bem como de que possuo plenos poderes e informações para firmá-la.

Por ser expressão de verdade, firmo a presente declaração.

Palmital/PR, 11 de setembro de 2026.

gov.br Documento assinado digitalmente
EDER PAULOSKI
Data: 11/09/2026 12:04:46-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

EDER PAULOSKI
CPF: [redacted]

DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

À pregoeira e equipe de apoio

Prefeitura Municipal de Palmital, Estado do Paraná

PREGÃO ELETRÔNICO N° 30/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 87/2026

Eu, Eder Pauloski, inscrito no CPF sob n° [redacted] na qualidade de Microempreendedor Individual – MEI, titular da empresa [redacted] EDER PAULOSKI, inscrita no CNPJ sob n° 40.375.493/0001-69, DECLARO, para os devidos fins e sob as penas da lei, que a empresa observa e cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência, prevista em lei e em outras normas específicas, quando aplicáveis à sua condição e ao seu quadro pessoal, nos termos do art. 63, inciso IV, da Lei Federal n° 14.133/2021.

Declaro, ainda, que as informações prestadas são verdadeiras, estando cientes das responsabilidades legais decorrentes de eventual falsidade.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente declaração.

Palmital – PR, 11 de setembro de 2026.

gov.br
Documento assinado digitalmente
EDER PAULOSKI
Data: 11/09/2026 12:05:58-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

EDER PAULOSKI
CPF: [redacted]

PROPOSTA DE PREÇOS AJUSTADA

PREGÃO ELETRÔNICO N° 30/2026

Á pregoeira e equipe de apoio

Prefeitura municipal de Palmital, Estado do Paraná.

IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE

RAZÃO SOCIAL: 40.375.493 EDER PAULOSKI

CNPJ: 40.375.493/0001-69 INSCRIÇÃO ESTADUAL: ISENTO

REPRESENTANTE: EDER PAULOSKI

R.G: [redacted] CPF: [redacted]

ENDEREÇO: SIT POV SAIDA RIO DA CASA, - PI 91, N° SN, CASA, RURAL, CEP 85.270-000 em PALMITAL - PR

TELEFONE: (42) 9 9932-2363

E-MAIL: EDERPAULOSKI58@GMAIL.COM

BANCO: SICREDI AGÊNCIA: 0703 CONTA CORRENTE: 07587-1

PROPOSTA AJUSTADA

a) Considerando as informações contidas do Termo de Referência (Anexo I) do Pregão Eletrônico n° 30/2026, interessada na contratação do objeto da aludida licitação, vem a empresa acima qualificada a PROPOR ao Município de Palmital (PR) a prestação dos serviços e/ou fornecimento de produtos licitados pelo valor de R$ 88.080,00 (oitenta e oito mil e oitenta reais), conforme modelo de planilha de Formação de Preços abaixo:

LOTE	Código Do Serviço	Unid.	Quant.	Produto/Serviço	V. Unit.	V. total
2	39142	KM	14.680,00	Prestação de serviço de transporte escolar linha rio lograd or/cidade para o período de 12 (doze) meses	R$ 6,00	R$ 88.080,00

PROPOSTA AJUSTADA: R$ 88.080,00 (oitenta e oito mil e oitenta reais).

b) A validade da proposta é de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua apresentação

c) Declara para fins de participação no Pregão Eletrônico N° 30/2026, que sua proposta comercial compreende a integralidade dos custos para atendimentos dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme disposto no §1°, art. 63° da Lei n° 14.133/2021.

d) Declaramos que examinamos, conhecemos e nos submetemos às condições contidas no edital do Pregão Eletrônico n° 30/2026, retro mencionado, bem como verificamos todas as especificações nele exaradas, não havendo qualquer discrepância nas informações e/ou documentos que dela fazem parte.

e) Declaramos ainda, que estamos cientes de todas as condições que possam, de qualquer forma, influir nos custos, assumindo total responsabilidade por erros ou omissões existentes nesta proposta, bem como qualquer despesa relativa à realização integral do seu objeto.

Palmital – PR, 11 de setembro de 2026.

gov.br
Documento assinado digitalmente
EDER PAULOSKI
Data: 11/09/2026 12:08:52-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

_____

EDER PAULOSKI
CPF: [redacted]

Proc. Administrativo 18- 080/2026

De: Antonio N. - SMA-Comp.Lic

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 14/09/2026 às 15:44:46

_

Antonio Ferraz de Lima Neto
Agente de Contratação

Anexos:

Atestado_de_Capacidade_Tecnica.pdf
Cadastro_de_CNPJ.pdf
Cedula_de_identidade_e_CPF_dos_socios.pdf
Certidao_conjunta_de_debitos_relativos_a_Tributos_Federais.pdf
Certidao_de_regularidade_debito_para_com_o_Fundo_de_Garantia_por_Tempo_de_Servico_FGTS_.pdf
Certidao_de_regularidade_de_debito_com_a_Fazenda_Estadual.pdf
Certidao_de_regularidade_de_debito_com_a_Fazenda_Municipal.pdf
Certidao_Negativa_de_Debitos_Trabalhistas_CNDT_.pdf
Certidao_Negativa_de_Falencia_ou_Concordata.pdf
ConsultaConsolidada_65047296000141_14_9_2026.pdf
Declaracao_Unificada_Conforme_Modelo_Anexo_ao_Edital.pdf
Outros_documentos_DOC_JOAO_VITOR.pdf
Proposta_em_papel_timbrado_assinada_e_com_CNPJ.pdf

Município De Palmital
CNPJ: 75.680.025/0001-82

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, a pedido da interessada e para fins de prova de aptidão de desempenho e atestado de fornecimento de EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, que a empresa [redacted] **JOAO VITOR FREITAS JUSVIAK** inscrita no CNPJ nº 65.047.296/0001-41, situada na Rua Otílio Nunes de Oliveira, nº. 868, Vila Verde, na cidade de Palmital, Estado do Paraná, forneceu o serviço acima descritos para o **MUNICIPIO DE PALMITAL**, inscrito no CNPJ nº. 75.680.025/0001-82.

Registramos, ainda, que os serviços acima referidos apresentaram bom desempenho operacional e qualitativo, tendo a empresa cumprido fielmente com suas obrigações, nada constando que a desabone técnica e comercialmente, até a presente data.

Palmital/PR, 10 de setembro de 2026.

DIEGO PADILHA DE JESUS
Secretário Municipal de Administração

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
65.047.296/0001-41 **MATRIZ**		**10/02/2026**

NOME EMPRESARIAL
65.047.296 JOAO VITOR FREITAS JUSVIAK

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
********	**ME**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
49.24-8-00 - Transporte escolar

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
Não informada

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
213-5 - Empresário (Individual)

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
10 R OSTILIO NUNES OLIVEIRA	**868**	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
85.270-000	**VILA VERDE**	**PALMITAL**	**PR**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
JOAOLBFF6@GMAIL.COM	**(42) 9813-0460**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**10/02/2026**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **03/09/2026** às **00:32:01** (data e hora de Brasília).



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
GOVERNO FEDERAL

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Segurança Pública

Nome / Name
JOÃO VITOR FREITAS JUSVIAK

Nome Social / Social Name

Registro Geral-CPF / Personal Number

Sexo / Sex
M

Data de Nascimento / Date of Birth

Nacionalidade / Nationality
BRA

Naturalidade / Place of Birth
PALMITAL/PR

Validade / Expiry
23/01/2035

Assinatura do Titular / Cardholder's Signature

CARTEIRA DE IDENTIDADE

C1000593725

7042500031

Filiação / Filiation
PATRICIA FREITAS DOS SANTOS

JOAO PAULO JUSVIAK

Órgão Expedidor / Card Issuer
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

Local / Place of Issue
PALMITAL/PR

Emissão / Issue
23/01/2025

Assinatura do Expedidor / Card Issuer Signature
Marcus Vinicius Da Costa Michelotto
Diretor

IGB

LEI Nº 7.116 DE 29 DE AGOSTO DE 1983

ESCRITURA PÚBLICA DE EMANCIPAÇÃO QUE FAZEM: JOÃO PAULO JUSVIAK E OUTRA A FAVOR DE JOAO VITOR FREITAS JUSVIAK, NA FORMA ABAIXO DECLARADA:-

S=A=I=B=A=M quantos este Público instrumento de escritura de emancipação virem que aos seis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis, (06/02/2026), nesta Cidade de Palmital, Estado do Paraná. Em Cartório na Sede da Comarca, perante mim Leonardo Gallo da Rocha - Escrevente Juramentado, compareceram partes entre si justas e contratadas, a saber: de um lado como outorgantes:- **JOÃO PAULO JUSVIAK**, brasileiro, nascido em 29/02/1988, filho de Jamil Jusviak e Joana Juswiak, solteiro, maior e capaz, motorista, portador da Cédula de Identidade nº-[redacted] inscrito no CPF/MF sob n[redacted] residente e domiciliado na [redacted] e **PATRICIA FREITAS DOS SANTOS**, brasileira, nascida em 25/12/1990, filha de Lifonso Gonçalves Dos Santos e Zeloi Andrade de Freitas, solteira, maior e capaz, secretária, portadora da Cédula de Identidade nº-[redacted] expedida em 08/02/2006, inscrita no CPF/MF sob n[redacted] residente e domiciliada na [redacted] e de outro lado, como Outorgado seu filho:- **JOAO VITOR FREITAS JUSVIAK**, brasileiro, solteiro, menor púbere, nascido em 04/12/2009, filho de Joao Paulo Jusviak e Patricia Freitas Dos Santos, estudante, portador da Cédula de Identidade nº-[redacted], expedida em 23/01/2025, inscrito no CPF/MF sob nº[redacted] residente e domiciliado à Rua Ostilio Nunes de Oliveira 868, Vila Verde, Palmital-PR. Todos reconhecidos como os próprios por mim Leonardo Gallo da Rocha, Escrevente Juramentado, do que dou fé. E, pelos outorgantes me foi dito que tendo sob seu pátrio poder o outorgado seu filho JOÃO VITOR FREITAS JUSVIAK**,** com 16 anos de idade, conforme Certidão de Nascimento nº-27372, as fls. 170, Livro A-77 do Registro Civil do município de Palmital-PR, a mim exibida, e tendo em vista que ele já se encontra capacitado para exercer todos os atos da vida Civil, é de suas livres e espontâneas vontades emancipá-lo, como de fato a tem emancipado, pela presente escritura e na conformidade do que dispõe o Artigo 5º, inciso I, do Código Civil, para que o mesmo possa exercer sem restrição alguma todos os atos e direitos que as nossas Leis Civis e Comerciais conferem aos maiores de 18 (dezoito) anos de idade. Em seguida pelo outorgado me foi dito que aceitava a presente escritura em todos os seus expressos termos **A presente Escritura Pública de Emancipação deverá ser averbada no Cartório de Registro Civil competente para a sua eficácia**. Assim o disseram e dou fé. A pedido das partes lavrei a presente escritura pública, que depois de lhes ser lida e achada em tudo conforme outorgaram, aceitam e assinam, dispensando a presença e assinaturas das testemunhas instrumentárias. Ato devidamente protocolado sob nº 30/2026, nesta data. Eu, (a.), Leonardo Gallo da Rocha, Escrevente Juramentado, que a escrevi. Eu, (a.), Ivete Mormino Schon, Tabeliã que a fiz digitar, subscrevi, dou fé e assino. Emolumentos: R$174,51(VRC 630,00) Funrejus: R$43,62, Selo: R$16,00, Distribuidor: R$10,60 , FUNDEP: R$8,73, ISSQN: R$8,73. Total: R$262,19. Selo Digital nºSFTN29JkcNjEaGp4m3DRF881q. Palmital-PR, 06 de fevereiro de 2026. (aa.) JOÃO PAULO JUSVIAK, Outorgante, PATRICIA FREITAS DOS SANTOS, Outorgante e JOAO VITOR FREITAS JUSVIAK, Outorgado. Ivete Mormino Schon, Tabeliã.. Nada mais. Trasladada em seguida, confere em tudo com o original, ao qual me reporto e dou fé. Eu, _____, Leonardo Gallo da Rocha, Escrevente Juramentado, que a trasladei, conferi, subscrevo, dou fé e assino em público e raso. Emolumentos: R$174,51(VRC 630,00), Funrejus: R$43,62, Selo: R$16,00, Distribuidor: R$10,60, Folha Adicional: Não incide, FUNDEP: R$8,73, ISSQN: R$8,73. Total: R$262,19.

Em Anexo: Cedula de identidade e CPF dos socios.

Palmital-PR, 06 de fevereiro de 2026

FUNARPEN

CERTIDÃO

CERTIFICO que nesta data dei cumprimento à Escritura Pública, conforme registro realizado no Livro E-07, fls. 106, termo nº 958, ficando a cópia do mesmo arquivado na pasta de Arquivo de Escrituras Públicas nº 04, formando as fls 10.

O referido é verdade e dou fé.
Palmital – PR, 09 de Fevereiro de 2026.

Hêmily de Andrade Frider
Escrevente Substituta

EM BRANCO

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: 65.047.296 JOAO VITOR FREITAS JUSVIAK
CNPJ: 65.047.296/0001-41

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 00:32:56 do dia 03/09/2026 <hora e data de Brasília>.
Válida até 02/03/2027.
Código de controle da certidão: **8FDD.0623.8189.62BA**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Voltar Imprimir

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 65.047.296/0001-41

Razão social: 65.047.296 JOAO VITOR FREITAS JUSVIAK

Endereço: 10A OSTILIO NUNES OLIVEIRA 868 / VILA VERDE / PALMITAL / PR / 85270-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 21/08/2026 a 19/09/2026

Certificação Número: 2026082108046543672744

Informação obtida em 03/09/2026 00:34:15

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 40282281-13

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **65.047.296/0001-41**
Nome: **65.047.296 JOAO VITOR FREITAS JUSVIAK**
Estabelecimento sem registro no Cadastro de Contribuintes do ICMS/PR

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 01/01/2027 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

CERTIDÃO NEGATIVA

1022/2026

IMPORTANTE:	***1.*** *FICA RESSALVADO O DIREITO DA FAZENDA MUNICIPAL COBRAR DÉBITOS CONSTATADOS POSTERIORMENTE MESMO REFERENTE AO PERÍODO COMPREENDIDO NESTA CERTIDÃO.* ***2.*** *A PRESENTE CERTIDÃO TEM VALIDADE ATÉ **08/10/2026**, SEM RASURAS E NO ORIGINAL.*

REVENDO OS ARQUIVOS E REGISTROS, CERTIFICAMOS QUE: O CONTRIBUINTE NADA DEVE À FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL RELATIVO A EMPRESA MENCIONADA ABAIXO.

CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO: 5ZXHZ5UFFH5J5X58A9BH

FINALIDADE: CADASTRO E/OU CONCORRÊNCIA E/OU LICITAÇÃO

RAZÃO SOCIAL: 65.047.296 JOAO VITOR FREITAS JUSVIAK

INSCRIÇÃO EMPRESA	***CNPJ/CPF***	***INSCRIÇÃO ESTADUAL***	***ALVARÁ***
900030932	*65.047.296/0001-41*	*ISENTO*	*754*

CNAE/ ATIVIDADES

Transporte escolar

ENDEREÇO

RUA OSTILHO NUNES OLIVEIRA, 0 - VILA VERDE Palmital - PR CEP: 85270000

Palmital, 08 de Setembro de 2026

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: 65.047.296 JOAO VITOR FREITAS JUSVIAK (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 65.047.296/0001-41
Certidão nº: 74222188/2026
Expedição: 03/09/2026, às 00:35:27
Validade: 02/03/2027 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **65.047.296 JOAO VITOR FREITAS JUSVIAK (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **65.047.296/0001-41, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
COMARCA DE CURITIBA ESTADO DO PARANÁ

1º OFICIO DISTRIBUIDOR, PART. E CONTADOR JUDICIAL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA
AV. CÂNDIDO DE ABREU, 535 1º ANDAR - FONE: (41) 3027-5253
EDIFÍCIO DO FÓRUM CÍVEL - CENTRO-CÍVICO
CEP: 80530-906
www.1distribuidorcuritiba.com.br

PEDIDO DE CERTIDÕES

EDIFÍCIO DO FÓRUM CÍVEL
AV. CÂNDIDO DE ABREU, 535 - TÉRREO - CEP 80530-906

EMPREGADOS JURAMENTADOS

SANDRA LUCIA PELIKI
LUIZ CARLOS KOFANOVSKI
ISABEL ANGELA WYPYCH
MARIANY BEATRIZ DA SILVA SCAPINELI
FERNANDA GALLASSINI
KARINA BAVARO ALVES

JOSÉ BORGES DA CRUZ FILHO
TITULAR

RECUPERAÇÃO JUDICIAL * FALÊNCIA * CONCORDATA * CRIME * CIVEL
VARAS CRIMINAIS-VARAS DA FAZENDA-VARAS DA FAMÍLIA-PRECATÓRIA DA VARA DE EXECUÇÕES PENAIS
EXECUÇÕES FISCAIS DO ESTADO E DO MUNICÍPIO - REGISTROS PÚBLICOS - TRIBUNAL DO JURI
TABELIONATOS - JUIZADO ESPECIAL CIVEL E CRIMINAL

CERTIDÃO NEGATIVA
FEITOS AJUIZADOS

CERTIFICO, a pedido de parte interessada, para FINS GERAIS, que revendo os livros de registros de distribuições físicas e eletrônicas de 1ª a 3ª VARAS ESTADUAIS de AÇÕES DE FALÊNCIAS, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL, existentes nesta serventia, dos mesmos NÃO CONSTA qualquer ação contra:

65.047.296 JOAO VITOR FREITAS JUSVIAK

CNPJ.65.047.296/0001-41

no período de 18 de março de 1963 (data da instalação deste cartório - Lei No.4.677, de 29/12/62) a 02/09/2026 .

O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.

Curitiba, 04 de setembro de 2026 .

LUIZ CARLOS KOFANOVSKI
Escrevente Juramentado

Emitida por: LUIZ
Lei nº19.803 de 21/Dez/18
Tabela XVI dos Distribuidores nº VI letra a (R$ 48.00)

ASSINADO DIGITALMENTE POR:
1 OFICIO DE DISTRIBUIDOR DO FORO CENTRAL DA COMAR:75155267000157
Data: 04/09/2026 13:52:39

***** Se impressa, verificar sua autenticidade no http://www.1distribuidorcuritiba.com.br/autentica usando o codigo E7FC9709 *****

ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE PONTA GROSSA

OFICIO DISTRIBUIDOR
Rua Leopoldo Guimarães da Cunha, 590 - Oficinas
PONTA GROSSA/PR - 84035310

T I T U L A R
ROSANA WAGNER
J U R A M E N T A D O S
MUALMERI JANOSKI
NATHALIA LAIS WAGNER EMILIO

Certidão Negativa

Para Fins Gerais

Certifico, a pedido de parte interessada, que revendo os livros e arquivos de distribuição de Ações de FALÊNCIA, CONCORDATA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL e HOMOLOGAÇÃO DE RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL, sob minha guarda neste cartório, verifiquei NÃO CONSTAR nenhum registro em andamento contra:

65.047.296 JOAO VITOR FREITAS JUSVIAK

Documento..... CNPJ 65.047.296/0001-41
Sede..... Rua OSTILIO NUNES OLIVEIRA, 868, VILA VERDE, PALMITAL/PR, CEP 85270000

no período compreendido entre 27/04/2006 e 27/04/2026.

PONTA GROSSA/PR, 02 de Setembro de 2026

Certificação

ASSINADO DIGITALMENTE
ROSANA WAGNER:63910969968
CPF ***.109.699-**
DATA 3 de set. de 2026
Data obtida de um servidor de tempo.
A conformidade com a assinatura pode ser verificada em: https://serpro.gov.br/assinador-digital
Serpro

Documento assinado digitalmente ICP- BRASIL ,conf. MP Nº 2.200-2/2001, LEI Nº14.063/20
A Verificação da assinatura: https://validar.iti.gov.br/ - ESTE DOCUMENTO NÃO DEVE SER IMPRESSO.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 14/09/2026 15:09:19

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **65.047.296 JOAO VITOR FREITAS JUSVIAK**
CNPJ: **65.047.296/0001-41**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

65.047.296 JOAO VITOR FREITAS JUSVIAK
CNPJ nº. 65.047.296/0001-41
Rua Ostilio Nunes de Oliveira, nº. 868, Vila Verde
CEP 85.270-000 - PALMITAL – PR

ANEXO II - DECLARAÇÃO UNIFICADA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 87/2026

Á pregoeira e equipe de apoio
Prefeitura Municipal de Palmital, Estado do Paraná

Pelo presente instrumento, a empresa [redacted] **JOAO VITOR FREITAS JUSVIAK** inscrita no CNPJ nº 65.047.296/0001-41, situada na Rua Ostilio Nunes de Oliveira, nº. 868, Vila Verde, Palmital/PR, CEP 85.270-000, através de seu representante legal infra-assinado, que: (X) Declara, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que se enquadra na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14, bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação.

1) Declaramos, para os fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, não empregamos menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos de idade, em cumprimento ao que determina o inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, acrescida pela Lei nº 9.854/99.

2) Declaramos que assumimos inteira responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados, sujeitando-nos a eventuais averiguações que se façam necessárias;

3) Comprometemo-nos a manter, durante todo o período de vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas nesta licitação;

4) Comprometemo-nos a repassar na proporção correspondente, eventuais reduções de preços decorrentes de mudanças de alíquotas de impostos incidentes sobre cumprimento do objeto, em função de alterações de legislação pertinente, publicadas durante a vigência do contrato;

5) Declaramos que temos conhecimento e submetemo-nos ao disposto neste edital e anexos e legislação aplicada;

6) Declaramos que até a presente data inexistem fatos impeditivos para nossa habilitação e participação no presente processo licitatório e estamos cientes da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

7) DECLARAMOS, ainda, que não fomos declarados inidôneos por nenhum órgão do poder público em qualquer de suas esferas;

8) Declaramos que em atendimento ao Acórdão nº 2745/2010 – TCE/PR, que seus sócios, dirigentes ou cotistas, bem como seu representante neste ato JOAO VITOR FREITAS JUSVIAK, inscrito no CPF sob o nº [redacted], não é servidor do Município da Prefeitura de Palmital Paraná, nem cônjuge ou companheiro, parente em linha reta e/ou colateral, consanguíneo ou afim de servidor

Joao

público deste Município, que nele exerça cargo em comissão ou função de confiança, seja membro da comissão de licitação, pregoeiro ou atividade ligada à contratação;

9) Declaramos para os devidos efeitos e sob pena da lei que não possuir em seu quadro societário servidor público da ativa, empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista;

10) Declaramos, para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o responsável legal da empresa é o Sr. JOAO VITOR FREITAS JUSVIAK, portador do CPF sob o nº [redacted] cuja função/cargo é representante legal, responsável pela assinatura do pregão eletrônico/contrato.

11) Declaramos, para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente e este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, concordo que a pregão eletrônico /Contrato seja encaminhado para o seguinte endereço:

E-mail: joaolbff6@gmail.com

Telefone: (44) 9 9182-2342

12) Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

13) Nomeamos e constituímos JOAO VITOR FREITAS JUSVIAK, portador do CPF sob o nº [redacted], para ser o responsável para acompanhar a execução, referente ao Pregão Eletrônico nº. 30/2026 e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e na Ata de Registro de Preços/Contrato.

14) Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Palmital/PR, 11 de setembro de 2026.

João Vitor Freitas Jusviak

65.047.296 JOAO VITOR FREITAS JUSVIAK
CNPJ nº. 65.047.296/0001-41
JOAO VITOR FREITAS JUSVIAK
Representante Legal
CPF: [redacted]

65.047.296 JOAO VITOR FREITAS JUSVIAK
CNPJ nº. 65.047.296/0001-41
Rua Ostilio Nunes de Oliveira, nº. 868, Vila Verde
CEP 85.270-000 - PALMITAL – PR

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 87/2026

Á
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL, ESTADO DO PARANÁ
Ao pregoeiro/equipe de apoio

A empresa **65.047.296 JOAO VITOR FREITAS JUSVIAK** inscrita no CNPJ nº 65.047.296/0001-41, situada na Rua Ostilio Nunes de Oliveira nº. 868, Vila Verde, Palmital/PR, CEP 85.270-000, por intermédio de seu representante legal, JOAO VITOR FREITAS JUSVIAK, inscrito no CPF sob o nº [redacted] DECLARA que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital.

Palmital/PR, 11 de setembro de 2026.

João Vitor Freitas Jusviak

[redacted] **JOAO VITOR FREITAS JUSVIAK**
CNPJ nº. 65.047.296/0001-41
JOAO VITOR FREITAS JUSVIAK
Representante Legal
CPF [redacted]

65.047.296 JOAO VITOR FREITAS JUSVIAK
CNPJ nº. 65.047.296/0001-41
Rua Ostilio Nunes de Oliveira, nº. 868, Vila Verde
CEP 85.270-000 - PALMITAL – PR

DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 87/2026

JOAO VITOR FREITAS JUSVIAK, brasileiro, emancipado, solteiro, empresário, inscrito no CPF nº [redacted], residente e [redacted] CEP 85.270-000, como representante devidamente constituído da empresa **65.047.296 JOAO VITOR FREITAS JUSVIAK** inscrita no CNPJ nº 65.047.296/0001-41, com sede na Rua Ostilio Nunes de Oliveira, nº. 868, Vila Verde, Palmital/PR, CEP 85.270-000, para fins do disposto no edital de licitação: Pregão Eletrônico nº 30/2026, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

A proposta apresentada para participar do Pregão Eletrônico nº. 30/2026, foi elaborada de maneira independente pela empresa 65.047.296 JOAO VITOR FREITAS JUSVIAK, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico nº. 30/2026, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

A intenção de apresentar a proposta elaborada para participar do Pregão Eletrônico nº. 30/2026 não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico nº. 30/2026, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico nº. 30/2026 quanto a participar ou não da referida licitação;

Que o conteúdo da proposta apresentada para participar do Pregão Eletrônico nº. 30/2026 não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico nº. 30/2026, antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

Que o conteúdo da proposta apresentada para participar do Pregão Eletrônico nº. 30/2026 não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do município de Palmital/PR, antes da abertura oficial das propostas; e

Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Palmital/PR, 11 de setembro de 2026.

Joao Vitor Freitas Jusviak

65.047.296 JOAO VITOR FREITAS JUSVIAK
CNPJ nº. 65.047.296/0001-41
JOAO VITOR FREITAS JUSVIAK
Representante Legal
CPF: [redacted]

65.047.296 JOAO VITOR FREITAS JUSVIAK
CNPJ nº. 65.047.296/0001-41
Rua Ostilio Nunes de Oliveira, nº. 868, Vila Verde
CEP 85.270-000 - PALMITAL – PR

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 87/2026

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL, ESTADO DO PARANÁ
Ao pregoeiro/equipe de apoio

A empresa **65.047.296 JOAO VITOR FREITAS JUSVIAK** inscrita no CNPJ nº 65.047.296/0001-41, por intermédio de seu representante legal, JOAO VITOR FREITAS JUSVIAK, inscrito no CPF nº [redacted] DECLARA, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

(X) Microempresa, conforme inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2008.

( ) Empresa de Pequeno Porte, conforme inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2008.

Declara ainda que a empresa não se encontra alcançada por qualquer das hipóteses descritas no § 4º, do artigo 3º, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2008.

Palmital/PR, 11 de setembro de 2026.

João Vitor Freitas Jusviak

65.047.296 JOAO VITOR FREITAS JUSVIAK
CNPJ nº. 65.047.296/0001-41
JOAO VITOR FREITAS JUSVIAK
Representante Legal
CPF: [redacted]

65.047.296 JOAO VITOR FREITAS JUSVIAK
CNPJ nº. 65.047.296/0001-41
Rua Ostilio Nunes de Oliveira, nº. 868, Vila Verde
CEP 85.270-000 - PALMITAL – PR

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 87/2026

Á
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL, ESTADO DO PARANÁ
Ao pregoeiro/equipe de apoio

A empresa **65.047.296 JOAO VITOR FREITAS JUSVIAK** inscrita no CNPJ nº 65.047.296/0001-41, situada na Rua Ostilio Nunes de Oliveira nº. 868, Vila Verde, Palmital/PR, CEP 85.270-000, por intermédio de seu representante legal, JOAO VITOR FREITAS JUSVIAK, inscrito no CPF nº [redacted] DECLARA, sob as penas da lei, que não foi declarada inidônea e nem está suspensa ou impedida de licitar ou contratar com a Administração Pública, entidades do Sistema S. e demais entes contratantes, não havendo nenhum fato que desabone sua reputação.

Palmital/PR, 11 de setembro de 2026.

João Vitor Freitas Jusviak

65.047.296 JOAO VITOR FREITAS JUSVIAK
CNPJ nº. 65.047.296/0001-41
JOAO VITOR FREITAS JUSVIAK
Representante Legal
CP[redacted]

65.047.296 JOAO VITOR FREITAS JUSVIAK
CNPJ nº. 65.047.296/0001-41
Rua Ostilio Nunes de Oliveira, nº. 868, Vila Verde
CEP 85.270-000 - PALMITAL – PR

DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 87/2026

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL, ESTADO DO PARANÁ
Ao pregoeiro/equipe de apoio

A empresa **65.047.296 JOAO VITOR FREITAS JUSVIAK** inscrita no CNPJ nº 65.047.296/0001-41, com sede na Rua Ostilio Nunes de Oliveira, nº. 868, Vila Verde, Palmital/PR, CEP 85.270-000, declara, para os devidos fins, que os serviços são prestados em conformidade com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendem às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, caso opte pelo benefício previsto no art. 3º, § 2º, inciso V, da Lei nº 8.666/1993.

Palmital/PR, 11 de setembro de 2026.

65.047.296 JOAO VITOR FREITAS JUSVIAK
CNPJ nº. 65.047.296/0001-41
JOAO VITOR FREITAS JUSVIAK
Representante Legal
CPF: [redacted]

65.047.296 JOAO VITOR FREITAS JUSVIAK
CNPJ nº. 65.047.296/0001-41
Rua Ostilio Nunes de Oliveira, nº. 868, Vila Verde
CEP 85.270-000 - PALMITAL – PR

DECLARAÇÃO DE SUJEIÇÃO ÀS CONDIÇÕES DO EDITAL E INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DE HABILITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 87/2026

Á
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL, ESTADO DO PARANÁ
Ao pregoeiro/equipe de apoio

A empresa **65.047.296 JOAO VITOR FREITAS JUSVIAK** inscrita no CNPJ nº 65.047.296/0001-41, situada na Rua Ostilio Nunes de Oliveira, nº. 868, Vila Verde, Palmital/PR, CEP 85.270-000, por intermédio de seu representante legal, JOAO VITOR FREITAS JUSVIAK, inscrito no CPF nº [redacted] DECLARA, para os devidos fins e sob as penas da lei, que:

Tem pleno conhecimento de todas as condições estabelecidas no Edital e seus anexos, concordando integralmente com as disposições nele contidas e comprometendo-se a cumpri-las integralmente.

Não existem fatos supervenientes impeditivos de sua habilitação, bem como que não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, em qualquer esfera de governo.

Compromete-se a comunicar imediatamente à Administração qualquer fato que venha a ocorrer e que possa comprometer sua habilitação ou participação no certame.

Por ser expressão da verdade, firma a presente declaração para os devidos fins.

Palmital/PR, 11 de setembro de 2026.

João Vitor Freitas Jusviak

65.047.296 JOAO VITOR FREITAS JUSVIAK
CNPJ nº. 65.047.296/0001-41
JOAO VITOR FREITAS JUSVIAK
Representante Legal
CPF: [redacted]

65.047.296 JOAO VITOR FREITAS JUSVIAK
CNPJ nº. 65.047.296/0001-41
Rua Ostilio Nunes de Oliveira, nº. 868, Vila Verde
CEP 85.270-000 - PALMITAL – PR

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 87/2026

Á
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL, ESTADO DO PARANÁ
Ao pregoeiro/equipe de apoio

A empresa **65.047.296 JOAO VITOR FREITAS JUSVIAK** inscrita no CNPJ nº 65.047.296/0001-41, por intermédio de seu representante legal, JOAO VITOR FREITAS JUSVIAK, inscrito no CPF nº [redacted], DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

Palmital/PR, 11 de setembro de 2026.

João Vitor Freitas Jusviak

65.047.296 JOAO VITOR FREITAS JUSVIAK
CNPJ nº. 65.047.296/0001-41
JOAO VITOR FREITAS JUSVIAK
Representante Legal
CPF: [redacted]

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial: 65.047.296 JOAO VITOR FREITAS JUSVIAK **NIRE :** 41823499221 **Natureza Jurídica:** Empresário (Individual)			**Protocolo:** PRC2604361549
NIRE (Sede) 41823499221	**CNPJ** 65.047.296/0001-41	**Arquivamento do Ato de Inscrição** 10/02/2026	**Início de Atividade** 10/02/2026
Endereço Completo 10a Rua OSTILIO NUNES OLIVEIRA, Nº 868, VILA VERDE-Palmital/PR- CEP85270-000			
Objeto SERVICOS DE TRANSPORTE DE ESCOLARES - TRANSPORTADOR ESCOLAR INDEPENDENTE.			
Capital R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais)			**Porte** MEI (Micro Empreendedor Individual)
Último Arquivamento **Data** 10/02/2026	**Número** 41823499221	**Ato/eventos** 080 / 315 - ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA	**Situação** ATIVA **Status** SEM STATUS
Nome do Empresário: JOAO VITOR FREITAS JUSVIAK **Identidade:** 15899505931 **Estado civil:** NÃO INFORMADO		**CPF:** [redacted] **Regime de bens:** NÃO INFORMADO	

Esta certidão foi emitida automaticamente em 03/09/2026, as 15:42:40 (horário de Brasília).
Se impressa, verificar sua autenticidade no **https://www.empresafacil.pr.gov.br**, com o código **NSLCXKLA**.
Em caso de divergência de dados, solicitar a correção através do "Fale Conosco" (https://www.juntacomercial.pr.gov.br/webservices/jucepar/faleconosco) no prazo de 30 dias da emissão deste documento.

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA

Data da consulta: 03/09/2026 17:46:55

Identificação do Contribuinte - CNPJ Matriz

CNPJ: **65.047.296/0001-41**

A opção pelo Simples Nacional e/ou SIMEI abrange todos os estabelecimentos da empresa

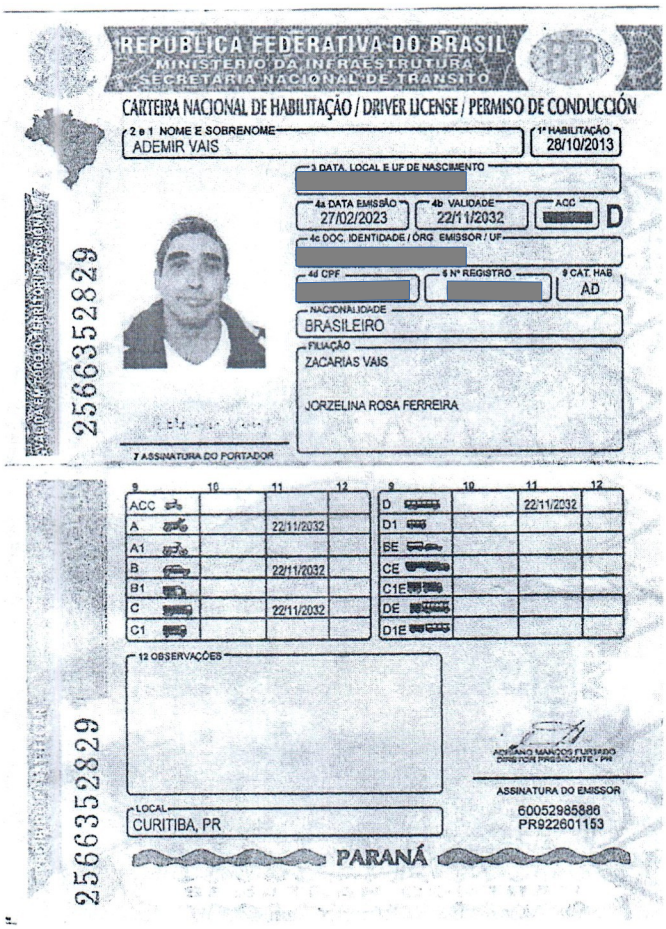
Nome Empresarial: **65.047.296 JOAO VITOR FREITAS JUSVIAK**

Situação Atual

Situação no Simples Nacional: **Optante pelo Simples Nacional desde 10/02/2026**
Situação no SIMEI: **Enquadrado no SIMEI desde 10/02/2026**

+ Mais informações

Voltar | Gerar PDF



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

2 e 1 NOME E SOBRENOME
ADEMIR VAIS

1ª HABILITAÇÃO
28/10/2013

3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO
[redacted]

4a DATA EMISSÃO
27/02/2023

4b VALIDADE
22/11/2032

ACC
D

4c DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF
[redacted]

4d CPF
[redacted]

5 Nº REGISTRO
[redacted]

9 CAT. HAB.
AD

NACIONALIDADE
BRASILEIRO

FILIAÇÃO
ZACARIAS VAIS

JORZELINA ROSA FERREIRA

7 ASSINATURA DO PORTADOR

2566352829

9	10	11	12
ACC			
A		22/11/2032	
A1			
B		22/11/2032	
B1			
C		22/11/2032	
C1			

9	10	11	12
D		22/11/2032	
D1			
BE			
CE			
C1E			
DE			
D1E			

12 OBSERVAÇÕES

ADRIANO MARCOS FURTADO
DIRETOR PRESIDENTE - PR

ASSINATURA DO EMISSOR

60052985886
PR922601153

LOCAL
CURITIBA, PR

PARANÁ

2566352829

SENATRAN - Portaria 980/2020 e 1.566/2021

Certificado

CERTIFICADO N° 74526233

A EADTRAN - Cursos de Trânsito e Educação Profissional de Nível Técnico LTDA - CNPJ: 31.987.215/0001-71 certifica que ADEMIR VAIS portador (a) do CPF Nº [redacted] concluiu o curso **Transporte de Escolares** na modalidade EAD, com carga horária de 50 horas, no período de 11/07/2023 á 18/07/2023.

Curso válido até 18/07/2028

Curitiba, 18 de Julho de 2023

EADTRAN
CURSOS DE TRÂNSITO

PAULO APARECIDO DE SOUZA
DIRETOR GERAL

CERTIFICADO Nº 74526233

Nome: ADEMIR VAIS

CPF: 041.916.079-52

Nome do curso: Transporte de Escolares

Carga horária: 50 horas

Módulos do curso:

CURSO PARA CONDUTORES DE VEÍCULOS DE TRANSPORTE DE ESCOLARES	
ESTRUTURA CURRICULAR	**CARGA HORÁRIA**
LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO	10 HORAS/AULA
DIREÇÃO DEFENSIVA	15 HORAS/AULA
PRIMEIRO SOCORROS	10 HORAS/AULA
RELACIONAMENTO INTERPESSOAL	15 HORAS/AULA
CARGA HORÁRIA TOTAL	**50 HORAS/AULA**

EADTRAN
CURSOS DE TRÂNSITO

DETRAN- PR

CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO - DIGITAL

CÓDIGO RENAVAM

[redacted]

PLACA: CVM5H11
EXERCÍCIO: 2026
ANO FABRICAÇÃO: 2000
ANO MODELO: 2000
NÚMERO DO CRV: 264839547084

Valide este QRCode com app Vio

CATEGORIA: ALUGUEL
CAPACIDADE: *.*
POTÊNCIA/CILINDRADA: 84CV/3000
PESO BRUTO TOTAL: 1.35
MOTOR: JT203137
CMT: 1.35
EIXOS: *
LOTAÇÃO: 16P
CARROCERIA: NãO APLICAVEL
NOME: JOAO VITOR FREITAS JUSVIAK
CPF / CNPJ: 65.047.296/0001-41
LOCAL: PALMITAL PR
DATA: 09/09/2026

ASSINADO DIGITALMENTE PELO DETRAN

CÓDIGO DE SEGURANÇA DO CLA: 58510446509
CAT: ***

MARCA / MODELO / VERSÃO: I/KIA BESTA GS GRAND

ESPÉCIE / TIPO: PASSAGEIRO MICROONIBUS

PLACA ANTERIOR / UF: *******/**
CHASSI: KNHTS7322Y7014801

COR PREDOMINANTE: BRANCA
COMBUSTÍVEL: DIESEL

Documento emitido por DETRAN PR (11DE2606223A770CF84E) em 09/09/2026 às 14:56:55.

DADOS DO SEGURO DPVAT

CAT. TARIF	DATA DE QUITAÇÃO	PAGAMENTO
*	*	☐ COTA ÚNICA ☐ PARCELADO

REPASSE OBRIGATÓRIO AO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE (R$)	CUSTO DO BILHETE (R$)	CUSTO EFETIVO DO SEGURO (R$)
*	*	*

REPASSE OBRIGATÓRIO AO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO (R$)	VALOR DO IOF (R$)	VALOR TOTAL A SER PAGO PELO SEGURADO (R$)
*	*	*

OBSERVAÇÕES DO VEÍCULO

SEM OBSERVAÇÕES

MENSAGENS SENATRAN

Você Sabia?

Na Carteira Digital de Trânsito - CDT, você tem acesso ao CRLV, à CNH e ainda ganha desconto de 40% nas infrações, além de muitos outros serviços de trânsito, sem nenhum custo!

Leia o QR Code e baixe agora.

DISPONÍVEL NO Google Play

Baixe na App Store

INFORMAÇÕES DO SEGURO DPVAT

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

AUTORIZAÇÃO CIRCULAÇÃO DE VEÍCULO ESCOLAR

nº 600000805182026

TERMO DE AUTORIZAÇÃO **101325/2026** **DETRAN/PR** **241.3.0066929-5**

AUTORIZAÇÃO SEMESTRAL DESTINADA À CONDUÇÃO COLETIVA DE ESCOLARES

O Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN/PR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do Artigo 136 da Lei 9.503 de 23 de Setembro de 1997 e Portaria No 181/2009-DG, autoriza a condução coletiva de Escolares para o veículo de **PLACA: CVM-5H11, RENAVAM: 0073.943829-8, 016 PASSAGEIROS,** no estado do Paraná.

O presente é de porte obrigatório e pode ser revogado unilateralmente se verificado que o autorizado deixou de preencher os requisitos exigidos para a exploração da atividade.

Esta autorização tem validade até **22/02/2027**.

Palmital, 26 de Agosto de 2026.

VIVIANE DA PAZ
PRESIDENTE DO DETRAN – PR

Certidão registrada por:
Departamento Estadual de Trânsito
78.206.513/0001-40
AV. Victor Ferreira do Amaral, 2940
Curitiba - PR

Digitally signed by COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICAC:76945011C0001 19
Date: 2026.08.26 15:16:51 BRT

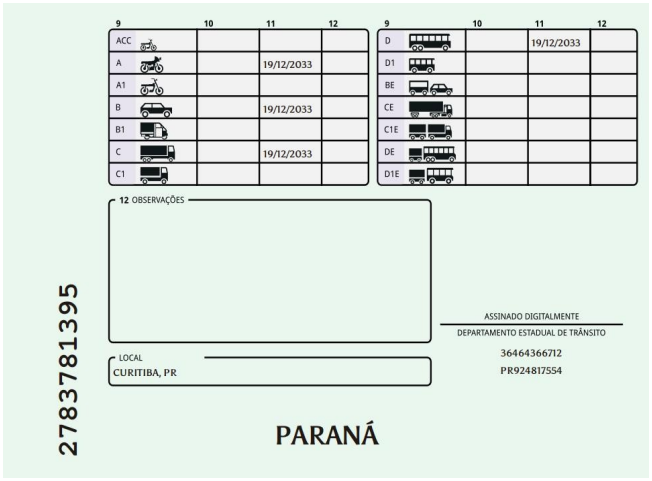
Para validar a certidão utilize o QRcode ao lado ou acesse o link abaixo informando número da certidão e senha fornecidos.

https://www.certidao.pr.gov.br

nº 600000805182026

Senha: MJZ0SD







QR-CODE

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: https://www.serpro.gov.br/assinador-digital.

SERPRO / SENATRAN

Certificado

*Certificamos que **ANTONIO MARCOS TRINDADE** Nº 0014SC000*

*Categoria: **AD***

CPF: [redacted]

*participipou do Curso **(CETE) Capacitação de Condutores de Veículos de Transporte Escolar** r*

*período de **31/05/2024** à **24/07/2024**, com carga horária de 50 ho*

Palmital, 24 de Julho de 2024

André Jandir Bischoff

DIRETOR GERAL

RIO BRANCO CURSOS PROFISSIONALIZANTES LTDA

34.263.499/0001-41

Dena

1Doc: Proc. Administrativo 080/2026 | Anex

Disciplina	*Carga horária*	*Instruto*
Apresentação		*Tami Marieli de Andrade Bis*
Legislação de Trânsito Geral e Específica	*10*	*Tami Marieli de Andrade Bis*
Direção Defensiva	*15*	*Tami Marieli de Andrade Bis*
Primeiros Socorros, Convívio Social Meio e Ambiente	*10*	*Tami Marieli de Andrade Bis*
Relacionamento Interpessoal	*15*	*Tami Marieli de Andrade Bis*

Carga horária total	*50*
Aproveitamento	*8.50*

DETRAN- PR

CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO - DIGITAL

CÓDIGO RENAVAM

PLACA: BES0F70 | EXERCÍCIO: 2025

ANO FABRICAÇÃO: 2000 | ANO MODELO: 2000

NÚMERO DO CRV: 264839544387

Valide este QRCode com app Vio

CATEGORIA: ALUGUEL | CAPACIDADE: *.*

POTÊNCIA/CILINDRADA: 85CV/3000 | PESO BRUTO TOTAL: 3.28

MOTOR: JT190494 | CMT: 1.32 | EIXOS: * | LOTAÇÃO: 16P

CARROCERIA: NãO APLICAVEL

NOME: JOAO VITOR FREITAS JUSVIAK

CPF / CNPJ: 65.047.296/0001-41

CÓDIGO DE SEGURANÇA DO CLA: 38905836541 | CAT: ***

MARCA / MODELO / VERSÃO: I/KIA BESTA GS GRAND

ESPÉCIE / TIPO: PASSAGEIRO MICROONIBUS

PLACA ANTERIOR / UF: *******/** | CHASSI: KNHTS7322Y7007538

COR PREDOMINANTE: BEGE | COMBUSTÍVEL: DIESEL

LOCAL: PALMITAL PR | DATA: 09/09/2026

Documento emitido por DETRAN PR (11DE2606223A770CF84E) em 09/09/2026 às 14:57:42.

ASSINADO DIGITALMENTE PELO DETRAN

DADOS DO SEGURO DPVAT

CAT. TARIF	DATA DE QUITAÇÃO	PAGAMENTO
*	*	☐ COTA ÚNICA ☐ PARCELADO

REPASSE OBRIGATÓRIO AO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE (R$)	CUSTO DO BILHETE (R$)	CUSTO EFETIVO DO SEGURO (R$)
*	*	*

REPASSE OBRIGATÓRIO AO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO (R$)	VALOR DO IOF (R$)	VALOR TOTAL A SER PAGO PELO SEGURADO (R$)
*	*	*

OBSERVAÇÕES DO VEÍCULO

SEM OBSERVAÇÕES

MENSAGENS SENATRAN

Você Sabia?

Na Carteira Digital de Trânsito - CDT, você tem acesso ao CRLV, à CNH e ainda ganha desconto de 40% nas infrações, além de muitos outros serviços de trânsito, sem nenhum custo!

Leia o QR Code e baixe agora.

DISPONÍVEL NO Google Play

Baixe na App Store

INFORMAÇÕES DO SEGURO DPVAT

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

AUTORIZAÇÃO CIRCULAÇÃO DE VEÍCULO ESCOLAR

nº 500000804942026

TERMO DE AUTORIZAÇÃO **101312/2026** **DETRAN/PR** **241.3.0066926-0**

AUTORIZAÇÃO SEMESTRAL DESTINADA À CONDUÇÃO COLETIVA DE ESCOLARES

O Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN/PR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do Artigo 136 da Lei 9.503 de 23 de Setembro de 1997 e Portaria No 181/2009-DG, autoriza a condução coletiva de Escolares para o veículo de **PLACA: BES-0F70, RENAVAM: 0074.031278-2, 016 PASSAGEIROS,** no estado do Paraná.

O presente é de porte obrigatório e pode ser revogado unilateralmente se verificado que o autorizado deixou de preencher os requisitos exigidos para a exploração da atividade.

Esta autorização tem validade até **22/02/2027**.

Palmital, 26 de Agosto de 2026.

VIVIANE DA PAZ
PRESIDENTE DO DETRAN – PR

Certidão registrada por:
Departamento Estadual de Trânsito
78.206.513/0001-40
AV. Victor Ferreira do Amaral, 2940
Curitiba - PR

Digitally signed by COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICAC.76545011000119
Date: 2026.08.28 14:54:44 BRT

Para validar a certidão utilize o QRcode ao lado ou acesse o link abaixo informando número da certidão e senha fornecidos.

https://www.certidao.pr.gov.br

nº 500000804942026

Senha: S05NY6

MUNICIPIO DE PALMITAL

PALMITAL

Propostas - Processo 30/2026 - MUNICIPIO DE PALMITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2026

Processo administrativo Nº 87/2026

Tipo: AQUISIÇÃO

PREGOEIRO: ANTONIO FERRAZ DE LIMA NETO

Data de Publicação: 25/08/2026 16:52

65.047.296 JOAO VITOR FREITAS JUSVIAK		**65047296000141**
LOTE 4	**Quant: 1**	**Num: PARTICIPANTE 771**
Item: 1	Unidade: KM	Marca: Serviço
Descrição: TRANSPORTE ESCOLAR LINHA PALMITALZINHO/CIDADE (PERÍODO DA MANHÃ), VEÍCULO: VAN. CAPACIDADE MÍNIMA		
Quantidade: 12080,00	**Valor Unit.: 7,05**	Total Item: 85.164,00
LOTE 5	**Quant: 1**	**Num: PARTICIPANTE 930**
Item: 1	Unidade: KM	Marca: Serviço
Descrição: TRANSPORTE ESCOLAR LINHA CIDADE/ARROIO MOREIRA (PERÍODO DA TARDE), VEÍCULO: VAN. CAPACIDADE MÍNIMA		
Quantidade: 11200,00	**Valor Unit.: 7,05**	Total Item: 78.960,00

65.047.296 JOAO VITOR FREITAS JUSVIAK
CNPJ nº. 65.047.296/0001-41
Rua Ostilio Nunes de Oliveira, nº. 868, Vila Verde
CEP 85.270-000 - PALMITAL – PR

PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2026 | PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 87/2026

À Prefeitura Municipal de Palmital/PR

A empresa abaixo qualificada, por seu titular e representante legal, apresenta proposta comercial para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte escolar, com fornecimento de veículos, motoristas e demais recursos necessários, conforme o Edital e o Termo de Referência.

Identificação da proponente

Nome empresarial	65.047.296 JOAO VITOR FREITAS JUSVIAK
CNPJ	65.047.296/0001-41
Representante	JOAO VITOR FREITAS JUSVIAK - CPF 158.995.059-31
Endereço comercial	10A Rua Ostílio Nunes Oliveira, nº 868 - Vila Verde - Palmital/PR - CEP 85270-000

PREÇOS PROPOSTOS:

Lote	Cód.	Descrição do serviço	Qtd.	Un.	Valor unitário	Valor total
1	39139	TRANSPORTE ESCOLAR LINHA CANTUANA/ESCOLA ANTÔNIO VIEIRA (PERÍODO DA TARDE), VEÍCULO: VAN OU KOMBI. CAPACIDADE MÍNIMA: 08 LUGARES.	18.000	KM	NÃO COTADO	NÃO COTADO
2	39142	TRANSPORTE ESCOLAR LINHA RIO LOGRADOR/CIDADE (PERÍODO MANHÃ E TARDE), VEÍCULO: VAN OU KOMBI. CAPACIDADE MÍNIMA: 08 LUGARES.	14.680	KM	NÃO COTADO	NÃO COTADO
3	39141	TRANSPORTE ESCOLAR LINHA ÁGUA QUENTE SERELEPE/ESCOLA TIRADENTES (PERÍODO DA TARDE), VEÍCULO: VAN OU KOMBI. CAPACIDADE MÍNIMA: 08 LUGARES.	12.840	KM	NÃO COTADO	NÃO COTADO
4	39140	TRANSPORTE ESCOLAR LINHA PALMITALZINHO/CIDADE (PERÍODO DA MANHÃ), VEÍCULO: VAN. CAPACIDADE MÍNIMA: 15 LUGARES.	12.080	KM	R$ 7,05	R$ 85.164,00
5	39140	TRANSPORTE ESCOLAR LINHA CIDADE/ARROIO MOREIRA (PERÍODO DA TARDE), VEÍCULO: VAN. CAPACIDADE MÍNIMA: 15 LUGARES.	11.200	KM	R$ 7,05	R$ 78.960,00
6	39140	TRANSPORTE ESCOLAR LINHA ASSENTAMENTO BELA MANHÃ/CIDADE (PERÍODO DA TARDE), VEÍCULO: VAN OU KOMBI. CAPACIDADE MÍNIMA: 08 LUGARES.	20.000	KM	NÃO COTADO	NÃO COTADO
VALOR GLOBAL DA PROPOSTA						**R$ 164.124,00**

Valor por extenso: (Cento e Sessenta e Quatro Mil, Cento e Vinte e Quatro Reais).

65.047.296 JOAO VITOR FREITAS JUSVIAK
CNPJ nº. 65.047.296/0001-41
Rua Ostilio Nunes de Oliveira, nº. 868, Vila Verde
CEP 85.270-000 - PALMITAL – PR

CONDIÇÕES E DECLARAÇÕES:

- A validade desta proposta é de 60 (sessenta) dias.
- Os serviços serão iniciados em até 5 (cinco) dias contados do recebimento da Ordem de Compra e/ou da solicitação da secretaria competente.
- Os preços são firmes e estão expressos em moeda corrente nacional. Neles estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à execução integral do objeto, inclusive mão de obra, veículos, motoristas, combustível, manutenção, seguros, tributos e encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários e comerciais.
- A proponente conhece, aceita e se vincula às condições do Edital do Pregão Eletrônico nº 30/2026, de seus anexos e do Termo de Referência.
- A proponente declara que executará os serviços conforme as especificações, os itinerários, os prazos e as demais condições fixadas no instrumento convocatório.
- A proponente está ciente de que a assinatura do contrato e a efetiva ordem de serviço ficam condicionadas à apresentação do Laudo de Vistoria Técnica emitido pela Comissão Municipal de Transporte Escolar, atestando a regularidade do veículo e do condutor indicados.

Dados bancários para pagamento

Banco: CRESOL	**Agência: 1528**	**Conta: 57485-6**

Palmital/PR, 11 de setembro de 2026.

gov.br Documento assinado digitalmente
JOAO VITOR FREITAS JUSVIAK
Data: 11/09/2026 15:23:58-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

65.047.296 JOAO VITOR FREITAS JUSVIAK
CNPJ nº. 65.047.296/0001-41
JOAO VITOR FREITAS JUSVIAK
Representante Legal
CPF [redacted]

Proc. Administrativo 19- 080/2026

De: Antonio N. - SMA-Comp.Lic

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 14/09/2026 às 15:45:21

_

Antonio Ferraz de Lima Neto
Agente de Contratação

Anexos:

Atestado_de_Capacidade_Tecnica.pdf
Cadastro_de_CNPJ.pdf
Cedula_de_identidade_e_CPF_dos_socios.pdf
Certidao_conjunta_de_debitos_relativos_a_Tributos_Federais.pdf
Certidao_de_regularidade_debito_para_com_o_Fundo_de_Garantia_por_Tempo_de_Servico_FGTS_.pdf
Certidao_de_regularidade_de_debito_com_a_Fazenda_Estadual.pdf
Certidao_de_regularidade_de_debito_com_a_Fazenda_Municipal.pdf
Certidao_Negativa_de_Debitos_Trabalhistas_CNDT_.pdf
Certidao_Negativa_de_Falencia_ou_Concordata.pdf
ConsultaConsolidada_40277940000147_14_9_2026.pdf
Declaracao_Unificada_Conforme_Modelo_Anexo_ao_Edital.pdf
Outros_documentos_DOC_ELEANDRO.pdf
Proposta_em_papel_timbrado_assinada_e_com_CNPJ.pdf

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, a pedido da interessada e para fins de prova de aptidão de desempenho e atestado de fornecimento de EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, que a empresa **40.277.940 ELEANDRO DOCHVAT,** inscrita no CNPJ nº 40.277.940/0001-47, situada na Rua Principal, s/n, Água Quente, na cidade de Palmital, Estado do Paraná, forneceu o serviço acima descritos para o **MUNICIPIO DE PALMITAL**, inscrito no CNPJ n°. 75.680.025/0001-82.

Registramos, ainda, que os serviços acima referidos, apresentaram bom desempenho operacional e qualitativo, tendo a empresa cumprido fielmente com suas obrigações, nada constando que a desabone técnica e comercialmente, até a presente data.

Palmital/PR, 10 de setembro de 2026.

DIEGO PADILHA DE JESUS
Secretário Municipal de Administração

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
40.277.940/0001-47 **MATRIZ**		**06/01/2021**

NOME EMPRESARIAL
40.277.940 ELEANDRO DOCHVAT

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
********	**ME**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
49.24-8-00 - Transporte escolar

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
47.81-4-00 - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios
43.99-1-03 - Obras de alvenaria

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
213-5 - Empresário (Individual)

LOGRADOURO	NUMERO	COMPLEMENTO
EST AGUA QUENTE	**S/N**	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
85.270-000	**RURAL**	**PALMITAL**	**PR**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
ELEANDRODOCHVATDOCHVAT@GMAIL.COM	**(42) 9802-9893**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

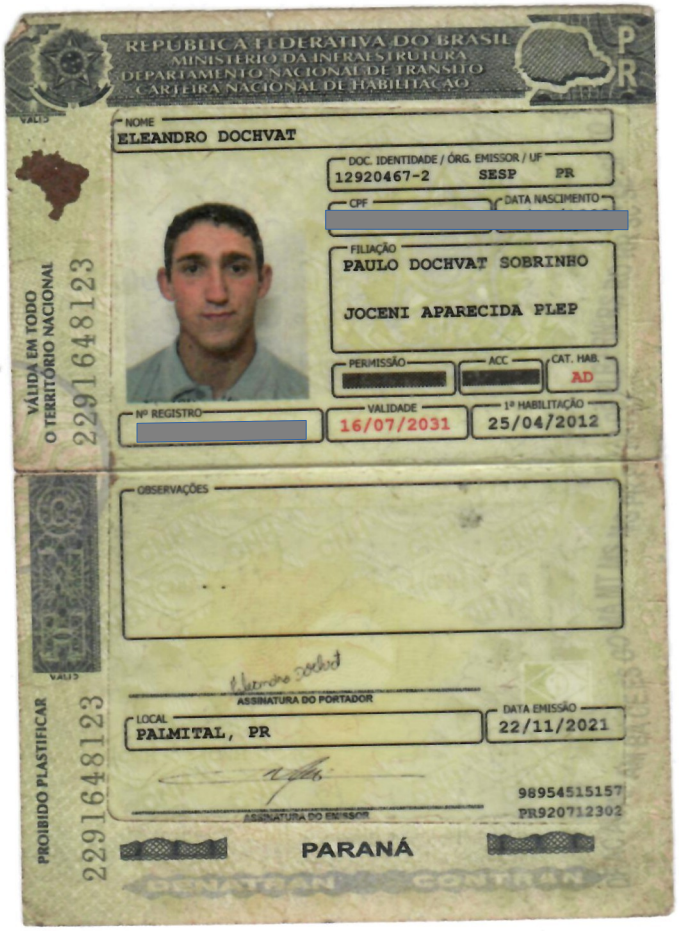
SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**06/01/2021**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **31/08/2026** às **19:38:41** (data e hora de Brasília).


REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO
PR
NOME
ELEANDRO DOCHVAT
DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF
12920467-2 SESP PR
CPF
DATA NASCIMENTO
FILIAÇÃO
PAULO DOCHVAT SOBRINHO
JOCENI APARECIDA PLEP
PERMISSÃO
ACC
CAT. HAB.
AD
Nº REGISTRO
VALIDADE
16/07/2031
1ª HABILITAÇÃO
25/04/2012
VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
2291648123
OBSERVAÇÕES
ASSINATURA DO PORTADOR
LOCAL
PALMITAL, PR
DATA EMISSÃO
22/11/2021
ASSINATURA DO EMISSOR
98954515157
PR920712302
PROIBIDO PLASTIFICAR
2291648123
PARANÁ

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: 40.277.940 ELEANDRO DOCHVAT
CNPJ: 40.277.940/0001-47

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 19:55:02 do dia 31/08/2026 <hora e data de Brasília>.
Válida até 27/02/2027.
Código de controle da certidão: **555F.88DA.8BE1.DB87**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Voltar Imprimir

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 40.277.940/0001-47
Razão social: 40.277.940 ELEANDRO DOCHVAT
Endereço: EST AGUA QUENTE S/N / RURAL / PALMITAL / PR / 85270-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 19/08/2026 a 17/09/2026

Certificação Número: 2026081903565572037382

Informação obtida em 31/08/2026 20:19:04

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 40262558-64

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **40.277.940/0001-47**
Nome: **40.277.940 ELEANDRO DOCHVAT**
Estabelecimento sem registro no Cadastro de Contribuintes do ICMS/PR

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 29/12/2026 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

CERTIDÃO NEGATIVA

1019/2026

IMPORTANTE:	***1.*** *FICA RESSALVADO O DIREITO DA FAZENDA MUNICIPAL COBRAR DÉBITOS CONSTATADOS POSTERIORMENTE MESMO REFERENTE AO PERÍODO COMPREENDIDO NESTA CERTIDÃO.* ***2.*** *A PRESENTE CERTIDÃO TEM VALIDADE ATÉ **03/10/2026**, SEM RASURAS E NO ORIGINAL.*

REVENDO OS ARQUIVOS E REGISTROS, CERTIFICAMOS QUE: O CONTRIBUINTE NADA DEVE À FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL RELATIVO A EMPRESA MENCIONADA ABAIXO.

CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO: 5ZXHZ5UFFHCJ5X58B3BF

FINALIDADE: CADASTRO E/OU CONCORRÊNCIA E/OU LICITAÇÃO

RAZÃO SOCIAL: ELEANDRO DOCHVAT

INSCRIÇÃO EMPRESA	***CNPJ/CPF***	***INSCRIÇÃO ESTADUAL***	***ALVARÁ***
900021747	*40.277.940/0001-47*		*229*

CNAE/ ATIVIDADES

Transporte escolar

ENDEREÇO

EST AGUA QUENTE, S/N - RURAL Palmital - PR CEP: 85270000

Palmital, 03 de Setembro de 2026

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

CNPJ: 40.277.940/0001-47
Certidão nº: 73507960/2026
Expedição: 31/08/2026, às 20:20:06
Validade: 27/02/2027 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que o CNPJ sob o nº **40.277.940/0001-47, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
Certidão expedida sem indicação do nome/razão social, tendo em vista que o CPF/CNPJ consultado não figura na última versão da base de dados da Receita Federal do Brasil - RFB enviada ao Tribunal Superior do Trabalho - TST. Para saber a situação desse CPF/CNPJ, consulte o sítio da RFB (www.receita.fazenda.gov.br).
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
COMARCA DE CURITIBA *ESTADO DO PARANÁ*

1º OFICIO DISTRIBUIDOR, PART. E CONTADOR JUDICIAL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA
AV. CÂNDIDO DE ABREU, 535 1º ANDAR - FONE: (41) 3027-5253
EDIFÍCIO DO FÓRUM CÍVEL - CENTRO-CÍVICO
CEP: 80530-906
www.1distribuidorcuritiba.com.br

PEDIDO DE CERTIDÕES

EDIFÍCIO DO FÓRUM CÍVEL
AV. CÂNDIDO DE ABREU, 535 - TÉRREO - CEP 80530-906

E M P R E G A D O S J U R A M E N T A D O S

SANDRA LUCIA PELIKI
LUIZ CARLOS KOFANOVSKI
ISABEL ANGELA WYPYCH
MARIANY BEATRIZ DA SILVA SCAPINELI
FERNANDA GALLASSINI
KARINA BAVARO ALVES

JOSÉ BORGES DA CRUZ FILHO
TITULAR

RECUPERAÇÃO JUDICIAL * FALÊNCIA * CONCORDATA * CRIME * CIVEL
VARAS CRIMINAIS-VARAS DA FAZENDA-VARAS DA FAMÍLIA-PRECATÓRIA DA VARA DE EXECUÇÕES PENAIS
EXECUÇÕES FISCAIS DO ESTADO E DO MUNICÍPIO - REGISTROS PÚBLICOS - TRIBUNAL DO JURI
TABELIONATOS - JUIZADO ESPECIAL CIVEL E CRIMINAL

CERTIDÃO NEGATIVA
FEITOS AJUIZADOS

CERTIFICO, a pedido de parte interessada, para FINS GERAIS, que revendo os livros de registros de distribuições físicas e eletrônicas de 1ª a 3ª VARAS ESTADUAIS de AÇÕES DE FALÊNCIAS, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL, existentes nesta serventia, dos mesmos NÃO CONSTA qualquer ação contra:

ELEANDRO DOCHVAT

CNPJ.40.277.940/0001-47

no período de 18 de março de 1963 (data da instalação deste cartório - Lei No.4.677, de 29/12/62) a 01/09/2026 .

O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.

Curitiba, 03 de setembro de 2026 .

LUIZ CARLOS KOFANOVSKI
Escrevente Juramentado

Emitida por: ANDRE
Lei nº19.803 de 21/Dez/18
Tabela XVI dos Distribuidores nº VI letra a (R$ 48.00)

ASSINADO DIGITALMENTE POR:
1 OFICIO DE DISTRIBUIDOR DO FORO CENTRAL DA COMAR:75155267000157
Data: 03/09/2026 14:40:44

***** Se impressa, verificar sua autenticidade no http://www.1distribuidorcuritiba.com.br/autentica usando o codigo 536FC7DF *****

ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE PONTA GROSSA

OFICIO DISTRIBUIDOR
Rua Leopoldo Guimarães da Cunha, 590 - Oficinas
PONTA GROSSA/PR - 84035310

T I T U L A R
ROSANA WAGNER
J U R A M E N T A D O S
MUALMERI JANOSKI
NATHALIA LAIS WAGNER EMILIO

Certidão Negativa

Para Fins Gerais

Certifico, a pedido de parte interessada, que revendo os livros e arquivos de distribuição de Ações de FALÊNCIA, CONCORDATA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL e HOMOLOGAÇÃO DE RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL, sob minha guarda neste cartório, verifiquei NÃO CONSTAR nenhum registro em andamento contra:

40.277.940 ELEANDRO DOCHVAT

Documento..... CNPJ 40.277.940/0001-47

Sede..... Estrada AGUA QUENTE, SN, RUTAL, PALMITAL/PR, CEP 85270000

no período compreendido entre a presente data e os últimos 20 anos que a antecedem.

PONTA GROSSA/PR, 28 de Agosto de 2026

Certificação

ASSINADO DIGITALMENTE
ROSANA WAGNER:63910969968
CPF
***.109.699-**
DATA
31 de ago. de 2026
Data obtida de um servidor de tempo.
A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:
https://serpro.gov.br/assinador-digital
Serpro

Documento assinado digitalmente ICP- BRASIL ,conf. MP Nº 2.200-2/2001, LEI Nº14.063/20
A Verificação da assinatura: https://validar.iti.gov.br/ - ESTE DOCUMENTO NÃO DEVE SER IMPRESSO.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 14/09/2026 15:10:10

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **40.277.940 ELEANDRO DOCHVAT**
CNPJ: **40.277.940/0001-47**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

40.277.940 ELEANDRO DOCHVAT
CNPJ nº. 40.277.940/0001-47
Estrada Água Quente, s/n, Rural
CEP 85.270-000 - PALMITAL – PR

ANEXO II - DECLARAÇÃO UNIFICADA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 87/2026

Á pregoeira e equipe de apoio
Prefeitura Municipal de Palmital, Estado do Paraná

Pelo presente instrumento, a empresa **40.277.940 ELEANDRO DOCHVAT** inscrita no CNPJ nº 40.277.940/0001-47, situada na Estrada Água Quente, s/n, Rural, Palmital/PR, CEP 85.270-000, através de seu representante legal infra-assinado, que: (X) Declara, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que se enquadra na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14, bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação.

1) Declaramos, para os fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, não empregamos menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos de idade, em cumprimento ao que determina o inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, acrescida pela Lei nº 9.854/99.

2) Declaramos que assumimos inteira responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados, sujeitando-nos a eventuais averiguações que se façam necessárias;

3) Comprometemo-nos a manter, durante todo o período de vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas nesta licitação;

4) Comprometemo-nos a repassar na proporção correspondente, eventuais reduções de preços decorrentes de mudanças de alíquotas de impostos incidentes sobre cumprimento do objeto, em função de alterações de legislação pertinente, publicadas durante a vigência do contrato;

5) Declaramos que temos conhecimento e submetemo-nos ao disposto neste edital e anexos e legislação aplicada;

6) Declaramos que até a presente data inexistem fatos impeditivos para nossa habilitação e participação no presente processo licitatório e estamos cientes da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

7) DECLARAMOS, ainda, que não fomos declarados inidôneos por nenhum órgão do poder público em qualquer de suas esferas;

8) Declaramos que em atendimento ao Acórdão nº 2745/2010 – TCE/PR, que seus sócios, dirigentes ou cotistas, bem como seu representante neste ato ELEANDRO DOCHVAT, inscrito no CPF sob o nº 089.958.049-12, não é servidor do Município da Prefeitura de Palmital Paraná, nem cônjuge ou companheiro, parente em linha reta e/ou colateral, consanguíneo ou afim de servidor público deste

Eleandro Dochvat

Município, que nele exerça cargo em comissão ou função de confiança, seja membro da comissão de licitação, pregoeiro ou atividade ligada à contratação;

9) Declaramos para os devidos efeitos e sob pena da lei que não possuir em seu quadro societário servidor público da ativa, empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista;

10) Declaramos, para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o responsável legal da empresa é o Sr. ELEANDRO DOCHVAT, portador do CPF sob o nº [redacted], cuja função/cargo é representante legal, responsável pela assinatura do pregão eletrônico/contrato.

11) Declaramos, para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente e este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, concordo que a pregão eletrônico /Contrato seja encaminhado para o seguinte endereço:

E-mail: eleandrodochvatdochvat@gmail.com

Telefone: (42) 9 9802-9893

12) Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

13) Nomeamos e constituímos ELEANDRO DOCHVAT, portador do CPF sob o nº 089.958.049-12, para ser o responsável para acompanhar a execução, referente ao Pregão Eletrônico nº. 30/2026 e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e na Ata de Registro de Preços/Contrato.

14) Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Palmital/PR, 11 de setembro de 2026.

Eleandro Dochvat

40.277.940 ELEANDRO DOCHVAT
CNPJ nº. 40.277.940/0001-47
ELEANDRO DOCHVAT
Representante Legal
CPF: [redacted]

40.277.940 ELEANDRO DOCHVAT
CNPJ nº. 40.277.940/0001-47
Estrada Água Quente, s/n, Rural
CEP 85.270-000 - PALMITAL – PR

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 87/2026

Á
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL, ESTADO DO PARANÁ
Ao pregoeiro/equipe de apoio

A empresa **40.277.940 ELEANDRO DOCHVAT,** inscrita no CNPJ nº 40.277.940/0001-47, situada na Estrada Principal, s/n, Água Quente, Palmital/PR, CEP 85.270-000, por intermédio de seu representante legal, ELEANDRO DOCHVAT, inscrito no CPF sob o nº [redacted], DECLARA que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital.

Palmital/PR, 11 de setembro de 2026.

Eleandro Dochvat

40.277.940 ELEANDRO DOCHVAT
CNPJ nº. 40.277.940/0001-47
ELEANDRO DOCHVAT
Representante Legal
CPF [redacted]

40.277.940 ELEANDRO DOCHVAT
CNPJ nº. 40.277.940/0001-47
Estrada Água Quente, s/n, Rural
CEP 85.270-000 - PALMITAL – PR

DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 87/2026

ELEANDRO DOCHVAT, brasileiro, maior, empresário, inscrito no CPF nº [redacted] residente e domiciliado [redacted] CEP 85.270-000, como representante devidamente constituído da empresa **40.277.940 ELEANDRO DOCHVAT,** inscrita no CNPJ nº 40.277.940/0001-47, com sede na Estrada Principal, s/n, Água Quente, Palmital/PR, CEP 85.270-000, para fins do disposto no edital de licitação: Pregão Eletrônico nº 30/2026, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

A proposta apresentada para participar do Pregão Eletrônico nº. 30/2026, foi elaborada de maneira independente pela empresa 40.277.940 ELEANDRO DOCHVAT, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico nº. 30/2026, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

A intenção de apresentar a proposta elaborada para participar do Pregão Eletrônico nº. 30/2026 não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico nº. 30/2026, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico nº. 30/2026 quanto a participar ou não da referida licitação;

Que o conteúdo da proposta apresentada para participar do Pregão Eletrônico nº. 30/2026 não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico nº. 30/2026, antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

Que o conteúdo da proposta apresentada para participar do Pregão Eletrônico nº. 30/2026 não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do município de Palmital/PR, antes da abertura oficial das propostas; e

Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Palmital/PR 11 de setembro de 2026.

Eleandro Dochvat

40.277.940 ELEANDRO DOCHVAT
CNPJ nº. 40.277.940/0001-47
ELEANDRO DOCHVAT
Representante Legal
CPF: [redacted]

40.277.940 ELEANDRO DOCHVAT
CNPJ nº. 40.277.940/0001-47
Estrada Água Quente, s/n, Rural
CEP 85.270-000 - PALMITAL – PR

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 87/2026

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL, ESTADO DO PARANÁ
Ao pregoeiro/equipe de apoio

A empresa **40.277.940 ELEANDRO DOCHVAT,** inscrita no CNPJ nº 40.277.940/0001-47, por intermédio de seu representante legal, ELEANDRO DOCHVAT, inscrito no CPF sob o nº [redacted] DECLARA, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

(X) Microempresa, conforme inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2008.

( ) Empresa de Pequeno Porte, conforme inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2008.

Declara ainda que a empresa não se encontra alcançada por qualquer das hipóteses descritas no § 4º, do artigo 3º, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2008.

Palmital/PR, 11 de setembro de 2026.

40.277.940 ELEANDRO DOCHVAT
CNPJ nº. 40.277.940/0001-47
ELEANDRO DOCHVAT
Representante Legal
CPF: [redacted]

40.277.940 ELEANDRO DOCHVAT
CNPJ nº. 40.277.940/0001-47
Estrada Água Quente, s/n, Rural
CEP 85.270-000 - PALMITAL – PR

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 87/2026

Á
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL, ESTADO DO PARANÁ
Ao pregoeiro/equipe de apoio

A empresa **40.277.940 ELEANDRO DOCHVAT,** inscrita no CNPJ nº 40.277.940/0001-47, situada na Estrada Principal, s/n, Água Quente por intermédio de seu representante legal, ELEANDRO DOCHVAT, inscrito no CPF sob o nº [redacted] DECLARA, sob as penas da lei, que não foi declarada inidônea e nem está suspensa ou impedida de licitar ou contratar com a Administração Pública, entidades do Sistema S. e demais entes contratantes, não havendo nenhum fato que desabone sua reputação.

Palmital/PR, 11 de setembro de 2026.

40.277.940 ELEANDRO DOCHVAT
CNPJ nº. 40.277.940/0001-47
ELEANDRO DOCHVAT
Representante Legal
CPF: [redacted]

40.277.940 ELEANDRO DOCHVAT
CNPJ nº. 40.277.940/0001-47
Estrada Água Quente, s/n, Rural
CEP 85.270-000 - PALMITAL – PR

DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 87/2026

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL, ESTADO DO PARANÁ
Ao pregoeiro/equipe de apoio

A empresa **40.277.940 ELEANDRO DOCHVAT,** inscrita no CNPJ nº 40.277.940/0001-47, com sede na Estrada Principal, s/n, Água Quente, Palmital/PR, CEP 85.270-000, declara, para os devidos fins, que os serviços são prestados em conformidade com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendem às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, caso opte pelo benefício previsto no art. 3º, § 2º, inciso V, da Lei nº 8.666/1993.

Palmital/PR, 11 de setembro de 2026.

40.277.940 ELEANDRO DOCHVAT
CNPJ nº. 40.277.940/0001-47
ELEANDRO DOCHVAT
Representante Legal
CPF: [redacted]

40.277.940 ELEANDRO DOCHVAT
CNPJ nº. 40.277.940/0001-47
Estrada Água Quente, s/n, Rural
CEP 85.270-000 - PALMITAL – PR

DECLARAÇÃO DE SUJEIÇÃO ÀS CONDIÇÕES DO EDITAL E INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DE HABILITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 87/2026

Á
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL, ESTADO DO PARANÁ
Ao pregoeiro/equipe de apoio

A empresa **40.277.940 ELEANDRO DOCHVAT,** inscrita no CNPJ nº 40.277.940/0001-47, situada na Estrada Principal, s/n, Água Quente por intermédio de seu representante legal, ELEANDRO DOCHVAT, inscrito no CPF sob o nº [redacted] DECLARA, para os devidos fins e sob as penas da lei, que:

Tem pleno conhecimento de todas as condições estabelecidas no Edital e seus anexos, concordando integralmente com as disposições nele contidas e comprometendo-se a cumpri-las integralmente.

Não existem fatos supervenientes impeditivos de sua habilitação, bem como que não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, em qualquer esfera de governo.

Compromete-se a comunicar imediatamente à Administração qualquer fato que venha a ocorrer e que possa comprometer sua habilitação ou participação no certame.

Por ser expressão da verdade, firma a presente declaração para os devidos fins.

Palmital/PR, 11 de setembro de 2026.

Eleandro Dochvat

40.277.940 ELEANDRO DOCHVAT
CNPJ nº. 40.277.940/0001-47
ELEANDRO DOCHVAT
Representante Legal
CPF: [redacted]

40.277.940 ELEANDRO DOCHVAT
CNPJ nº. 40.277.940/0001-47
Estrada Água Quente, s/n, Rural
CEP 85.270-000 - PALMITAL – PR

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 87/2026

Á
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL, ESTADO DO PARANÁ
Ao pregoeiro/equipe de apoio

A empresa **40.277.940 ELEANDRO DOCHVAT,** inscrita no CNPJ nº 40.277.940/0001-47, situada na Estrada Principal, s/n, Água Quente por intermédio de seu representante legal, ELEANDRO DOCHVAT, inscrito no CPF sob o nº [redacted] DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

Palmital/PR, 11 de setembro de 2026.

40.277.940 ELEANDRO DOCHVAT
CNPJ nº. 40.277.940/0001-47
ELEANDRO DOCHVAT
Representante Legal
CPF: [redacted]

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial: 40.277.940 ELEANDRO DOCHVAT **NIRE :** 41811796454 **Natureza Jurídica:** Empresário (Individual)			**Protocolo:** PRC2604239070
NIRE (Sede) 41811796454	**CNPJ** 40.277.940/0001-47	**Arquivamento do Ato de Inscrição** 06/01/2021	**Início de Atividade** 06/01/2021
Endereço Completo Estrada AGUA QUENTE, Nº S/N, RURAL-Palmital/PR- CEP85270-000			
Objeto SERVICOS DE TRANSPORTE DE ESCOLARES - TRANSPORTADOR ESCOLAR INDEPENDENTE.. COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DO VESTUARIO E ACESSORIOS - COMERCIANTE INDEPENDENTE DE ARTIGOS DO VESTUARIO E ACESSORIOS. SERVICOS DE CONSTRUCOES DE FUNDACOES E ESTRUTURAS DE ALVENARIA - PEDREIRO INDEPENDENTE.			
Capital R$ 10.000,00 (dez mil reais)			**Porte** MEI (Micro Empreendedor Individual)
Último Arquivamento **Data** 04/04/2023	**Número** ME15922006	**Ato/eventos** 002 / 021 - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)	**Situação** ATIVA **Status** SEM STATUS
Nome do Empresário: ELEANDRO DOCHVAT **Identidade:** 1 [redacted] **Estado civil:** SOLTEIRO(A)		**CPF:** [redacted] **Regime de bens:** NÃO INFORMADO	

Esta certidão foi emitida automaticamente em 27/03/2026 às 13:43:48 (horário de Brasília).
Se impressa, verificar sua autenticidade no https://www.empresafacil.pr.gov.br, com o código **Q5UHTH1P**.
Em caso de divergência de dados, solicitar a correção através do "Fale Conosco" (https://www.juntacomercial.pr.gov.br/webservices/jucepar/faleconosco) no prazo de 30 dias da emissão deste documento.

LEA[illegible] SCA[illegible]
Secreta[illegible]

Data da consulta: 31/08/2026 20:20:26

Identificação do Contribuinte - CNPJ Matriz

CNPJ: **40.277.940/0001-47**

A opção pelo Simples Nacional e/ou SIMEI abrange todos os estabelecimentos da empresa

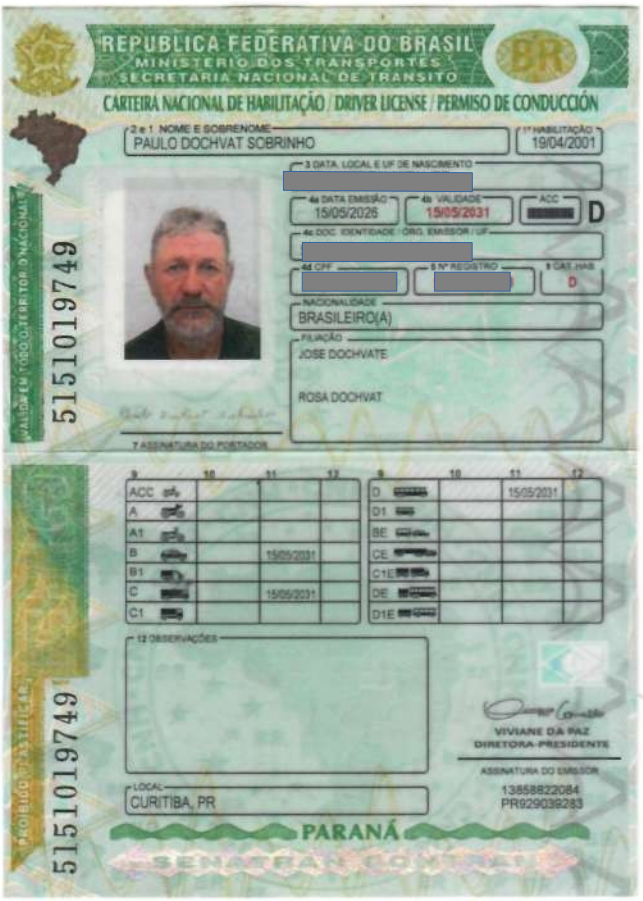
Nome Empresarial: **40.277.940 ELEANDRO DOCHVAT**

Situação Atual

Situação no Simples Nacional: **Optante pelo Simples Nacional desde 06/01/2021**
Situação no SIMEI: **Enquadrado no SIMEI desde 06/01/2021**

+ Mais informações

Voltar | Gerar PDF


REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTERIO DOS TRANSPORTES
SECRETARIA NACIONAL DE TRANSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN
2 e 1 NOME E SOBRENOME
PAULO DOCHVAT SOBRINHO
1ª HABILITAÇÃO
19/04/2001
3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO
4a DATA EMISSÃO
15/05/2026
4b VALIDADE
15/05/2031
ACC
D
4c DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF
4d CPF
5 Nº REGISTRO
9 CAT. HAB.
D
NACIONALIDADE
BRASILEIRO(A)
FILIAÇÃO
JOSE DOCHVATE
ROSA DOCHVAT
7 ASSINATURA DO PORTADOR
515101974 9
VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
9 10 11 12
ACC
A
A1
B
B1
C
C1
15/05/2031
15/05/2031
D
D1
BE
CE
C1E
DE
D1E
15/05/2031
12 OBSERVAÇÕES
VIVIANE DA PAZ
DIRETORA-PRESIDENTE
ASSINATURA DO EMISSOR
13858822084
PR929039283
LOCAL
CURITIBA, PR
PARANÁ
SENATRAN COMUNICA
515101974 9
PROIBIDO PLASTIFICAR

Certificado

Certificamos que ***PAULO DOCHVAT SOBRINHO*** *Nº 0014SC000206617*

Categoria: ***D***

CPF: [redacted]

participou do Curso ***(CETE) Capacitação de Condutores de Veículos de Transporte Escolar*** *realizado na cidade de* ***Palmital*** *no período de* ***13/06/2026*** *à* ***23/06/2026****, com carga horária de 50 horas.*

Palmital, 23 de Junho de 2026

André Jandir Bischoff

DIRETOR GERAL

RIO BRANCO CURSOS PROFISSIONALIZANTES LTDA

34.263.499/0001-41

Portaria de Homologação

Denatran 376, de 26 de Março de 2021

Disciplina	Carga horária	Instrutor	CPF
Apresentação		*Tami Marieli de Andrade Bischoff*	*057.651.699-61*
Legislação de Trânsito Geral e Específica	*10*	*Tami Marieli de Andrade Bischoff*	*057.651.699-61*
Direção Defensiva	*15*	*Tami Marieli de Andrade Bischoff*	*057.651.699-61*
Primeiros Socorros, Convívio Social Meio e Ambiente	*10*	*Tami Marieli de Andrade Bischoff*	*057.651.699-61*
Relacionamento Interpessoal	*15*	*Tami Marieli de Andrade Bischoff*	*057.651.699-61*

Carga horária total	*50*
Aproveitamento	*8.50*

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO - SENATRAN

gov.br

DETRAN- PR

CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO - DIGITAL

CÓDIGO RENAVAM
[redacted]

PLACA: AND7399
EXERCÍCIO: 2025
ANO FABRICAÇÃO: 2005
ANO MODELO: 2006
NÚMERO DO CRV: 223586493061

Valide este QRCode com app Vio

CÓDIGO DE SEGURANÇA DO CLA: 85494904680
CAT: ***

MARCA / MODELO / VERSÃO
VW/KOMBI

ESPÉCIE / TIPO
MISTO CAMIONETA

PLACA ANTERIOR / UF: *******/**
CHASSI: 9BWGB07X06P002512

COR PREDOMINANTE: BRANCA
COMBUSTÍVEL: GASOLINA

Documento emitido por DETRAN PR (11DE2606223A770CF84E) em 01/09/2026 à 17:15:29.

CATEGORIA: ALUGUEL
CAPACIDADE: 0.1
POTÊNCIA/CILINDRADA: 61CV/1584
PESO BRUTO TOTAL: 2.2
MOTOR: UGA125482
CMT: 2.2
EIXOS: 2
LOTAÇÃO: 09P
CARROCERIA: NÃO APLICAVEL
NOME: ELEANDRO DOCHVAT 08995804912
CPF / CNPJ: 40.277.940/0001-47
LOCAL: PALMITAL PR
DATA: 02/12/2025

ASSINADO DIGITALMENTE PELO DETRAN

DADOS DO SEGURO DPVAT

CAT. TARIF	DATA DE QUITAÇÃO	PAGAMENTO
*	*	☐ COTA ÚNICA ☐ PARCELADO

REPASSE OBRIGATÓRIO AO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE (R$)	CUSTO DO BILHETE (R$)	CUSTO EFETIVO DO SEGURO (R$)
*	*	*

REPASSE OBRIGATÓRIO AO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO (R$)	VALOR DO IOF (R$)	VALOR TOTAL A SER PAGO PELO SEGURADO (R$)
*	*	*

OBSERVAÇÕES DO VEÍCULO

SEM OBSERVAÇÕES

INFORMAÇÕES DO SEGURO DPVAT

MENSAGENS SENATRAN

Você Sabia?

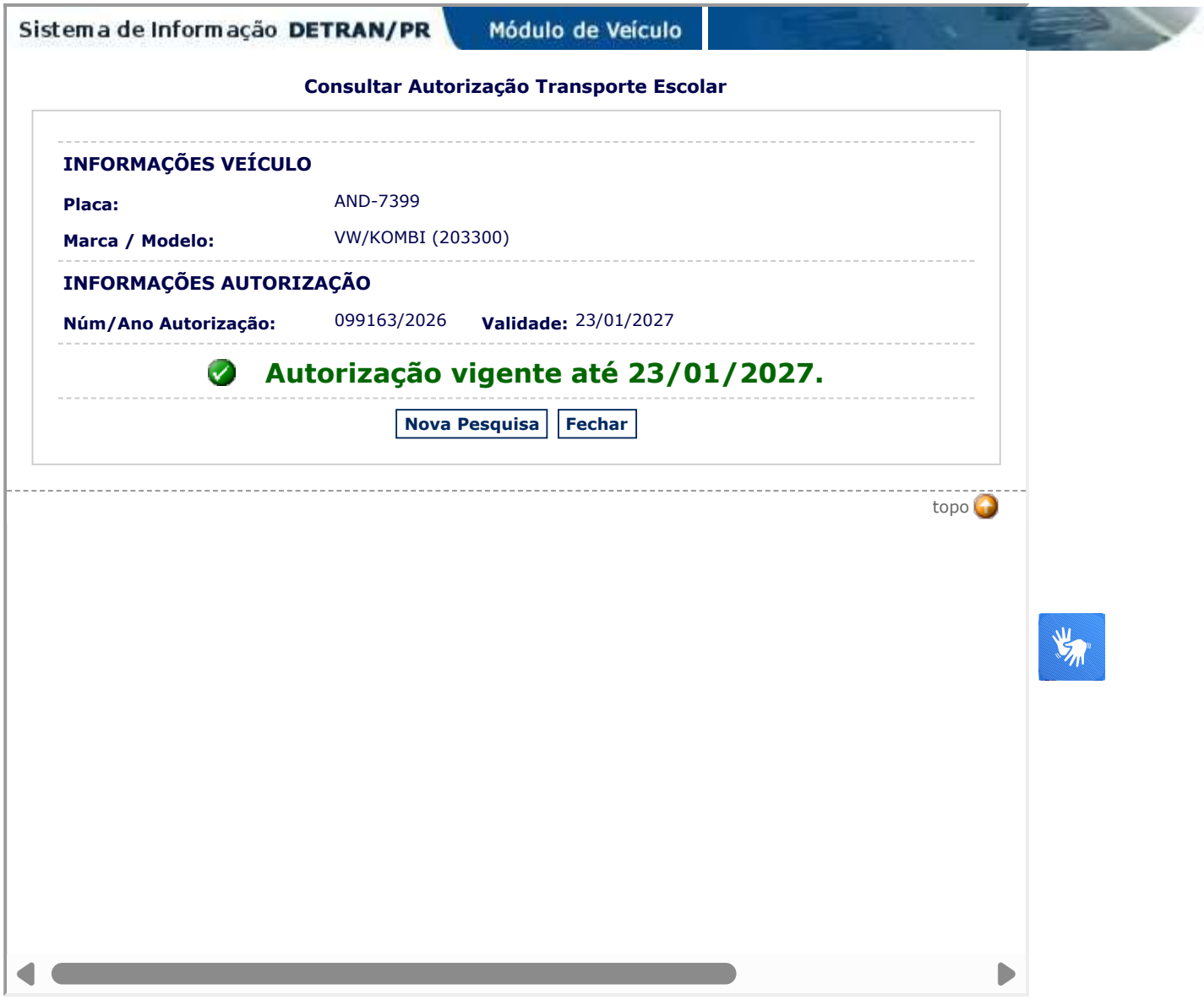
Na Carteira Digital de Trânsito - CDT, você tem acesso ao CRLV, à CNH e ainda ganha desconto de 40% nas infrações, além de muitos outros serviços de trânsito, sem nenhum custo!

Leia o QR Code e baixe agora.

Google Play

App Store

Consultar autorização de veículo para transporte escolar



MUNICIPIO DE PALMITAL

PALMITAL

Propostas - Processo 30/2026 - MUNICIPIO DE PALMITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2026

Processo administrativo Nº 87/2026

Tipo: AQUISIÇÃO

PREGOEIRO: ANTONIO FERRAZ DE LIMA NETO

Data de Publicação: 25/08/2026 16:52

ELEANDRO DUCHOVAT		**40277940000147**
LOTE 3	**Quant: 1**	**Num: PARTICIPANTE 787**
Item: 1	Unidade: KM	Marca: Serviço
Descrição: TRANSPORTE ESCOLAR LINHA ÁGUA QUENTE SERELEPE/ESCOLA TIRADENTES (PERÍODO DA TARDE), VEÍCULO: VAN OU		
Quantidade: 12840,00	**Valor Unit.: 6,05**	Total Item: 77.682,00

40.277.940 ELEANDRO DOCHVAT
CNPJ nº. 40.277.940/0001-47
Estrada Água Quente, s/n, Rural
CEP 85.270-000 - PALMITAL – PR

PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2026 | PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 87/2026

À Prefeitura Municipal de Palmital/PR

A empresa abaixo qualificada, por seu titular e representante legal, apresenta proposta comercial para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte escolar, com fornecimento de veículos, motoristas e demais recursos necessários, conforme o Edital e o Termo de Referência.

Identificação da proponente

Nome empresarial	40.277.940 ELEANDRO DOCHVAT
CNPJ	40.277.940/0001-47
Representante	ELEANDRO DOCHVAT - CPF 089.958.049-12
Endereço comercial	Estrada Água Quente, s/n, Rural - Palmital/PR - CEP 85270-000

PREÇOS PROPOSTOS:

Lote	Cód.	Descrição do serviço	Qtd.	Un.	Valor unitário	Valor total
1	39139	TRANSPORTE ESCOLAR LINHA CANTUANA/ESCOLA ANTÔNIO VIEIRA (PERÍODO DA TARDE), VEÍCULO: VAN OU KOMBI. CAPACIDADE MÍNIMA: 08 LUGARES.	18.000	KM	NÃO COTADO	NÃO COTADO
2	39142	TRANSPORTE ESCOLAR LINHA RIO LOGRADOR/CIDADE (PERÍODO MANHÃ E TARDE), VEÍCULO: VAN OU KOMBI. CAPACIDADE MÍNIMA: 08 LUGARES.	14.680	KM	NÃO COTADO	NÃO COTADO
3	39141	TRANSPORTE ESCOLAR LINHA ÁGUA QUENTE SERELEPE/ESCOLA TIRADENTES (PERÍODO DA TARDE), VEÍCULO: VAN OU KOMBI. CAPACIDADE MÍNIMA: 08 LUGARES.	12.840	KM	R$ 6,05	R$ 77.682,00
4	39140	TRANSPORTE ESCOLAR LINHA PALMITALZINHO/CIDADE (PERÍODO DA MANHÃ), VEÍCULO: VAN. CAPACIDADE MÍNIMA: 15 LUGARES.	12.080	KM	NÃO COTADO	NÃO COTADO
5	39140	TRANSPORTE ESCOLAR LINHA CIDADE/ARROIO MOREIRA (PERÍODO DA TARDE), VEÍCULO: VAN. CAPACIDADE MÍNIMA: 15 LUGARES.	11.200	KM	NÃO COTADO	NÃO COTADO
6	39140	TRANSPORTE ESCOLAR LINHA ASSENTAMENTO BELA MANHÃ/CIDADE (PERÍODO DA TARDE), VEÍCULO: VAN OU KOMBI. CAPACIDADE MÍNIMA: 08 LUGARES.	20.000	KM	NÃO COTADO	NÃO COTADO
VALOR GLOBAL DA PROPOSTA						**R$ 77.682,00**

Valor por extenso: (Setenta e Sete Mil, Seiscentos e Oitenta e Dois Reais).

40.277.940 ELEANDRO DOCHVAT
CNPJ nº. 40.277.940/0001-47
Estrada Água Quente, s/n, Rural
CEP 85.270-000 - PALMITAL – PR

CONDIÇÕES E DECLARAÇÕES:

- A validade desta proposta é de 60 (sessenta) dias.
- Os serviços serão iniciados em até 5 (cinco) dias contados do recebimento da Ordem de Compra e/ou da solicitação da secretaria competente.
- Os preços são firmes e estão expressos em moeda corrente nacional. Neles estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à execução integral do objeto, inclusive mão de obra, veículos, motoristas, combustível, manutenção, seguros, tributos e encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários e comerciais.
- A proponente conhece, aceita e se vincula às condições do Edital do Pregão Eletrônico nº 30/2026, de seus anexos e do Termo de Referência.
- A proponente declara que executará os serviços conforme as especificações, os itinerários, os prazos e as demais condições fixadas no instrumento convocatório.
- A proponente está ciente de que a assinatura do contrato e a efetiva ordem de serviço ficam condicionadas à apresentação do Laudo de Vistoria Técnica emitido pela Comissão Municipal de Transporte Escolar, atestando a regularidade do veículo e do condutor indicados.

Dados bancários para pagamento

Banco: Sicoob	**Agência: 4340**	**Conta: 5041198**

Palmital/PR, 11 de setembro de 2026.

gov.br
Documento assinado digitalmente
ELEANDRO DOCHVAT
Data: 11/09/2026 15:04:28-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

40.277.940 ELEANDRO DOCHVAT
CNPJ nº. 40.277.940/0001-47
ELEANDRO DOCHVAT
Representante Legal
CPF: [redacted]

Proc. Administrativo 20- 080/2026

De: Antonio N. - SMA-Comp.Lic

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 14/09/2026 às 15:45:57

_

Antonio Ferraz de Lima Neto
Agente de Contratação

Anexos:

Atestado_de_Capacidade_Tecnica.pdf
Cadastro_de_CNPJ.pdf
Cedula_de_identidade_e_CPF_dos_socios.pdf
Certidao_conjunta_de_debitos_relativos_a_Tributos_Federais.pdf
Certidao_de_regularidade_debito_para_com_o_Fundo_de_Garantia_por_Tempo_de_Servico_FGTS_.pdf
Certidao_de_regularidade_de_debito_com_a_Fazenda_Estadual.pdf
Certidao_de_regularidade_de_debito_com_a_Fazenda_Municipal.pdf
Certidao_Negativa_de_Debitos_Trabalhistas_CNDT_.pdf
Certidao_Negativa_de_Falencia_ou_Concordata.pdf
ConsultaConsolidada_40244031000102_14_9_2026.pdf
ConsultaConsolidada_40244031000102_14_9_2026_1_.pdf
Declaracao_Unificada_Conforme_Modelo_Anexo_ao_Edital.pdf
Outros_documentos_ilovepdf_merged_1_.pdf
Proposta_em_papel_timbrado_assinada_e_com_CNPJ.pdf

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, a pedido da interessada e para fins de prova de aptidão de desempenho e atestado de fornecimento de EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, que a empresa **JOAO DEDA** inscrita no CNPJ nº 40.244.031/0001-02, situada na Estrada Principal, s/n, Assentamento Bela Manhã, na cidade de Palmital, Estado do Paraná, forneceu o serviço acima descritos para o **MUNICIPIO DE PALMITAL**, inscrito no CNPJ n°. 75.680.025/0001-82.

Registramos, ainda, que os serviços acima referidos, apresentaram bom desempenho operacional e qualitativo, tendo a empresa cumprido fielmente com suas obrigações, nada constando que a desabone técnica e comercialmente, até a presente data.

Palmital/PR, 10 de setembro de 2026.

DIEGO PADILHA DE JESUS
Secretário Municipal de Administração

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
40.244.031/0001-02 **MATRIZ**		**04/01/2021**

NOME EMPRESARIAL
JOAO DEDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
********	**ME**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
49.24-8-00 - Transporte escolar

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
Não informada

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
213-5 - Empresário (Individual)

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R PRINCIPAL	**SN**	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
85.270-000	**ASSENTAMENTO BELA MANHA**	**PALMITAL**	**PR**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
JOAODEDA@HOTMAIL.COM	**(42) 9153-5970**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

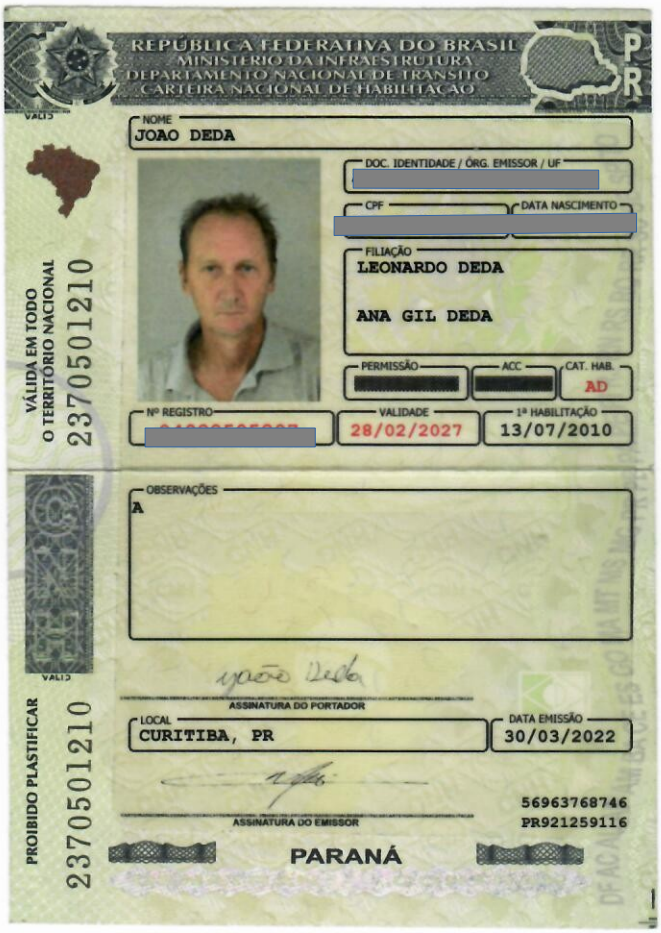
SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**04/01/2021**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **31/08/2026** às **19:41:00** (data e hora de Brasília).


REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO
PR
NOME
JOAO DEDA
DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF
CPF
DATA NASCIMENTO
FILIAÇÃO
LEONARDO DEDA
ANA GIL DEDA
PERMISSÃO
ACC
CAT. HAB.
AD
Nº REGISTRO
VALIDADE
28/02/2027
1ª HABILITAÇÃO
13/07/2010
VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
2370501210
OBSERVAÇÕES
A
ASSINATURA DO PORTADOR
LOCAL
CURITIBA, PR
DATA EMISSÃO
30/03/2022
ASSINATURA DO EMISSOR
56963768746
PR921259116
PARANÁ
PROIBIDO PLASTIFICAR
2370501210

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: JOAO DEDA
CNPJ: 40.244.031/0001-02

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 19:55:55 do dia 31/08/2026 <hora e data de Brasília>.
Válida até 27/02/2027.
Código de controle da certidão: **D20E.4865.B0A7.8805**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Voltar Imprimir

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 40.244.031/0001-02

Razão social: JOAO DEDA

Endereço: RUA PRINCIPAL SN / ASSENTAMENTO BELA M / PALMITAL / PR / 85270-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 19/08/2026 a 17/09/2026

Certificação Número: 2026081903565572038001

Informação obtida em 31/08/2026 20:12:47

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 40262531-80

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **40.244.031/0001-02**
Nome: **JOAO DEDA**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 29/12/2026 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

CERTIDÃO NEGATIVA

1005/2026

IMPORTANTE:	***1.*** *FICA RESSALVADO O DIREITO DA FAZENDA MUNICIPAL COBRAR DÉBITOS CONSTATADOS POSTERIORMENTE MESMO REFERENTE AO PERÍODO COMPREENDIDO NESTA CERTIDÃO.* ***2.*** *A PRESENTE CERTIDÃO TEM VALIDADE ATÉ **30/09/2026**, SEM RASURAS E NO ORIGINAL.*

REVENDO OS ARQUIVOS E REGISTROS, CERTIFICAMOS QUE: O CONTRIBUINTE NADA DEVE À FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL RELATIVO A EMPRESA MENCIONADA ABAIXO.

CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO: 5ZXHZ5UFFH2JTX58AMEP

FINALIDADE: CADASTRO E/OU CONCORRÊNCIA E/OU LICITAÇÃO

RAZÃO SOCIAL: JOAO DEDA

INSCRIÇÃO EMPRESA	***CNPJ/CPF***	***INSCRIÇÃO ESTADUAL***	***ALVARÁ***
900021551	*40.244.031/0001-02*		*213*

CNAE/ ATIVIDADES

Transporte escolar

ENDEREÇO

EST ASENTAMENTO BELA MANHÃ, S/N - ASS BELA MANHA - ESTRADA Palmital - PR CEP: 85270000

Palmital, 31 de Agosto de 2026

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: JOAO DEDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 40.244.031/0001-02
Certidão nº: 73507346/2026
Expedição: 31/08/2026, às 20:13:42
Validade: 27/02/2027 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **JOAO DEDA (MATRIZ E FILIAIS)** , inscrito(a) no CNPJ sob o nº **40.244.031/0001-02 , NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
COMARCA DE CURITIBA *ESTADO DO PARANÁ*

1º OFICIO DISTRIBUIDOR, PART. E CONTADOR JUDICIAL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA
AV. CÂNDIDO DE ABREU, 535 1º ANDAR - FONE: (41) 3027-5253
EDIFÍCIO DO FÓRUM CÍVEL - CENTRO-CÍVICO
CEP: 80530-906
www.1distribuidorcuritiba.com.br

PEDIDO DE CERTIDÕES

EDIFÍCIO DO FÓRUM CÍVEL
AV. CÂNDIDO DE ABREU, 535 - TÉRREO - CEP 80530-906

E M P R E G A D O S J U R A M E N T A D O S

SANDRA LUCIA PELIKI
LUIZ CARLOS KOFANOVSKI
ISABEL ANGELA WYPYCH
MARIANY BEATRIZ DA SILVA SCAPINELI
FERNANDA GALLASSINI
KARINA BAVARO ALVES

JOSÉ BORGES DA CRUZ FILHO
TITULAR

RECUPERAÇÃO JUDICIAL * FALÊNCIA * CONCORDATA * CRIME * CIVEL
VARAS CRIMINAIS-VARAS DA FAZENDA-VARAS DA FAMÍLIA-PRECATÓRIA DA VARA DE EXECUÇÕES PENAIS
EXECUÇÕES FISCAIS DO ESTADO E DO MUNICÍPIO - REGISTROS PÚBLICOS - TRIBUNAL DO JURI
TABELIONATOS - JUIZADO ESPECIAL CIVEL E CRIMINAL

CERTIDÃO NEGATIVA
FEITOS AJUIZADOS

CERTIFICO, a pedido de parte interessada, para FINS GERAIS, que revendo os livros de registros de distribuições físicas e eletrônicas de 1ª a 3ª VARAS ESTADUAIS de AÇÕES DE FALÊNCIAS, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL, existentes nesta serventia, dos mesmos NÃO CONSTA qualquer ação contra:

JOAO DEDA

CNPJ.40.244.031/0001-02

no período de 18 de março de 1963 (data da instalação deste cartório - Lei No.4.677, de 29/12/62) a 31/08/2026 .

O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.

Curitiba, 02 de setembro de 2026 .

LUIZ CARLOS KOFANOVSKI
Escrevente Juramentado

Emitida por: ANDRE
Lei nº19.803 de 21/Dez/18
Tabela XVI dos Distribuidores nº VI letra a (R$ 48.00)

ASSINADO DIGITALMENTE POR:
1 OFICIO DE DISTRIBUIDOR DO FORO CENTRAL DA COMAR:75155267000157
Data: 02/09/2026 14:44:43

***** Se impressa, verificar sua autenticidade no http://www.1distribuidorcuritiba.com.br/autentica usando o codigo 5391E0F5 *****

ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE PONTA GROSSA

OFICIO DISTRIBUIDOR
Rua Leopoldo Guimarães da Cunha, 590 - Oficinas
PONTA GROSSA/PR - 84035310

T I T U L A R
ROSANA WAGNER
J U R A M E N T A D O S
MUALMERI JANOSKI
NATHALIA LAIS WAGNER EMILIO

Certidão Negativa

Para Fins Gerais

Certifico, a pedido de parte interessada, que revendo os livros e arquivos de distribuição de Ações de FALÊNCIA, CONCORDATA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL e HOMOLOGAÇÃO DE RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL, sob minha guarda neste cartório, verifiquei NÃO CONSTAR nenhum registro em andamento contra:

JOAO DEDA

Documento..... CNPJ 40.244.031/0001-02
Sede..... Rua PRINCIPAL, SN, ASSENTAMENTO BELA MANHA, PALMITAL/PR, CEP 85270000

no período compreendido entre 27/04/2006 e 27/04/2026.

PONTA GROSSA/PR, 27 de Agosto de 2026

Certificação

ASSINADO DIGITALMENTE
ROSANA WAGNER:63910969968
CPF ***.109.699-**
DATA 28 de ago. de 2026
Data obtida de um servidor de tempo.
A conformidade com a assinatura pode ser verificada em: https://serpro.gov.br/assinador-digital
Serpro

Documento assinado digitalmente ICP- BRASIL ,conf. MP Nº 2.200-2/2001, LEI Nº14.063/20
A Verificação da assinatura: https://validar.iti.gov.br/ - ESTE DOCUMENTO NÃO DEVE SER IMPRESSO.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 14/09/2026 15:10:40

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **JOAO DEDA**
CNPJ: **40.244.031/0001-02**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 14/09/2026 15:16:22

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **JOAO DEDA**
CNPJ: **40.244.031/0001-02**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

JOAO DEDA
CNPJ nº. 40.244.031/0001-02
Estrada Principal, s/n, Assentamento Bela Manha,
CEP 85.270-000 - PALMITAL – PR

ANEXO II - DECLARAÇÃO UNIFICADA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 87/2026

Á pregoeira e equipe de apoio
Prefeitura Municipal de Palmital, Estado do Paraná

Pelo presente instrumento, a empresa **JOAO DEDA** inscrita no CNPJ nº 40.244.031/0001-02, situada na Estrada Principal, s/n, Assentamento Bela Manha, Palmital/PR, CEP 85.270-000, através de seu representante legal infra-assinado, que: (X) Declara, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que se enquadra na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14, bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação.

1) Declaramos, para os fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, não empregamos menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos de idade, em cumprimento ao que determina o inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, acrescida pela Lei nº 9.854/99.

2) Declaramos que assumimos inteira responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados, sujeitando-nos a eventuais averiguações que se façam necessárias;

3) Comprometemo-nos a manter, durante todo o período de vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas nesta licitação;

4) Comprometemo-nos a repassar na proporção correspondente, eventuais reduções de preços decorrentes de mudanças de alíquotas de impostos incidentes sobre cumprimento do objeto, em função de alterações de legislação pertinente, publicadas durante a vigência do contrato;

5) Declaramos que temos conhecimento e submetemo-nos ao disposto neste edital e anexos e legislação aplicada;

6) Declaramos que até a presente data inexistem fatos impeditivos para nossa habilitação e participação no presente processo licitatório e estamos cientes da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

7) DECLARAMOS, ainda, que não fomos declarados inidôneos por nenhum órgão do poder

público em qualquer de suas esferas;

8) Declaramos que em atendimento ao Acórdão nº 2745/2010 – TCE/PR, que seus sócios, dirigentes ou cotistas, bem como seu representante neste ato JOAO DEDA, inscrito no CPF sob o nº [redacted] portador da carteira de identidade nº [redacted] não é servidor do Município da Prefeitura de Palmital Paraná, nem cônjuge ou companheiro, parente em linha reta e/ou colateral, consanguíneo ou afim de servidor público deste Município, que nele exerça cargo em comissão ou função de confiança, seja membro da comissão de licitação, pregoeiro ou atividade ligada à contratação;

9) Declaramos para os devidos efeitos e sob pena da lei que não possuir em seu quadro societário servidor público da ativa, empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista;

10) Declaramos, para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o responsável legal da empresa é o Sr. JOAO DEDA, inscrito no CPF sob o nº [redacted] portador da carteira de identidade nº. [redacted] cuja função/cargo é representante legal, responsável pela assinatura do pregão eletrônico/contrato.

11) Declaramos, para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente e este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, concordo que a pregão eletrônico /Contrato seja encaminhado para o seguinte endereço:

E-mail: joãodeda@hotmail.com

Telefone: (42) 9 9153-5970

12) Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

13) Nomeamos e constituímos o JOAO DEDA, portador do CPF sob o nº [redacted] para ser o responsável para acompanhar a execução, referente ao Pregão Eletrônico nº. 30/2026 e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e na Ata de Registro de Preços/Contrato.

14) Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

gov.br Documento assinado digitalmente
JOAO DEDA
Data: 10/09/2026 14:20:45-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Palmital/PR, 11 de setembro de 2026.

_____

JOAO DEDA
CNPJ nº. 40.244.031/0001-02
JOAO DEDA
Representante Legal